INÊS 249

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Sexta-feira 26 de JULHO de 2024 • R$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47764
estadão.com.br

Sextou! GUIA SEMANAL

Dicas de cinema, shows, gastronomia e lazer em SP

Cinema __C1

Uma dupla de heróis da pesada

Ryan Reynolds e Hugh Jackman estão em *Deadpool & Wolverine*

20TH CENTURY STUDIOS / MARVEL STUDIOS

Divirta-se __C6 e C7

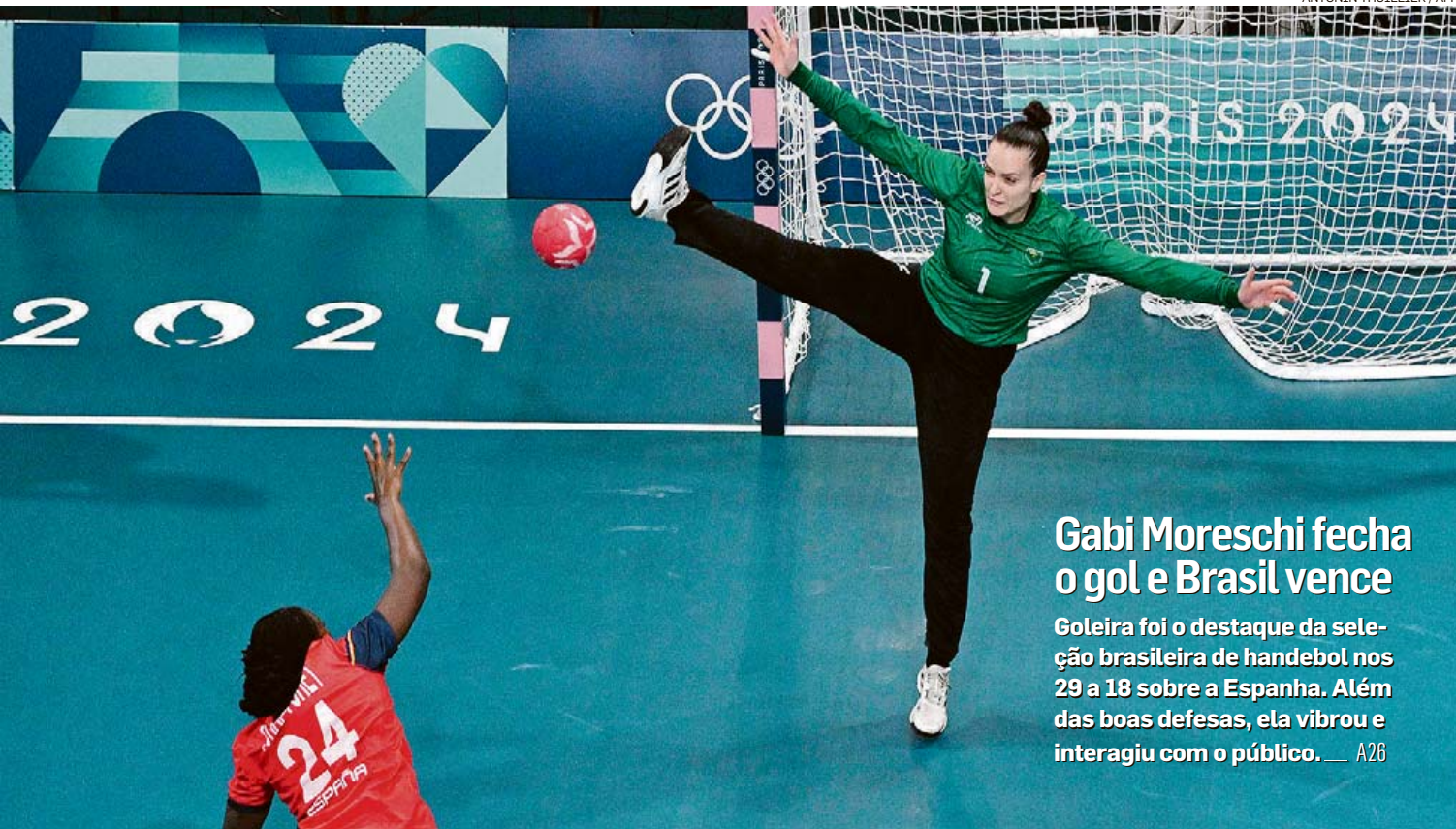
Arte africana reabre Galeria da Fiesp

Paladar __C5

Restaurantes em que o couvert também é atração

Bate-volta __C12

Nos hotéis-fazenda, conforto e diversão perto de São Paulo

PARIS-2024

ANTONIN THUILLIER / AFP

Gabi Moreschi fecha o gol e Brasil vence

Goleira foi o destaque da seleção brasileira de handebol nos 29 a 18 sobre a Espanha. Além das boas defesas, ela vibrou e interagiu com o público. __A26

Cerimônia de abertura __A24

No Rio Sena e com esquema de guerra

Cerca de 100 barcos levarão atletas até a Torre Eiffel. Festa começa às 14h (de Brasília) e terá muita luz e shows.

R$ 350 mil

Será o valor pago pelo COB para cada medalha de ouro

Futebol feminino __A26

Marta faz a diferença e seleção bate a Nigéria

Saúde mental __A27

COB monta equipe para atender atletas brasileiros

E&N Energia elétrica __B1 e B2

MP que favorece irmãos Batista eleva conta de luz de mais pobres

__ Medida beneficiou a Âmbar, empresa de energia do Grupo J&F

Além de aumentar as tarifas para os consumidores das regiões Norte e Nordeste, a medida provisória que beneficiou a Âmbar – empresa de energia do Grupo J&F, dos irmãos Wesley e Joesley Batista – vai elevar a conta de luz de famílias de baixa renda do País. A indústria também sofrerá impacto. A conclusão é de estudo da TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia, e de entidades do setor elétrico. Em junho, a Âmbar comprou usinas termoelétricas da Eletrobras que vendem energia para a Amazonas Energia, distribuidora de energia elétrica no Amazonas. Essa energia, porém, não é paga desde novembro. De acordo com a MP, a dívida da Amazonas Energia com a Âmbar será coberta com recursos das contas de luz. A estimativa é de quase R$ 6 a mais por MWh para quem paga tarifa social.

Governo pode ter mais espaço na Eletrobras

Acionistas da empresa, privatizada há dois anos, podem ceder mais vagas à União no conselho. __B2

Notas e Informações __A3

O ressentimento da indústria

Celso Ming __B2

Brasil continua sendo o país dos lixões

Laura Karpuska __B3

As brechas por onde o populismo se infiltra

Lusa Silvestre __C9

A solidão de quem não toma banho

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA

Investigação mira compras de carros BMW, Mercedes e Ferrari pelo PCC

Cerca de 500 transações com veículos avaliados entre R$ 200 mil e R$ 4 milhões foram feitas em 3 anos. __A18

Cidade de São Paulo __A20

Zoneamento muda e megatemplo avança no Alto de Pinheiros

Igreja Presbiteriana fez ato de agradecimento a Ricardo Nunes (MDB). Prefeito diz ter adotado critério técnico.

Eleições 2024 __A10

‘Estadão’, Terra e FAAP farão debate com candidatos à Prefeitura de SP

Evento está marcado para o dia 14 de agosto, às 10h, no Teatro da FAAP, e vai reunir seis concorrentes.

EUA e Israel __A14

Kamala diz a Netanyahu que não se calará sobre guerra em Gaza

Nova realidade do País __A22

Mais de mil cidades enfrentam seca severa ou extrema

1º relato no mundo __A23

Brasil confirma as primeiras mortes por febre oropouche

Tempo em SP
18° Mín. 24° Máx.

ISSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO GAYER E VERA ROSA
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Venezuela: Ministro do STF vê país doente, e decisão de Cármen Lúcia tem respaldo

A presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, não precisou de aval dos pares para cancelar o envio de técnicos do tribunal para acompanhar as eleições da Venezuela, mas sua decisão ganhou respaldo entre integrantes atuais e passados da Corte. Ex-presidente do TSE, Marco Aurélio Mello ressaltou que foi uma resposta à crítica do presidente Nicolás Maduro ao sistema eleitoral brasileiro. "Então, não cabe ao TSE fazer-se presente, com observadores. Há um protocolo a ser observado", afirmou. Para um ministro do STF ouvido pela *Coluna*, a situação expõe que "estamos diante de um país (a Venezuela) doente". Ele disse, porém, não ter condições de avaliar se a decisão foi acertada. A ponderação expõe uma preocupação que também encontra eco no Palácio do Planalto.

● **TENSÃO.** O clima é de dúvida sobre o que ocorrerá domingo. Enviado a Caracas, o assessor especial da Presidência, Celso Amorim, será os "olhos de Lula", e seu relato dará respaldo ao governo para reconhecer o candidato eleito, seja ele qual for, ou classificar o pleito como fraudulento.

● **CASOS...** Candidato do PL a prefeito de Belém com as bênçãos do ex-presidente Jair Bolsonaro, o deputado federal Éder Mauro terá como vice a própria nora, a médica Tatiane Coelho (PL). Ela é mulher do deputado estadual Rogério Barrada (PL), filho de Éder, e teve apoio da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

● **...DE FAMÍLIA.** Indagado pela *Coluna* sobre o parentesco, o candidato reagiu com ironia. "Acredito que o cacau está abastecendo bem aí, fico feliz que vocês estão me acompanhando 24 horas por dia". Ter a nora na vice chama atenção, mas não configura irregularidade eleitoral.

● **MISTÉRIO.** Ex-prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PSD) afirmou à *Coluna* que vai decidir na próxima semana seu posicionamento na eleição. "Se eu entrar na eleição, digo qual candidato apoio. Só tenho compromisso com uma pessoa no PSD: Gilberto Kassab", disse, sem disfarçar o descontentamento com outras lideranças da sigla.

● **RACHA.** O PSD lançou o prefeito Fuad Noman, ex- vice de Kalil, à reeleição. Em entrevista ao *Broadcast Político*, Fuad minimizou a indefinição do antigo aliado. "Ele tem o tempo dele."

● **CARONA.** O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, usará o recesso parlamentar para acompanhar o presidente Lula nas viagens pelo País. Normalmente, ele fica em Brasília, de olho na pauta do Congresso. Nos próximos dias, a dupla deve pousar em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Estados majoritariamente bolsonaristas.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Fuad Noman,
prefeito de Belo Horizonte (PSD)

● **SÓ AQUI.** Servidores da Abin fazem uma ofensiva nacional para reclamar de esvaziamento do órgão. "Brasil: único país que se prepara para o G20, COP 30 e Brics desmontando sua agência de inteligência", dizem faixas da União dos Profissionais de Inteligência de Estado da Abin (Intelis), espalhadas em capitais como Brasília e Belo Horizonte.

● **QUEIXAS.** Com a imagem abalada diante do escândalo da "Abin paralela", a categoria está insatisfeita com o tratamento dispensado pelo governo. Discorda da proposta de reajuste salarial e reclama da mudança na corregedoria.

PRONTO, FALEI!

José Luiz Penna
Presidente nacional do PV

"Maduro passou do ponto. O povo venezuelano já percebe isso e deve defenestrá-lo. Ao Brasil cabe garantir eleições limpas e que o vencedor tome posse."

CLICK

FOTO: HÁLISSON ANDRÉ-AGÊNCIA WAVE

Arthur Lira
Presidente da Câmara

Com o filho Álvaro Lira e correligionários na convenção do PP em Barra de São Miguel (AL), onde seu pai, o prefeito Benedito de Lira, o Biu, tentará a reeleição.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

O ressentimento da indústria

A indústria reclama por não ter um Plano Safra como o agro, mas empréstimos subsidiados e benefícios fiscais garantem a sobrevivência do setor há anos, com modesto reflexo no PIB

A indústria brasileira se ressente de uma alegada falta de atenção do poder público para com o setor. Para os industriais, os juros elevados praticados na economia brasileira elevam o custo de produção e impedem suas empresas de competir de igual para igual com companhias estrangeiras, que financiam suas atividades a taxas muito mais baixas.

A solução, para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, é criar uma política de crédito barato nos mesmos moldes do Plano Safra. Ao participar do *Fórum Estadão Think – A Indústria no Brasil Hoje e Amanhã*, ele disse que o desempenho do agro merece ser aplaudido, mas ponderou que o setor conta com o Plano Safra, que oferece crédito subsidiado para os produtores.

Essa comparação é útil para saber o que exatamente a indústria espera do governo. Para a safra 2024/2025, o governo Lula da Silva anunciou o valor recorde de R$ 475,56 bilhões, alta de 9% em relação ao ciclo de produção anterior. Desse total, R$ 400,58 bilhões serão para os grandes produtores e R$ 74,98 bilhões para a agricultura familiar.

A participação direta do governo no Plano Safra se dá via subvenção, valor que o Tesouro Nacional arcará com o custo de equalização dos juros desses empréstimos. Nesta safra, o subsídio subirá 19,8% ante o ciclo anterior, para R$ 16,3 bilhões. A depender da evolução da taxa de juros ao longo dos meses, o dinheiro pode acabar antes do encerramento da safra.

Nesses casos, o governo precisa elevar o valor da subvenção para que a contratação de novas operações pelas instituições financeiras não seja suspensa. Na maioria das vezes, isso requer o envio de um pedido de crédito suplementar pelo governo ao Congresso Nacional, o que garante transparência ao custo do benefício.

A forma como o presidente da Fiesp se referiu ao Plano Safra pode levar a entendimentos equivocados, como se a indústria jamais tivesse sido contemplada com financiamentos subsidiados, o que está longe de ser verdade. Basta lembrar que, entre 2009 e 2014, o setor foi um dos principais beneficiários do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

O PSI foi o principal veículo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para induzir o crescimento após a crise financeira mundial de 2008. Para isso, a instituição recebeu mais de R$ 400 bilhões do Tesouro para financiar os chamados "campeões nacionais".

Em subsídios implícitos, isto é, com a diferença entre o custo de captação do Tesouro e o custo contratual dos empréstimos concedidos pelo BNDES, o PSI custou nada menos que R$ 181 bilhões. Mas em subsídios explícitos, ou seja, com a equalização dos juros, o que permitiria alguma base de comparação com o Plano Safra, o programa custou outros R$ 76 bilhões.

Não foi a única ajuda que o governo deu à indústria em todos esses anos. O setor é também um dos principais beneficiários de subsídios tributários concedidos pela União, estes espalhados em variados programas e iniciativas incorporadas ao Orçamento e que já não precisam de aprovação do Congresso. A Zona Franca de Manaus, sozinha, recebeu R$ 26,5 bilhões em subvenções, enquanto o setor automotivo embolsou R$ 10,1 bilhões.

Ainda assim, a participação do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB) caiu vertiginosamente nos últimos anos, de 48% em 1985 para 25,5% em 2023, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Essa perda de relevância tem muitos motivos, mas não se pode atribuir o problema à falta de financiamentos ou de benefícios fiscais.

Embora seja uma das maiores economias do mundo, o Brasil ainda é um dos países mais fechados ao comércio exterior, sobretudo a indústria. Uma das maiores exceções é justamente o agronegócio, que, ao lado do petróleo e do minério de ferro, sustenta há anos o saldo positivo da balança comercial.

Em 2023, o PIB aumentou 2,9%, mas, enquanto o agronegócio cresceu 15,1%, a indústria registrou alta de apenas 1,6%. Essa diferença seria um bom motivo para defender a abertura comercial, mas a menção ao tema causaria calafrios na indústria e no governo, que preferem defender uma política de "neoindustrialização" que, de nova, só tem o nome.●

Caleidoscópio evangélico

Nova pesquisa mostra que mundo evangélico é diverso e complexo, ao contrário do que sugerem muitos dos fundamentalistas que se apresentam como seus representantes na política

Mulher, negra, com renda familiar de até três salários mínimos e que frequenta templos pequenos: eis o perfil do evangélico paulistano, segundo pesquisa Datafolha recentemente realizada com 613 praticantes da religião que mais cresce no Brasil. O levantamento é a mais recente evidência de que o segmento evangélico é um universo rico, diverso e complexo, ao contrário do que sugerem muitos dos fundamentalistas que se apresentam como seus representantes no mundo político. Na prática, os templos evangélicos funcionam como um programa de diversidade e inclusão, no qual pessoas oprimidas ou marginalizadas encontram um espaço em que são aceitas e respeitadas.

De acordo com a pesquisa, 71% dos entrevistados vão a templos de pequeno porte, o que ajuda a explicar o crescimento da fé evangélica em regiões periféricas. Em bairros que nunca conheceram nem igrejas ricamente decoradas nem megatemplos que mais parecem casas de shows, o culto realizado em pequenos espaços, às vezes uma sobreloja ou até mesmo a garagem improvisada de um vizinho, é onde uma camada da população sem acesso a quase nada finalmente encontrou espaço para ser ouvida e reconhecida.

A adaptação à realidade regional não se dá apenas na ocupação dos espaços físicos. Apenas 19% dos entrevistados mostraram simpatia pelo chamado *homeschooling*, isto é, a educação das crianças em casa, e não na escola – bandeira da direita evangélica norte-americana, importada aqui pelo bolsonarismo, que tem como objetivo proteger os filhos de uma suposta doutrinação esquerdista e pervertida nas escolas. A questão, que a pesquisa evidencia, é que a escola, no Brasil, não é apenas o lugar de aprendizado, é também o lugar onde as crianças de famílias pobres se alimentam – realidade que foi escancarada na recente pandemia de covid-19. Na hierarquia das famílias evangélicas, ao que parece, alimentar os filhos é mais importante do que protegê-los de ameaças que só existem no discurso de pastores extremistas e dos políticos que exploram a fé alheia para angariar votos.

Outra pauta importante entre conservadores, a das armas, também não tem aderência entre os evangélicos. Só 28% apoiam que cidadãos tenham acesso a armas para se defender. Ao mesmo tempo que rejeitam o aborto, apenas três entre cada dez evangélicos concordam que mulheres que recorram ao método sejam processadas e presas, punição prevista num infame projeto de lei apresentado pela bancada que se diz evangélica no Congresso. E se 57% dos entrevistados são contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, uma esmagadora maioria (86%) acredita que os templos devem estar abertos a homossexuais e transexuais.

Para o grupo entrevistado, líderes religiosos também não devem interferir em escolhas políticas. Expressivos 70% são contrários a que pastores indiquem em quem devem votar, enquanto 76% acreditam que a citação de políticos não deve ocorrer durante os cultos. E 33% rejeitam que religiosos ocupem cargos públicos.

A percepção de que o Brasil vem se tornando um país mais conservador, sobretudo graças ao crescimento dos evangélicos, é muitas vezes acompanhada da visão, sem qualquer embasamento, de que os evangélicos são um grupo monolítico, que docilmente se deixa conduzir por líderes reacionários que pugnam pela redução de direitos de minorias.

O teste de realidade, porém, já fez com que expoentes do conservadorismo político recuassem. Depois da reação negativa da sociedade em relação ao projeto da bancada evangélica que trataria como assassinas as mulheres estupradas que abortam, com penas superiores às impostas aos estupradores, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, expoente do evangelismo bolsonarista, apressou-se a se dizer contrária.

Aos que têm a pretensão de cabalar votos entre eleitores que se declaram evangélicos, portanto, a primeira lição que a pesquisa mostra é que esses cidadãos são, como o resto da sociedade, indivíduos com aspirações comuns a todos – querem trabalhar, viver com dignidade e ter paz. Tendo a *Bíblia* como referência e o templo como sua comunidade, querem apenas respeito por suas crenças e por seus receios.●

ESPAÇO ABERTO

Finanças e bioeconomia: a hora da ação no G-20

Luana Maia, Paulo Guerra, Juliana Simões e Thais Ferraz

Na presidência do G-20, o Brasil elencou a bioeconomia entre as prioridades e criou a Iniciativa de Bioeconomia estruturada em três eixos – ciência, tecnologia e inovação; uso sustentável da biodiversidade; e o papel da bioeconomia na promoção do desenvolvimento sustentável. Ao longo deste ano, discussões e negociações vêm sendo feitas e entre os resultados esperados está a elaboração dos princípios sobre bioeconomia, que visa a alinhar como os países-membros podem orientar suas economias para promover equidade e sustentabilidade.

O documento *Princípios de Alto Nível*, que está em negociação, é uma oportunidade de buscar convergências entre os países mais ricos do mundo para pôr em prática uma economia com impacto positivo para o clima, a natureza e as pessoas. Espera-se que esses princípios estejam na Declaração do Rio, a ser assinada por todos os integrantes do G-20 em novembro. Também será uma forma de promover o tema na pauta internacional em 2025, quando a liderança rotativa do bloco passa para a África do Sul, e o Brasil será sede da primeira Conferência do Clima da ONU (COP) na Amazônia. No caso brasileiro, poderá contribuir com a Estratégia Nacional de Bioeconomia, que pretende ter seu Plano Nacional a partir de agosto.

Sabe-se até agora que os princípios propostos estão alinhados a temas presentes em acordos internacionais negociados entre os representantes do grupo, na Convenção sobre Diversidade Biológica (sobre proteção e uso da biodiversidade) e na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima – ambas, aliás, *nasceram* no Brasil na Rio-92. Os princípios devem abordar equidade, biodiversidade e comércio internacional, entre outros temas. O alinhamento das economias do G-20 é importante, mas o impacto desejado pelo uso desses princípios é justamente a possibilidade de operacionalizar ou promover ações concretas na economia real. Assim, adicionalmente aos princípios, o grupo poderia sugerir um plano de implementação a ser desenvolvido na presidência da África do Sul no próximo ano.

> ***Apenas a implementação dos princípios de alto nível poderá viabilizar uma bioeconomia positiva para o clima, a natureza e as pessoas***

Um fator determinante é o financiamento. Estima-se que sejam necessários US$ 8,1 trilhões anuais a partir de 2030 para financiamento climático, segundo o Climate Policy Initiative. Porém, o valor médio anual atingiu US$ 1,3 trilhão entre 2021 e 2022, apenas 1% do PIB global. Por isso, uma das preocupações da ONU no *Relatório sobre a Lacuna de Emissões* é a necessidade de ampliar "significativamente" os investimentos climáticos públicos e privados, com mecanismos de financiamento que reduzam custos.

Atualmente, a economia depende da natureza e usa seus recursos como se fossem ilimitados, subvalorizando-os e agravando desigualdades. A emergência climática está mudando o cotidiano dos países – como a devastação provocada pelas enchentes no Rio Grande do Sul, os estragos de tempestades na Suíça e na Itália, as ondas de calor extremo na Índia, com mortes e riscos à saúde –, exigindo mais investimentos e reformulação de infraestruturas.

O G-20 – que também reúne os maiores emissores de gases-estufa no mundo – tem a chance de liderar essa transformação. Não por acaso, a Iniciativa de Bioeconomia elencou o financiamento como um dos grandes eixos.

A iniciativa tem sido acompanhada por 21 organizações do setor privado, academia e ONGs (cinco delas signatárias deste texto), que vêm contribuindo com a diversidade de visões e com estudos. Em maio, o grupo divulgou o relatório *A Bioeconomia Global – Levantamento Preliminar das Estratégias e Práticas do G-20*, reunindo experiências dos países-membros sobre as distintas visões da bioeconomia e como promovê-la em diferentes cenários.

Em setembro, quando ocorrerá a última reunião da iniciativa, esperamos que os princípios de alto nível possam contribuir para moldar uma nova economia positiva para o clima, a natureza e as pessoas, especialmente para comunidades indígenas e povos das florestas, assegurando acesso e repartição de benefícios.

No mesmo mês, o grupo das 21 organizações lança um estudo com foco no financiamento, analisando desafios e soluções para dar escala à bioeconomia. A publicação vai contribuir com debates da Conferência da Biodiversidade e da COP-30, que ocorrem, respectivamente, na Colômbia e em Belém. Na COP-30, o Acordo de Paris completa uma década. O objetivo é que o tema da biodiversidade tenha desenvolvido maturidade suficiente para influenciar o processo de revisão do acordo.

O avanço no financiamento e na convergência de princípios que resultem em ações práticas requer que os países enxerguem a bioeconomia como um impulsionador de modelos de desenvolvimento em que a criação de valor passa pela biodiversidade. É uma chance para que os países ricos em natureza, especialmente do Sul Global, sejam geradores de riqueza, reduzindo desigualdades.

A inclusão dos princípios de alto nível na Declaração do Rio do G-20 é um sinal importante para mobilizar as maiores economias do mundo, mas apenas a sua implementação na economia real poderá viabilizar uma bioeconomia positiva para o clima, a natureza e as pessoas. ●

SÃO, RESPECTIVAMENTE, GERENTE SÊNIOR NA NATUREFINANCE; DIRETOR DE PROGRAMAS PARA GESTÃO PÚBLICA DA FUNDAÇÃO DOM CABRAL (FDC); GERENTE-ADJUNTA DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA THE NATURE CONSERVANCY (TNC) BRASIL E LÍDER DA FORÇA-TAREFA DE BIOECONOMIA DA COALIZÃO BRASIL CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA; E DIRETORA DE PROGRAMAS NO INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE (iCS)

FÓRUM DOS LEITORES

Segurança pública

A PEC do governo

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública, elaborada pelo ministro Ricardo Lewandowski, poderá representar uma revolução no setor. Deverá atribuir ao governo federal a uniformização e universalização dos bancos estaduais de dados criminais, atribuir à Polícia Federal a tarefa de combater o crime organizado e as milícias, libertar as áreas subjugadas pelas facções criminosas e transformar a Polícia Rodoviária Federal em polícia ostensiva, com ação também sobre hidrovias, ferrovias, aeroportos, áreas ambientais e similares. O presidente Lula deve se encontrar com os 27 governadores para tratar do assunto antes de enviar a PEC ao Congresso. O ideal é que o projeto não seja politizado, porque seu objetivo terá de reunir todos os governantes, independentemente de partido e linha ideológica. Deve ficar claro que a proposta é de uma nova prestação de serviços para segurança e tranquilidade do povo, sem prejuízo das atribuições dos Estados, que continuarão com as funções de polícia judiciária (pela Polícia Civil) e de policiamento preventivo e ostensivo, por meio da Polícia Militar. Haverá, apenas, a necessidade de criar regras de relacionamento dos entes federais, estaduais e até municipais de segurança para garantir as ações conjuntas, quando necessárias. As guardas municipais e metropolitanas, por exemplo, têm todas as características para cuidar das ocorrências de menor potencial ofensivo e liberar as polícias estaduais para ações mais complexas e arriscadas. Apresentada ao Congresso, a PEC deverá despertar grande interesse dos parlamentares, especialmente os oriundos da área policial, da Justiça e dos diferentes ramos do Direito. Será a oportunidade de colocar os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) numa ação coordenada de segurança que, bem executada, será capaz de devolver à sociedade a tranquilidade perdida com o surgimento dos esquemas do crime organizado, que ao longo dos anos cresceu vertiginosamente diante da incapacidade do Estado de trabalhar efetivamente no seu combate. A tarefa proposta é de grande envergadura.

Dirceu Cardoso Gonçalves
São Paulo

TatuaPCC

A propósito das reportagens no **Estadão** de 24/7, *PCC invade área rica do Tatuapé e impõe ao bairro o estilo da máfia* (A13) e *Tráfico vive rotina de luxo, festa e execução* (A14), sobre a recente ocupação do bairro por novos milionários ligados à contravenção e malfeitos praticados pelo Primeiro Comando da Capital, entre os quais a exploração de linhas de ônibus da capital e o tráfico internacional de armas e drogas, cabe dizer que, não à toa, o local já está sendo chamado de TatuaPCC.

J. S. Decol
São Paulo

Eleição na Venezuela

Maduro bolsonarista

Maduro repete Bolsonaro e diz que eleições no Brasil não são auditadas (**Estadão**, 25/7, A12). E agora, Lula? Nicolás Maduro tornou-se "bolsonarista", ao criticar as eleições brasileiras, logo depois de recomendar que o presidente Lula tome chá de camomila por estar assustado com as declarações do venezuelano. Lula não só está assustado, mas parece estar com o prestígio em baixa.

Adalberto Amaral Allegrini
Bragança Paulista

Política e democracia

Indignação cívica

Cumprimento o advogado e conselheiro do Instituto Millenium, dr. Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr., que em artigo no **Estadão** de 24/7 (*O governo Lula acabou. E depois?*) elaborou ideias que me levaram a concluir que devo ir embora deste país. Sinto-me refém de uma casta política despreparada que, infelizmente, goza de autoridade para nos impor cada vez mais impostos visando ao benefício próprio e à perpetuação da sua situação de "representante do povo". Pobre "país do futuro"!

Paulo Heise
São Paulo

USP

Aventura irresponsável

O editorial *A USP reinventa seu tribunal racial* (**Estadão**, 24/7, A19) colocou em termos corretos o que a Universidade de São Paulo denomina "comissão" ou "banca" de heteroidentificação. Trata-se, mesmo, de um execrável tribunal racial. Afinal, como deixa claro o editorial, não existe sequer sustentação legal para a existência desse tipo de tribunal. O triste nesta história é o fato de que justamente a nossa melhor universidade acabou embarcando nessa aventura irresponsável.

José Elias Laier
São Carlos

ESPAÇO ABERTO

A questão tributária na cadeia de reciclagem

Mario Ernesto Humberg e Gilson J. Rasador

O Brasil joga nos rios, no mar, nos lixões e nos aterros milhões de toneladas de produtos que poderiam e deveriam ser reaproveitados, como papéis, papelões, plásticos, borrachas, vidros e outros. Além do desperdício, esse descarte descontrolado contribui para o desequilíbrio socioambiental e a contaminação de pessoas e animais.

Com o crescimento da população urbana, o desenvolvimento econômico e as novas tecnologias, há um crescimento exponencial e assustador na geração e no descarte de resíduos, não só em quantidade, mas também em diversidade.

O recolhimento do descarte e sua reutilização vêm sendo objeto de ações nas áreas legal e governamental, como a responsabilização dos fabricantes pela destinação dos resíduos de sua produção e comercialização.

Há vários exemplos de setores que vêm fazendo trabalhos eficientes de recolhimento. Também existem projetos de instituições sem fins lucrativos, organizações não governamentais e empresas, que investem recursos na educação ambiental das comunidades, no treinamento de pessoas e, especialmente, no desenvolvimento de tecnologias para melhorar a coleta e o processamento dos materiais usados.

A soma desses esforços, legais, governamentais, privados e do terceiro setor, não tem sido suficiente para reduzir os riscos ambientais, tampouco para melhorar as condições socioeconômicas de uma parcela mais vulnerável da população. Catadores, cooperativas de separação, depósitos intermediários, transportadores, etc. são afetados, um universo de milhares de pessoas.

Alguns exemplos. Os sucateiros vêm sofrendo com a redução das vendas e a queda do preço de resíduos ferrosos, e sobrevivem, com dificuldades, porque há um mercado de exportação; os aparistas de papel estão em situação difícil, pois os produtores de cartão preferem usar celulose, mais fácil de processar, assim o preço caiu de R$ 2,00 para R$ 0,60 o quilo nos últimos anos, afetando toda a cadeia de reciclagem. Mesmo quando há uma operação eficiente de recolhimento, como o é o caso dos pneus inservíveis, é mais fácil usá-los como combustível em fábricas de cimento, porque é difícil vender a borracha reciclada.

> ***Infelizmente, a reforma tributária não contempla medidas que atendam aos legítimos anseios de catadores e recicladores***

Em outras cadeias com maior número de processadores, como a de plásticos, embora tenha uma entidade para orientar o reaproveitamento e muitos reprocessadores, mais de 95% do descarte é jogado fora e vai parar até nos peixes e crustáceos que comemos, na forma de microplásticos.

Cada caso é diferente do outro em sua origem, embora o que prejudica todos seja a não competitividade com materiais novos, mais fáceis de processar. A exceção são as latas de alumínio, de alto valor, que têm 97% da produção reciclada. Outros produtos que podem ser reciclados, como o vidro, não o são por uma questão econômica, que prejudica, além do meio ambiente, milhares de pessoas que atuam no processo.

Como dar competitividade a esses produtos recicláveis hoje desperdiçados e tão importantes pelo caráter social envolvido?

A questão tributária, ou o "problema tributário", envolvendo a complexa cadeia de atividades da reciclagem e do reaproveitamento de materiais usados é chave na solução, pela ocorrência de incidências em cascata, pois o processo envolve várias etapas, que oneram a coleta, a produção e os produtos obtidos com o emprego de materiais reutilizáveis. As indústrias também poderiam dar preferência a esses materiais recuperados, como parte de suas políticas de ESG. Apesar da possibilidade de representar um ligeiro aumento de seus custos, o impacto no planeta e na sociedade é sempre admirado e recompensado.

Embora a Constituição federal apregoe a defesa do meio ambiente mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração, isso nem sempre ocorre na prática, como é o caso da reciclagem. As legislações federal e estaduais instituem benefícios fiscais para algumas etapas da cadeia de reciclagem, mas eles não têm sido suficientes.

São necessárias medidas mais efetivas para impulsionar a chamada economia circular, criando melhores condições tributárias para a cadeia de reciclagem, que tornem competitivos seus produtos e reduzam os danos ao ambiente causados pela deposição ou descarte de materiais que podem ser reaproveitados.

Infelizmente, a reforma tributária aprovada pela Emenda Constitucional 132 e, especialmente, o Projeto de Lei Complementar (PLP) para a instituição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), em trâmite no Congresso Nacional, não contemplam medidas que atendam aos legítimos anseios de catadores e recicladores. O PLP prevê a concessão de créditos presumidos de IBS e CBS, no total de 20%, para quem adquirir resíduos sólidos de coletores incentivados, e utilizá-los com destinação final ambientalmente adequada. Esse crédito não compensa os tributos pagos em etapas anteriores e não torna competitiva a aquisição desses materiais, nem melhora a competitividade dos produtos com eles elaborados. E, menos ainda, ajuda a minorar as desigualdades sociais e os problemas ambientais. ●

SÃO, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE DO CONSELHO CONSULTIVO DO PNBE; E ADVOGADO, COORDENADOR DO PNBE

TEMA DO DIA

Mônica Andrade/Governo do Estado de SP - 23/7/2024

Opinião

A privatização das empresas de saneamento, se bem feita, é a solução

Mantidas sob controle estatal, empresas de saneamento não tiveram condições de acelerar a universalização de seus serviços. A privatização, se bem feita, é a solução. Ao Estado, cabe regular, fazer bons contratos e fiscalizar. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Serviços de bens essenciais não devem ser privatizados."
ISABELA NOGUEIRA

● "Se depois da privatização aumentar a conta de água, eu mando o boleto para quem fazer o pagamento?"
FRANCISCO OLIVEIRA

● "Há vários exemplos de piora nos serviços e aumento de preços após privatizações."
SIDNEY CONCEIÇÃO

● "Privatização geral. Que em 20 anos não existam mais cargos públicos."
JUNINHO NOGUEIRA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

BEADVICE

Saúde

Onde você quer ser cuidado quando envelhecer? ●
https://bit.ly/3WiUQ4u

Economia

Gasolina: preço médio do litro ultrapassa R$ 6 nos postos. ●
https://bit.ly/3WACVrk

Newsletter

'Pílula': dose diária de conteúdo no seu e-mail; assine. ●
https://bit.ly/3NbVHPO

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

itaú BBA

Eleições 2024

Tabata chega à convenção sem vice, ainda à espera de um recuo de Datena

PSB delega definição da chapa à Executiva com a expectativa de que tucanos possam optar por aliança; evento do PSDB para confirmar apresentador na disputa será amanhã

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

FÁBIO VIEIRA/ESTADÃO - 4/4/2024

PSDB MUNICIPAL SP - 13/6/2024

Os pré-candidatos à Prefeitura Tabata Amaral (PSB) e José Luiz Datena (PSDB); chapas ainda não definidas e convenções no mesmo dia

O PSB confirmará a pré-candidatura da deputada federal Tabata Amaral à Prefeitura de São Paulo na convenção partidária marcada para amanhã, mas delegará para a Executiva da legenda o poder de decidir, posteriormente, sobre quem será o vice na chapa e a costura de alianças com outros partidos. A brecha é uma estratégia comum em convenções, mas, no caso de Tabata, ganha relevância diante do racha interno vivido pelo PSDB, partido do qual ela ainda tenta conquistar o apoio.

A insistência de Tabata em uma aliança, no entanto, está na contramão do comando do PSDB. Anteontem, o apresentador José Luiz Datena, pré-candidato tucano a prefeito, se reuniu com o presidente nacional do PSDB, Marconi Perillo, e com o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG), para discutir as estratégias que serão adotadas pelo jornalista em entrevistas e debates ao longo da campanha.

"O Datena vai analisar e conversar com o partido. Claro que tem que ser sintonizado com ele. Vamos tratar disso no sábado (*amanhã*), quando ele vai anunciar quem estará com ele", afirmou Perillo, acrescentando que a convenção será "festiva" para homologar a candidatura do jornalista.

Como mostrou o **Estadão**, uma ala dentro do PSDB simpática ao prefeito Ricardo Nunes (MDB) se prepara para contestar a indicação de Datena, mas o apresentador tem apoio das Executivas tanto do partido como da federação PSDB-Cidadania, que são as responsáveis por definir o candidato na disputa.

RESPALDO. "Encontrei um Datena determinado a ser candidato, declarou Aécio. "Tratamos detalhes da convenção e também sobre o programa de governo. Tenho muita confiança. O candidato Datena é extremamente competitivo e o partido vai homologar sua candidatura no sábado. A partir daí, ele estará se preparando para debater São Paulo com os demais candidatos", declarou Aécio.

Apesar do respaldo da cúpula do partido, Datena deu declarações que levantaram dúvidas sobre sua permanência na disputa pela Prefeitura. Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo* na última segunda-feira, o pré-candidato disse que poderia desistir se não houvesse consenso no partido e se comparou a Joe Biden, presidente americano que abriu mão da tentativa de reeleição.

> ***"Caso o Datena desista da candidatura, e o PSDB queira cumprir o acordo que foi firmado, a gente vai sentar e entender quem seria esse outro vice"***
> **Tabata Amaral**
> **Pré-candidata do PSB à Prefeitura de São Paulo**

> ***"(Quero) Consenso de quem me apoia e tem peso político e palavra. Marconi (Perillo) é um exemplo, já basta. Ele tem palavra. Ele me deu a palavra de que eu seria o candidato"***
> **José Luiz Datena**
> **Pré-candidato do PSDB à Prefeitura de São Paulo**

No dia seguinte, porém, o apresentador mudou o posicionamento e declarou ao **Estadão** que vai levar a candidatura até o fim. "(*Quero*) Consenso de quem me apoia e tem peso político e palavra. Marconi (*Perillo*) é um exemplo, já basta", disse. "Ele (*Perillo*) tem palavra. Ele me deu a palavra de que eu seria o candidato" afirmou no mesmo dia, em entrevista ao Flow Podcast.

Aliados de Tabata disseram ao longo das últimas semanas que ainda acreditavam na desistência de Datena, mas passaram a admitir que a possibilidade se tornou remota à medida que ele passou a dar sinais de que desta vez estará mesmo nas urnas. O tucano participou de entrevistas e sabatinas, contratou um marqueteiro e foi ao Mercadão, no primeiro ato de pré-campanha na rua.

BRIGA INTERNA. Embora Datena tenha reafirmado a intenção de ser candidato, interlocutores da deputada ainda assim avaliam que a convenção do PSDB, amanhã, tem potencial para ser tumultuada. O grupo tucano que defende apoiar Nunes em outubro articula lançar o nome do ex-presidente municipal do PSDB Fernando Alfredo na convenção como uma alternativa a Datena.

Tabata, por sua vez, ainda está disposta a honrar o acordo fechado com o PSDB antes de o partido decidir lançar o apresentador na corrida pela Prefeitura. Segundo ela, foi acertado que os tucanos indicariam seu vice. Como faltaria tempo hábil para um acerto entre os dois partidos em caso de desistência de Datena, já que as duas convenções ocorrerão no mesmo dia, a saída encontrada pelo PSB foi delegar a decisão para a Executiva do partido. A decisão pode ser tomada até 15 de agosto, último dia do prazo de registro das candidaturas na Justiça Eleitoral.

> **'Determinado'**
> **Perillo e Aécio se reuniram com apresentador, que, segundo eles, está decidido a seguir candidato**

A pré-candidata do PSB disse em entrevista à rádio Novabrasil FM na terça-feira que espera definir o vice até amanhã. Neste cenário, seria indicado um nome do PSB, mantendo a brecha para a Executiva alterar a indicação caso haja um acordo com os tucanos posteriormente. Não está descartado, porém, deixar o posto vago até a reta final do prazo para registrar a chapa.

"Caso o Datena desista da candidatura, e o PSDB queira cumprir o acordo que foi firmado, a gente vai sentar e entender quem seria esse outro vice", disse Tabata na entrevista. Ela acrescentou que não faz mais sentido que o apresentador seja seu vice, como desejava inicialmente. "Não é por veto. É só porque o Datena já manifestou que não quer ser vice e a gente entendeu que as coisas mudaram nos últimos tempos", continuou.

VICES. Ela citou como possíveis vices tucanos os mesmos nomes cotados para compor chapa com Datena: o presidente municipal do PSDB de São Paulo, José Aníbal, o presidente da federação PSDB-Cidadania na capital paulista, Mario Covas Neto, e o ex-deputado Ricardo Tripoli.

No caso de uma chapa pura, são cogitados dentro do PSB os nomes da mulher do vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin, Lu Alckmin; da mulher do ministro Márcio França, Lúcia França; e do ex-secretário Floriano Pesaro. Embora seja o nome preferido, Lu Alckmin é a possibilidade considerada mais difícil.

Tabata aparece com 7% das intenções de voto, empatada tecnicamente em terceiro lugar com Datena, com 11%, e Pablo Marçal (PRTB), com 10%, na última pesquisa Datafolha publicada no dia 5 de julho. A margem de erro é de três pontos porcentuais. Nunes e Guilherme Boulos (PSOL) aparecem na liderança, com 24% e 23% respectivamente. ●

Eleições 2024

‘Estadão’, Terra e FAAP promovem debate com candidatos à Prefeitura

Encontro será no dia 14 de agosto, com seis concorrentes, e pode ser acompanhado nos canais digitais dos organizadores

O **Estadão**, em parceria com o Portal Terra e a Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), realizará no dia 14 de agosto seu primeiro debate entre pré-candidatos à Prefeitura de São Paulo. O debate, agendado para a véspera do registro final das candidaturas, será realizado no Teatro da FAAP, a partir das 10h, e seguirá o modelo do vodcast *Dois Pontos*, do **Estadão**.

Serão cinco blocos transmitidos ao vivo, exclusivamente pelos canais digitais do **Estadão**, do Terra e da FAAP. Cada bloco abordará um tema de interesse do eleitorado, a ser sorteado na abertura de cada bloco, que será ancorado pela jornalista Roseann Kennedy, com a participação de convidados.

“O debate terá sido um sucesso se conseguirmos tirar dos candidatos planos concretos e viáveis para os problemas urbanos reais em que se enredam todos os dias os moradores da cidade”, afirmou o diretor de Jornalismo do **Estadão**, Eurípedes Alcântara. “Nosso objetivo é tentar fazer com que essas eleições encurtem o caminho para se chegar a soluções que façam de São Paulo uma metrópole mais acolhedora, segura, sustentável e eficiente”, acrescentou.

PERGUNTAS. Roseann Kennedy fará a primeira pergunta de cada bloco do debate. As demais questões serão dirigidas aos candidatos pelos convidados. Cada bloco contará com a participação de seis pré-candidatos, divididos em três duplas, que serão trocadas ao longo do evento. A troca garantirá que todos debatam entre si.

Além das perguntas de Roseann e dos convidados, os pré-candidatos poderão debater entre si. Quem fizer a primeira pergunta terá direito à réplica. Ao fim do primeiro, terceiro e quinto blocos, dois candidatos responderão individualmente a uma pergunta gravada previamente do público.

As regras do debate foram acertadas com representantes das pré-campanhas de Guilherme Boulos (PSOL), José Luiz Datena (PSDB), Kim Kataguiri (União Brasil), Marina Helena (Novo), Pablo Marçal (PRTB), Ricardo Nunes (MDB) e Tabata Amaral (PSB).

PROPOSTAS. Segundo a head de conteúdo do Terra, Manoela Pereira, a promoção de debates será uma das iniciativas do portal na cobertura das eleições deste ano. “Faremos uma cobertura eleitoral imparcial, pautada no combate à desinformação e em questões fundamentais para o futuro das cidades, como as mudanças climáticas e seus impactos. Promover esse encontro já na largada da campanha faz com que o eleitor comece a conhecer melhor os candidatos e suas propostas para a maior cidade do Brasil”, disse.

Participarão do debate os seis pré-candidatos a prefeito cujos partidos tenham representação no Congresso Nacional ou que tenham destaque nas pesquisas eleitorais divulgadas até a semana anterior por institutos nacionais julgados confiáveis pelos organizadores do encontro.

O CEO da FAAP, Luís Sobral, afirmou que o debate é uma evolução das sabatinas individuais com candidatos realizadas anteriormente pela faculdade em parceria com o **Estadão**. “Como fundação educacional, acreditamos que o debate é essencial para conhecermos melhor nossos futuros governantes. A FAAP já promove reflexão sobre candidatos de várias formas e, agora, oferece um debate em parceria com o **Estadão** para garantir que essa reflexão seja a mais democrática possível, alcançando o maior número de pessoas.” ●

Como será

Debate terá cinco blocos, divididos por temas

● **Modelo**
O debate terá, ao todo, cinco blocos que será transmitidos ao vivo, exclusivamente pelos canais digitais do Estadão, do Terra e da FAAP

● **Blocos**
Cada bloco abordará um assunto de interesse do eleitorado. O tema será sorteado na abertura de cada bloco, que será ancorado pela jornalista Roseann Kennedy, com a participação de convidados

● **Perguntas**
Roseann fará a primeira pergunta de cada bloco. As demais questões serão dirigidas aos candidatos pelos convidados

● **Duplas**
Cada bloco terá a participação dos seis pré-candidatos, divididos em três duplas, que serão trocadas ao longo do evento. A troca garantirá que todos debatam entre si

● **Regras**
Além das perguntas de Roseann Kennedy e dos convidados, os pré-candidatos poderão debater entre si. Quem fizer a primeira pergunta terá direito à réplica

● **Público**
Ao fim do primeiro, terceiro e quinto blocos, dois candidatos responderão individualmente a uma pergunta gravada previamente do público

> ***“O debate terá sido um sucesso se conseguirmos tirar dos candidatos planos concretos e viáveis para os problemas urbanos reais em que se enredam todos os dias os moradores da cidade”***
> **Eurípedes Alcântara**
> **Diretor de Jornalismo do ‘Estadão’**

Evento: Debate com os candidatos à Prefeitura de São Paulo. **Data:** 14 de agosto. **Horário:** 10h. **Local:** Teatro da FAAP (o evento será fechado para convidados). **Onde assistir:** Canais digitais do ‘Estadão’, do Terra e da FAAP

A COLUNISTA ELIANE CANTANHÊDE ESTÁ DE FÉRIAS

Milton Leite descarta reeleição e anuncia o fim da carreira política

GUILHERME NALDIS

O presidente da Câmara Municipal de São Paulo, vereador Milton Leite (União Brasil), não registrou a candidatura à reeleição até o momento e afirmou que encerrou a carreira política. O parlamentar disse que se sente satisfeito com sua trajetória pública e que colaborou para o progresso da capital paulista durante seus sete mandatos consecutivos de vereador. “Já dei minha contribuição para a sociedade.”

“Com muito orgulho encerro minha trajetória como vereador de São Paulo sem nenhuma condenação judicial, economizando mais de R$ 1 bilhão aos cofres públicos e com muito trabalho pelos mais necessitados da periferia de São Paulo”, afirmou ele ao **Estadão** anteontem. O prazo para registro de candidatura termina no dia 15 de agosto, mas o nome do candidato precisa ser oficializado em convenção partidária para formalização na Justiça Eleitoral, o que não ocorreu no caso do vereador.

Preterido
Vereador se colocou como vice de Nunes, mas escolhido foi nome indicado por Bolsonaro

Na convenção, o União Brasil transferiu para a Executiva municipal da sigla a competência de decidir se haverá coligação majoritária com o prefeito Ricardo Nunes (MDB) ou com o influenciador Pablo Marçal (PRTB), ou mesmo se a legenda lançará candidatura própria à Prefeitura.

Leite perdeu protagonismo no processo de formação da chapa de Nunes. Ele se colocou como pré-candidato a vice, mas foi preterido pelo coronel da reserva Ricardo de Mello Araújo (PL), indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A articulação foi feita pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), com quem a relação do presidente do Legislativo municipal não é das melhores.

TESTEMUNHA. Em abril, Leite foi arrolado como testemunha na investigação sobre a ligação do PCC com empresas de ônibus que atuam no transporte público paulistano e lavariam dinheiro para a facção criminosa. Ele teve o sigilo fiscal quebrado em 2023 a pedido do Ministério Público de São Paulo. O vereador nega envolvimento no caso. ●

Marina Helena é a 1ª a registrar candidatura

ZECA FERREIRA

Ex-secretária de Desestatização na gestão de Jair Bolsonaro (PL), a economista Marina Helena (Novo) registrou sua candidatura à Prefeitura de São Paulo na Justiça Eleitoral. Ela é a primeira candidata ao comando da capital paulista a ter suas informações divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo a Corte, Marina declarou possuir um patrimônio de R$ 9,7 milhões. Em 2022, ela havia declarado R$ 8,6 milhões em bens à Justiça Eleitoral.

O registro de candidatura de Marina Helena traz o coronel da Polícia Militar Reynaldo Priell Neto (Novo) como candidato a vice-prefeito na chapa sem coligações. Priell Neto é coronel veterano da Polícia Militar e está na corporação desde 1987. É bacharel em Direito, mestre em Direito Contratual e doutor em Ciências Policiais. De 2015 a 2017, comandou a Assessoria Policial Militar da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

Com a promessa de “passar um pente-fino em todos os contratos” da administração municipal e combater o que chamou de “máfias que dominam a cidade”, Marina Helena oficializou no último domingo sua candidatura em convenção do partido Novo.

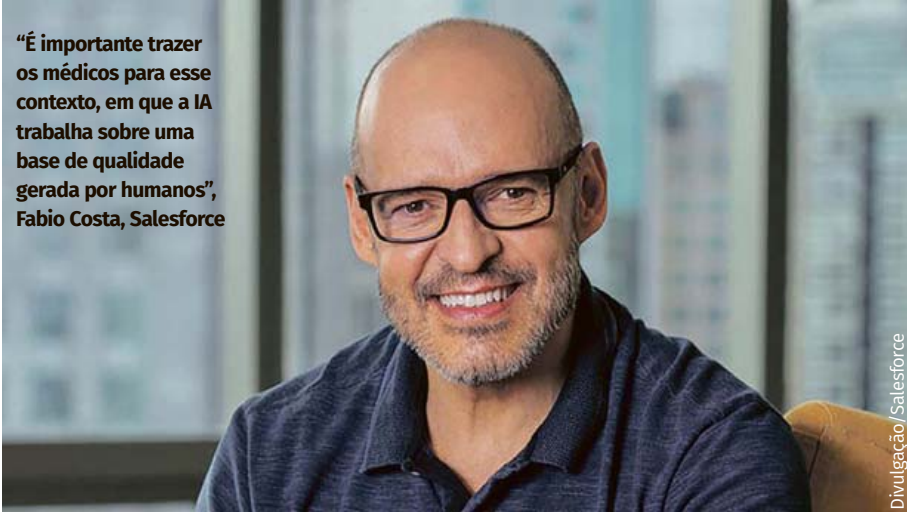
Apesar do registro, o período de campanha só começa em 16 de agosto. Ao fim do evento, a sigla confirmou a filiação do deputado federal Ricardo Salles. A adesão de Salles, egresso do PL, faz com que a legenda atinja o quórum de cinco deputados na Câmara, o que garante a presença de Marina em debates televisivos. ●

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por Salesforce.

Inteligência artificial é uma ferramenta para aprimorar o trabalho dos médicos, não para substituí-los

Com mais de um século de existência, Hospital Sírio-Libanês avança na transformação digital

Divulgação/ Hospital Sírio-Libanês

"A inteligência humana somada à artificial pode fazer descobertas que não seriam feitas isoladamente, nem pelo olho humano, nem pela máquina", Paulo Nigro, HSL

"É importante trazer os médicos para esse contexto, em que a IA trabalha sobre uma base de qualidade gerada por humanos", Fabio Costa, Salesforce

Divulgação/Salesforce

Paulo Nigro e Fabio Costa conversam sobre a adaptação dos profissionais da Medicina às inovações tecnológicas

A inteligência artificial está cada vez mais sendo vista como uma grande aliada em potencial dos médicos. "É um recurso que, somado à capacidade humana, poderá levar a avanços incríveis", diz Paulo Nigro, CEO do Hospital Sírio-Libanês. Acompanhe trechos da conversa dele com o general manager da Salesforce, Fabio Costa, sobre a transformação digital na Medicina e o case do tradicional hospital, que continua em constante expansão ao completar 103 anos.

A pandemia impulsionou a transformação digital em diversos setores, incluindo a Medicina. Como esse processo se deu no Sírio-Libanês?

Paulo Nigro – A tecnologia certamente ajudou a encurtar processos e dar fluxo à população que chegou aqui em busca de atendimento. Colocamos estruturas de fast track em todas as áreas, desde o estacionamento. Conseguíamos fazer ali uma pré-triagem, confirmar se a pessoa tinha o vírus e se seria encaminhada à nossa ala especial para pacientes de covid. Foi a aceleração de um processo iniciado há sete, oito anos, quando começamos por coisas bem simples, como planilhas, a adoção de um novo software e a montagem de um ou outro squad.

Fabio Costa – Muitas vezes, a dificuldade do processo de transformação digital nem é orçamentária, mas convencer as pessoas a trabalhar de forma diferente. O Sírio-Libanês demonstra ter essa capacidade de desenvolver novas formas de trabalhar, o que é um ponto superpositivo. Como o Paulo relatou, a transformação digital do hospital foi acelerada durante a pandemia não como consequência direta das tecnologias que estavam sendo incorporadas, mas pelas adaptações na forma de trabalhar.

Paulo, como funciona, dentro do Sírio-Libanês, a definição das tecnologias que serão adotadas?

Paulo Nigro – Talvez o fato de sermos uma instituição muito orientada para processos facilite tudo. Temos amadurecido esse perfil ao longo de 103 anos de existência. A pandemia foi um momento em que aqueles que podiam fazer a aceleração dos processos tiveram mais voz. Passada a emergência, fizemos uma grande avaliação. Identificamos problemas como a falta de interoperacionalidade entre as unidades e de padronização na enorme quantidade de dados que geramos, o que não nos permitia fazer muita coisa com esses dados. Iniciamos então um esforço para padronizar os dados que estávamos gerando, ao mesmo tempo que passamos a treinar nossas equipes para ter a capacidade de utilizar esses dados. Isso está nos levando a fazer coisas que não imaginávamos. Um exemplo: não só estamos gerenciando a fila com mais eficiência, mas conseguindo também fazer a predição de fila. A partir do cruzamento de informações como profissão e idade, sabemos quem tem alta chance de não aparecer num exame marcado, o que nos permite fazer um trabalho mais cuidadoso de confirmação. Isso é usar a tecnologia com inteligência, em nome do aumento de eficiência.

Fabio, ter um banco de dados com uma mesma formatação é um passo crucial para usar com eficiência a inteligência artificial, não é?

Fabio Costa – Sem dúvida. As empresas cultivam informações em silos, sem integração entre os departamentos. E faziam isso por não ter as soluções que existem hoje para organizar os dados de uma companhia. Esse é um traço da Salesforce: montar um sistema de informações organizadas para o uso de pessoas que não necessariamente têm experiência em Tecnologia da Informação. O HSL ter se atentado a isso é muito importante para que o hospital venha a usar a inteligência artificial com eficiência cada vez maior.

Estamos perto de ter inteligência artificial fazendo diagnóstico melhor que os médicos?

Paulo Nigro – Não acredito nisso. Não usamos inteligência artificial nos exames, e sim nos laudos médicos. No caso de mamografias, por exemplo, estamos aplicando IA para identificar palavras-chave que estão no laudo e, com isso, identificar pacientes com maior chance de agravamento do quadro. É outra camada de inteligência, que é a inteligência humana somada à inteligência artificial. Juntos, esses dois tipos de inteligência podem fazer descobertas que não seriam feitas isoladamente, nem pelo olho humano, nem pela máquina. O que precisamos fazer é dar condições ao nosso corpo clínico para se desenvolver a acessar as ferramentas.

Fabio Costa – Vemos muitos médicos dedicando tempo a aprender como interagir de forma correta com essas ferramentas, o que é extremamente positivo. É importante trazer os médicos para esse contexto, em que a IA trabalha sobre uma base de qualidade gerada por humanos.

Conteúdo patrocinado

Estados

Aumento de 300% para Zema vai contra Regime de Recuperação Fiscal

Parecer foi dado por conselho que fiscaliza o acordo, depois de o governador de Minas incluir o valor do salário no plano

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

O Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) de Minas Gerais considera que o aumento de 300% concedido ao governador Romeu Zema (Novo), ao vice-governador Mateus Simões (Novo) e aos secretários estaduais no ano passado é irregular, pois descumpre regras do programa de renegociação da dívida dos estados com a União.

Guilherme Laux, representante do Ministério da Fazenda no conselho, e Roberto Pereira, representante do Tribunal de Contas da União (TCU), consideraram que o governo Zema descumpriu a proibição de conceder "aumento, reajuste ou adequação de remuneração". O representante do governo mineiro, Marcos Augusto Diniz, se absteve.

O parecer foi emitido em março após uma consulta do Sindicato dos Servidores da Tributação e Fiscalização (Sinfazfisco-MG) e revelado pelo jornal O *Tempo*. O **Estadão** também obteve o documento.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO-6/10/2023

Governador Romeu Zema sancionou o reajuste em maio de 2023

A lei do Regime de Recuperação Fiscal estabelece como exceção a concessão de recomposição salarial para corrigir perdas inflacionárias. A inflação foi de 6,34% em 2022 e de 4,62% em 2023. Zema sancionou o reajuste de 300% em maio do ano passado.

Em uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) ele justificou que era necessário corrigir uma inconstitucionalidade: seu salário deveria servir como teto do funcionalismo mineiro, mas havia servidores que ganhavam mais do que o governador. Antes do aumento, Zema recebia R$ 10,5 mil, valor que não era reajustado desde 2007.

O principal problema de Minas Gerais é a dívida de R$ 164 bilhões com a União. As parcelas do débito não são pagas desde o final de 2018 com base em liminares do STF renovadas sucessivamente desde então.

Zema inicialmente defendia a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, que permite a renegociação da dívida em troca de medidas para conter o aumento do gasto público. Com dificuldades para convencer os deputados estaduais, o governador conseguiu no Supremo autorização para usufruir dos benefícios do programa, ou seja, refinanciar a dívida, desde que cumprisse as contrapartidas – entre elas, não conceder aumentos acima da inflação.

Em nota, o governo de Minas Gerais afirmou que o reajuste de 300% para Zema e para a cúpula do governo mineiro não modifica a situação atual. "Por orientação do próprio Conselho de Supervisão, o reajuste indicado foi devidamente ressalvado no Plano de Recuperação revisado. Dessa forma, não coloca em risco a permanência no RRF nem o processo de homologação da adesão ao regime", disse o Executivo, por nota.

'EMPECILHO'. O Ministério da Fazenda, porém, tem entendimento contrário. A pasta disse ao jornal mineiro que a medida pode ser um empecilho para homologar a adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal. No fim do ano passado, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apresentou uma proposta alternativa ao regime: a possibilidade de os Estados federalizarem estatais para abater a dívida e a redução do indexador, atualmente IPCA acrescido de 4% de juros.

O projeto de lei de Pacheco foi apresentado no início do mês e ainda não há certeza de quando será aprovado no Senado e na Câmara dos Deputados. O tempo é fator importante: o ministro do Supremo Edson Fachin prorrogou a suspensão do pagamento da dívida com a União somente até o próximo dia 1.º de agosto.

Em uma tentativa de ganhar um prazo maior para que o projeto de Pacheco se torne lei, o governo Zema pediu que a data-limite fosse prorrogada até o dia 28 do mesmo mês, quando o mérito da ação será julgado no plenário do Supremo. Ainda não houve resposta.

> ***"O reajuste indicado foi devidamente ressalvado no Plano de Recuperação Fiscal revisado. Dessa forma, não coloca em risco a permanência no RRF nem o processo de homologação da adesão ao regime"***
> **Governo de Minas Gerais**
> **Em nota**

Porém, se o pedido for negado, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Tadeu Martins Leite (MDB), disse que colocará a adesão ao regime em votação no dia 1.º de agosto.

O RRF é um programa de renegociação das dívidas com a União. No caso de Minas, o valor é de R$ 156,5 bilhões. No acordo, o Estado se compromete a adotar medidas para elevar a receita ao mesmo tempo que corta despesas. Também estão previstas a criação de um teto de gastos estadual, limitado pela inflação, e a privatização da Codemig, estatal mineira. ●

Justiça

Moraes nega semiaberto a Silveira e reitera multa

PEPITA ORTEGA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, negou colocar o ex-deputado Daniel Silveira em regime semiaberto – quando o preso dorme na cadeia e pode sair de dia para trabalhar. O magistrado rejeitou um pedido da defesa do ex-parlamentar sob o argumento de que, para que houvesse a progressão de pena requerida, Silveira já teria de ter pagado a multa que foi imposta quando ele foi condenado a oito anos e nove meses de prisão por atentar contra a democracia.

O valor da multa imposta é de 175 salários mínimos, o equivalente a mais de R$ 240 mil. Além de vincular o semiaberto almejado por Silveira ao pagamento da sanção, o ministro do STF intimou a defesa a quitar voluntariamente o valor e determinou que a Secretaria da Corte máxima lance o débito na dívida ativa, caso não haja o respectivo pagamento.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Decisão de ministro reafirma dívida de Daniel Silveira

Em nota, a defesa do ex-deputado afirmou que "não há previsão legal para condicionar o pagamento da multa à análise do direito de progressão de regime ao menos gravoso". O advogado Paulo Faria atribui a Moraes "ilegalidade".

Em despacho assinado anteontem, Moraes ressaltou que Silveira já poderia ter pago a multa voluntariamente, dez dias após sua sentença ter se tornado definitiva – em agosto de 2022 – sem provocação do Supremo ou do Ministério Público Federal.

REQUISITO. O ministro frisou que o não pagamento da multa constitui descumprimento de um dos requisitos para a progressão de pena. Além disso, Moraes afastou a alegação da defesa de que a multa poderia ser compensada com os valores bloqueados das contas de Silveira – R$ 624.352,77 –, uma vez que a constrição ocorreu no bojo de um outro inquérito, o que apura suposto crime de desobediência cometido pelo exdeputado em razão da violação de regras de monitoramento eletrônico.

> ***"Inviável o deferimento da progressão de regime prisional pretendida pela defesa sem que haja o efetivo pagamento da pena pecuniária fixada, até porque o executado não cumpriu o requisito objetivo"***
> **Alexandre de Moraes**
> **Ministro do Supremo**

PROGRESSÃO. Segundo o magistrado, o montante bloqueado vai garantir o pagamento de multas por descumprimento de medidas cautelares. "Inviável o deferimento da progressão de regime prisional pretendida pela defesa sem que haja o efetivo pagamento da pena pecuniária fixada, até porque o executado não cumpriu o requisito objetivo, tampouco adimpliu com a pena de multa ou comprovou situação clara de hipossuficiência", escreveu Moraes.

A defesa de Silveira sustenta que o ex-deputado já cumpriu 24% de sua pena, sem contar as atividades que desempenhou para poder abater o tempo de cárcere. Para que um preso progrida de regime é necessário o cumprimento de 1/4 do total da condenação. ●

Joias sauditas

PGR se opõe ao acesso de Bolsonaro à delação de Cid

Advogados do ex-presidente pediram ainda outros documentos ligados à investigação sobre venda de presentes

JEAN ARAÚJO

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou, anteontem à noite, de forma contrária ao pedido feito pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que solicitava acesso à delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, e a outros documentos ligados à venda de joias sauditas. O caso foi revelado pelo **Estadão** em 2023.

No documento, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, explica que a colaboração de Cid vai além das joias e ela pode gerar outros desdobramentos. “Existem outras investigações em curso, ainda não finalizadas, que também se baseiam nas declarações prestadas pelo colaborador, o que reforça a inviabilidade do acesso pretendido neste momento processual”, pontuou em trecho da decisão.

Ele também afirmou que Bolsonaro não possui direito de acessar as informações e que, segundo a legislação, a delação premiada precisa continuar em sigilo até que seja formalizada uma denúncia ou queixa-crime. Ou seja, até que a investigação seja concluída.

“Todos os elementos relevantes para as investigações desenvolvidas nesta petição já se encontram documentados e foram franqueados à defesa do investigado. Caso exista outra investigação relacionada ao interessado, o pedido de acesso, certamente, será deferido nos autos pertinentes, uma vez demonstrada a condição de investigado”, conclui Gonet na decisão.

O pedido da defesa foi enviado ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, relator no Supremo, no dia 10 de julho. “Frise-se que o acesso tal como pleiteado há que ser irrestrito, haja vista que o enunciado da súmula vinculante 14 somente excepciona o acesso aos elementos de prova que não tiverem sido documentados em procedimento investigatório, o que não se aplica ao presente caso, haja vista a midiática informação sobre o indiciamento e conclusão da apuração”, diz trecho do documento escrito pelos advogados.

Auxiliar

Ex-ajudante de ordens, Cid foi solto após fechar acordo de colaboração

O tenente-coronel Mauro Cid atuou como ajudante de ordens da Presidência, no mandato de Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022. Alvo de uma série de investigações, foi preso no início de maio de 2023, suspeito de ter participado de uma fraude para inserção de dados falsos de vacinação da covid-19 no sistema do Ministério da Saúde. Ele foi solto em setembro do mesmo ano, após acordo de delação premiada.

A partir das revelações da delação de Mauro Cid, a Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação Tempus Veritatis, para apurar suposta tentativa de golpe de Estado e abolição do estado democrático de direito após as eleições de 2022. No dia 11 de março, Cid também prestou depoimento, por nove horas, para detalhar provas que foram obtidas pela Tempus Veritatis em fevereiro. A operação mirou Bolsonaro, ex-ministros e militares. ●

Hang é condenado em 2ª instância por difamação

A 1.ª Câmara Especial Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul reformou sentença de primeira instância e condenou o aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o empresário Luciano Hang, por injúria e difamação por chamar um arquiteto de “esquerdopata” e sugerir que ele “vá para Cuba”. De acordo com o acórdão, ele pegou um ano e quatro meses de reclusão. As penas foram convertidas em prestação de serviços e pagamento de multa no valor de 35 salários mínimos.

“As declarações do querelado (*Hang*) não estão protegidas pela liberdade de expressão, pois ultrapassam os limites do debate público legítimo. Não ficou caracterizado um mero direito de crítica, tratando-se de um exemplo de discurso de ódio”, diz trecho do acórdão. “A liberdade de expressão não constitui liberdade de agressão e deve ser exercida com responsabilidade, protegida pela Constituição.”

Hang vai recorrer. “É inaceitável que debates políticos sejam punidos tirando o direito à liberdade de expressão”, disse o empresário. ● HEITOR MAZZOCO

Pressão democrata

Kamala diz a Netanyahu que não ficará calada sobre guerra em Gaza

Premiê israelense se reúne com vice-presidente dos EUA, que assumiu a campanha democrata; no encontro, ela pressionou por um acordo de cessar-fogo com o Hamas

WASHINGTON

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, se reuniu ontem com Kamala Harris, vice-presidente dos EUA e provável candidata democrata na eleição presidencial. Ao premiê, ela pediu um acordo de cessar-fogo com o Hamas, a libertação dos reféns israelenses e disse que não ficaria calada sobre o conflito.

"Israel tem o direito de se defender. Mas a forma como faz isso é importante. Deixei clara minha séria preocupação com a terrível situação humanitária em Gaza. Não vou ficar calada", disse Kamala, em uma visível mudança de tom com relação ao presidente, Joe Biden.

Em linha com a tradicional política externa americana, no entanto, Kamala disse que Israel tem o direito de se defender e condenou os ataques do Hamas de 7 de outubro. "Vamos fechar o acordo para um cessar-fogo e acabar com a guerra", disse Kamala. "Vamos trazer os reféns de volta para casa e vamos proporcionar o alívio tão necessário ao povo palestino."

Horas antes, Biden e Netanyahu se reuniram na Casa Branca. Diante das câmeras, o encontro parecia amigável. Mas, a portas fechadas, o presidente também pressionou Netanyahu a aceitar um acordo de cessar-fogo com o Hamas que envolva a libertação dos reféns israelenses em Gaza.

DETALHES. Segundo o *New York Times* e o *Washington Post*, um acordo em Gaza nunca esteve tão perto. "Basta Israel aceitar", disse ontem um assessor de Biden à CNN. Enquanto os dois se reuniam na Casa Branca, o porta-voz de Segurança Nacional dos EUA, John Kirby, disse que "as diferenças poderiam ser superadas". "Precisamos fazer isso rápido", disse. "Estamos mais próximos do que nunca. Os dois lados precisam fazer concessões."

A viagem de Netanyahu a Washington não poderia ter acontecido em um momento mais conturbado na política americana. Após decidir buscar apoio nos EUA, o republicano Donald Trump levou um tiro na orelha direita, Biden desistiu da corrida presidencial e sua vice, Kamala, assumiu a campanha democrata.

ROBERTO SCHMIDT/AFP

Netanyahu e Kamala se reúnem em Washington: mudança de tom

> ***"Deixei clara minha séria preocupação com a terrível situação humanitária em Gaza. Não vou ficar calada"***
> **Kamala Harris**
> **Vice-presidente dos EUA e candidata democrata, após reunião com Netanyahu**

PRESSÃO. Internamente, Netanyahu também vem sofrendo pressão das famílias dos sequestrados e de parlamentares da oposição, que organizam manifestações de rua cada vez maiores e acusam o premiê de sabotar um acordo com o Hamas. Com sua popularidade em queda livre, o primeiro-ministro israelense estaria usando a guerra em Gaza para ganhar uma sobrevida e escapar do julgamento das urnas.

AFAGOS. "Temos muito o que conversar", disse ontem Biden, ao dar as boas-vindas a Netanyahu no Salão Oval. "De um orgulhoso judeu sionista para um orgulhoso irlandês-americano sionista, quero agradecer-lhe por 50 anos de serviço público e 50 anos de apoio ao Estado de Israel", respondeu Netanyahu a Biden, no início da reunião.

O presidente dos EUA agradeceu a Netanyahu e observou que seu primeiro encontro com uma primeira-ministra israelense foi com Golda Meir, em 1973, logo após ele ter sido eleito para o Senado americano. ● NYT e WP

Vantagem de Trump cai, segundo pesquisa

WASHINGTON

A vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, está praticamente empatada com o ex-presidente Donald Trump, segundo pesquisa Siena College/*New York Times*, publicada ontem . A projeção indica que o republicano tem 48% da preferência do eleitor e a democrata, 47%.

A pesquisa confirma uma tendência de recuperação da chapa democrata depois da desistência do presidente, Joe Biden, no fim de semana. Os números representam uma melhora significativa de Kamala quando comparado com a pesquisa anterior, de julho, que mostrou Biden 6 pontos porcentuais atrás.

De acordo com a pesquisa, Kamala recuperou o apoio de jovens, mulheres, negros e latinos. A democrata também registrou um aumento de sua poularidade (de 36% para 46%) e uma queda de sua reprovação (de 55% para 49%).

LIDERANÇA. Trump, no entanto, ainda lidera por 48% a 46% entre eleitores registrados. Ele liderava Biden entre este público por 9 pontos percentuais na pesquisa pós-debate. Em uma disputa com vários candidatos, menos de um ponto porcentual separa Trump e Kamala (a democrata tem 44% e republicano, 43%).

A parcela de votos do candidato independente Robert F. Kennedy Jr. continua caindo, atingindo apenas 5% na nova pesquisa. Ele foi o único candidato de um partido pequeno acima de 1%. Sua presença na disputa, segundo a sondagem, tira mais votos de Trump do que de Kamala. ● NYT

Guerra ao Hamas

Exército de Israel retira de túnel corpos de 5 reféns

Cadáveres foram encontrados na quarta-feira em túnel a 20 metros de profundidade em Khan Younis

TEL-AVIV

Tropas israelenses anunciaram ontem que recuperaram os corpos de cinco israelenses que haviam sido levados para Gaza. A informação veio no momento em que cresce a pressão internacional por um acordo de cessar-fogo que envolva a libertação dos reféns que o Hamas sequestrou nos ataques do dia 7 de outubro.

Os corpos foram encontrados na quarta-feira em um túnel em uma zona de Khan Younis, que Israel designou anteriormente como uma área humanitária aonde os civis de Gaza poderiam ir para evitar os combates e receber ajuda, disseram os militares israelenses. O túnel tinha 220 metros de comprimento e mais de 20 de profundidade, com vários cômodos, segundo o Exército.

Israel disse que o Hamas explorou a "zona humanitária" para lançar foguetes contra Israel, além de usá-la para outros fins militares. Grupos de ajuda humanitária lamentaram que o Exército tenha atacado a área, apesar de ter garantido aos habitantes que eles estariam mais seguros no local. O Hamas não se manifestou sobre os corpos.

Israel iniciou esta semana uma nova operação em Khan Younis, usando tanques e caças para atacar o que descreveu como infraestrutura do Hamas no sul da cidade. O almirante Daniel Hagari, porta-voz militar israelense, disse que a nova ofensiva tinha como objetivo "viabilizar a operação" para recuperar os corpos dos reféns.

ISRAELI ARMY/AFP

Tropas de Israel em Gaza: missão após informações de inteligência

MORTES. Dezenas de pessoas foram mortas durante o ataque israelense a Khan Younis, informou o Ministério da Saúde de Gaza. Muitos fugiram de suas casas com a intensificação dos bombardeios, enquanto outros optaram por ficar, acreditando que estariam mais seguros em suas casas do que em barracas. Na ofensiva, Hagari disse que as forças israelenses haviam matado "muitos terroristas".

Autoridades israelenses afirmaram que os cinco corpos recuperados são de Maya Goren, de 56 anos; Tomer Ahimas, de 20 anos; Kiril Brodski, de 19 anos; Oren Goldin, de 33 anos; e Ravid Katz, de 51 anos. Eles foram mortos, segundo Israel, durante os ataques de 7 de outubro e levadas para Gaza como moeda de troca.

O Exército israelense disse que informações de inteligência – incluindo muitas obtidas em interrogatórios de militantes palestinos detidos – guiaram os soldados até o túnel onde estavam os corpos.

A recuperação dos corpos e as imagens dos cinco retornando para casa em sacos de cadáveres aumentou a pressão interna sobre o primeiro-ministro, Binyamin Netanyahu, para encerrar a guerra, no momento em que ele viaja para os EUA para consolidar o apoio americano para manter os combates.

Detidos
Seis parentes de reféns israelenses foram detidos durante discurso de Netanyahu no Congresso

Durante o discurso de Netanyahu no Congresso, na quarta-feira, seis parentes de reféns foram detidos na galeria da Câmara dos Deputados pela polícia do Capitólio – todos usavam camisetas pedindo um acordo para libertar os reféns. "Netanyahu falou por 54 minutos e não mencionou uma única vez a necessidade de acordo", disse Gil Dickmann, cujo primo Carmel Gat foi sequestrado. "Ele precisa assinar o acordo e libertar todos os reféns agora." ● NYT e AP

Ameaça ao chavismo

Oposição lamenta decisão do TSE de não enviar observadores à Venezuela

González Urrutia, candidato que desafia o poder de Maduro, diz que ausência de técnicos brasileiros envia um 'sinal ruim'

CARACAS

O principal candidato opositor nas eleições da Venezuela, o diplomata Edmundo González Urrutia, lamentou ontem a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de cancelar a missão para observar a votação de domingo, após declarações do ditador, Nicolás Maduro, de que as eleições no Brasil não são auditáveis. Em entrevista transmitida pelo TikTok, Urrutia disse que a ausência do TSE é "um sinal ruim".

"Teríamos gostado de contar com a presença (do TSE). É um sinal ruim", disse o opositor, ao ser questionado sobre a decisão. Apesar disso, o candidato expressou otimismo com o monitoramento do processo eleitoral. "Contamos com a observação de milhões de venezuelanos em 28 de julho. Essa será a melhor fiscalização. Eles estarão muito atentos ao que acontecerá no dia e aos resultados."

González Urrutia também lamentou que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) tenha desconvidado o ex-presidente argentino Alberto Fernández por declarações consideradas hostis pela ditadura venezuelana. Assim como Lula, Fernández disse que Maduro deveria reconhecer o resultado eleitoral em caso de derrota. A Colômbia, que foi alvo de ataques semelhantes do chavismo, também cancelou o envio de uma missão diplomática.

REAÇÃO. O cancelamento da missão do Brasil foi tomada após Maduro afirmar, durante um comício, que as eleições no Brasil não eram auditadas, uma fala que ecoa o discurso bolsonarista.

"Em face de falsas declarações contra as urnas eletrônicas brasileiras, que, ao contrário do que afirmado por autoridades venezuelanas, são auditáveis e seguras, o TSE não enviará técnicos para atender convite do Conselho Nacional Eleitoral para acompanhar a eleição de domingo", afirmou o tribunal, em nota.

"A Justiça Eleitoral brasileira não admite que, interna ou externamente, por declarações ou atos desrespeitosos à lisura do processo eleitoral brasileiro, se desqualifiquem com mentiras a seriedade e a integridade das eleições e das urnas eletrônicas no Brasil."

RETA FINAL. A coletiva de ontem marcou o último dia da campanha de González Urrutia. Ele apareceu acompanhado de María Corina Machado, líder da oposição, impedida pelo chavismo de disputar a presidência. Assim como o candidato, ela também ressaltou a importância da observação eleitoral. "Esse processo começa com a instalação das mesas eleitorais. Estaremos monitorando centro por centro, mesa por mesa, para garantir que tudo esteja funcionando", disse. ● EFE

FEDERICO PARRA /AFP

González Urrutia e María Corina durante entrevista em Caracas

Brasil e Colômbia não descartam chances de vitória do chavismo

Os chanceleres do Brasil, Mauro Vieira, e da Colômbia, Luis Gilberto Murillo, se reuniram ontem em Brasília para discutir a eleição na Venezuela. Durante a conversa, os dois avaliaram que o resultado está em aberto e não dá para antecipar um ganhador, seja Nicolás Maduro ou o opositor Edmundo González Urrutia. Na reunião, que durou 3 horas, Vieira e Murillo concordaram que as pesquisas divergem sobre quem está à frente. A oposição venezuelana acusa os institutos que indicam vitória de Maduro de serem ligados ao chavismo. ●

Cerco à oposição

Maduro reforça apoio militar antes de eleição de domingo

CARACAS

Às vésperas da eleição que ameaça seu poder, o ditador Nicolás Maduro vem reforçando a presença de militares nas ruas para intimidar críticos do governo. A estratégia, no entanto, vem dando poucos resultados. Quando os oficiais fogem do sol escaldante, os soldados se mostram mais abertos e perguntam aos opositores sobre a presença de María Corina Machado. "Ela chegou?", perguntava um militar curioso sobre a líder da oposição.

Desde que assumiu o poder, em 2013, Maduro não hesitou em enviar tropas para acabar com protestos, ao mesmo tempo em que recompensava oficiais com empregos em estatais. Mas, a poucos dias da votação, ele vem trabalhando para reforçar a lealdade das Forças Armadas e tentando manter os comandantes na linha.

Nos últimos dias, Maduro apareceu na TV, em uma cerimônia de formatura de 25 mil policiais, dizendo que a tropa era a primeira linha de defesa contra as "tentativas da direita de provocar uma tragédia". Ele promoveu dezenas de oficiais e concedeu um novo título ao seu ex-ministro da Defesa Vladimir Padrino López: "General do Povo Soberano".

APOIO. O alto escalão militar se manteve firme ao lado de Maduro. A oposição tem lutado para conquistar o Exército, mas o oficialato têm sido parte integrante do controle chavista. Os soldados que saem da linha são punidos com rigor. Os membros das Forças Armadas representam cerca da metade dos 301 opositores detidos e classificados como presos políticos pelo Foro Penal, ONG que monitora a repressão.

"Embora uma revolta nos quartéis seja improvável, o descontentamento é geral", disse William Brownfield, ex-embaixador dos EUA na Venezuela e analista do Wilson Center, em Washington. "A economia encolheu 71%, entre 2012 e 2020, e a inflação chegou a 130.000%. Com isso, soldos e regalias desapareceram." A deserção aumentou e muitos militares estão entre os milhões que fugiram do país. "Recrutas e oficiais de baixa patente empobreceram", disse Brownfield. "Muitos têm parentes que fugiram e são mais suscetíveis à mensagem da oposição."

Dado o histórico de conflitos, muitos esperam uma onda de violência seja qual for o resultado. Para o general Manuel Figuera, ex-chefe de espionagem, esse poderia ser o início do fim do chavismo, já que a maioria da tropa, segundo ele, rejeitaria a ordem de repressão. "Eles não vão se rebelar, mas também não vão obedecer às ordens", disse.

Alguns dizem que Maduro não confia em seus aliados e vê em Padrino López um militar que pode trair o ditador. Aos 61 anos, ele é um dos últimos oficiais treinados nos EUA – antes de Chávez mudar as alianças da Venezuela para Rússia, China e Irã. "Se houver uma avalanche de pessoas nas ruas, haverá pressão sobre Padrino López", argumentou o general reformado Rodolfo Camacho, opositor de Maduro. "Esta é a única pequena esperança que me resta." ● AP

> **Estado militar**
> **Descontentamento com crise na Venezuela também atinge recrutas e oficiais de baixa patente**

A guerra de Putin

Chanceler da Ucrânia pede ajuda a Hong Kong

O chanceler da Ucrânia, Dmitro Kuleba, pediu ontem a Hong Kong que impeça a Rússia e as empresas russas de usarem a região para contornar as sanções internacionais. Kuleba se reuniu com o líder de Hong Kong, John Lee, como parte de uma visita à China. ●

STEPHANIE SCARBROUGH/AP - 9/7/2024

Mauritânia

Naufrágio mata 25 e deixa 190 desaparecidos

A Organização Internacional para Migração (OIM) disse que 25 imigrantes morreram e 190 estão desaparecidos após o naufrágio de um barco na segunda-feira na costa da Mauritânia – 103 pessoas foram resgatadas em um operação de emergência da Guarda Costeira da Mauritânia. ●

(IN)**SEGURANÇA PÚBLICA :** CRIME ORGANIZADO

Investigações miram compras de BMW, Mercedes e Ferrari pelo PCC

Cerca de 500 transações com veículos avaliados entre R$ 200 mil e R$ 4 milhões, feitas em 3 anos, se tornaram alvo de Receita Federal, Ministério Público Estadual e Polícia Civil

MARCELO GODOY

A morte de Rafael Maeda Pires, o Japonês do PCC, foi o ponto de partida para a polícia investigar lojas de carros do Tatuapé, sob a suspeita de lavagem de dinheiro e ocultação de bens pelo Primeiro Comando da Capital. Em um ano de investigações, cerca de 500 transações com veículos avaliados entre R$ 200 mil e R$ 4 milhões, feitas nos últimos três anos, se tornaram alvo de exame pela Receita Federal, pelo Ministério Público Estadual e pela Polícia Civil.

Somadas, essas operações teriam movimentado até R$ 130 milhões. A reportagem não obteve retorno das lojas citadas nas investigações. Como o **Estadão** mostrou, o dinheiro do crime organizado também tem financiado a aquisição de imóveis em prédios de alto luxo e até fintechs em área nobre do Tatuapé, na zona leste de São Paulo.

A equipe do 30.º Distrito Policial (Tatuapé) chegou à garagem de um prédio comercial da Rua Antônio de Barros, no fim da tarde de 4 de maio de 2023. A vítima estava dentro de um Toyota Corolla preto, blindado. Ao seu lado, havia uma pistola calibre 9 mm com uma cápsula deflagrada.

A porta estava aberta e o motor, ligado. No chão, ao lado do motorista, estavam 18 bitucas de cigarro. O cenário parecia ser o de um suicídio, inclusive pela mensagem que o homem que jazia no carro havia mandado para a mulher, uma hora antes.

UM ADESIVO. No para-brisa, um adesivo de uma loja de carros levaria os policiais a outra descoberta importante sobre o modo de vida dos criminosos no Tatuapé: o comércio de compra e venda de carros de luxo para a ocultação de bens de traficantes de drogas. O adesivo era da AK Motors, que se tornou o primeiro alvo dos investigadores do 30.º DP. Foi para lá que o delegado Marcos Galli Casseb enviou seus homens no dia 27 de julho de 2023.

Saíram de lá com 55 carros, incluindo Ferrari, Porsche, Mercedes e uma McLaren avaliada em quase R$ 2,4 milhões. Todos estavam supostamente na loja deixados em consignação pelos donos dos carros, que aguardariam a venda dos veículos.

RECEITA FEDERAL

Ação da Operação Fim da Linha na zona leste; suspeita é de que loja venderia o bem, mas não passaria para o nome do verdadeiro dono

@LEANDRO1APC/ REPRODUÇÃO X

Donos não apareceram e 18 veículos ainda continuam bloqueados

Um ano depois, o delegado Casseb ainda mantinha bloqueados 18 dos veículos. É que nenhum de seus proprietários foi à delegacia reclamar o carro. Entre eles estava a McLaren 540C, seis Mercedes (modelos AMG, 540, C-180 e C-250), sete BMWs (modelos Z4, 320i e X320), dois Land Rover Evoque e dois Audi (um Q5 e um RS6).

SEGUNDA FASE. Durante meses, os policiais reuniram provas para montar a segunda fase da operação, que atingiu a loja Imperial, também no Tatuapé. Desta vez, apanharam 31 veículos de luxo. Era dia 8 de abril. Um dia depois, outra loja no Tatuapé, a EZ Veículos, foi alvo da Operação Fim da Linha, que investiga a captura do sistema de transporte público de São Paulo pelo PCC. Ali os agentes da Receita Federal apreenderam um arquivo com 350 registros de compra e venda de veículos dos últimos três anos.

> ***"Além de ocultar o patrimônio, os carros são uma forma de 'guardar' o dinheiro da organização criminosa, que pode dispor deles segundo suas necessidades"***
>
> **Fábio Bechara**
> **Promotor do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público**

A Delegacia de Fraudes Estruturadas, da Receita, fez cópia de toda a documentação e agora se debruça sobre os dados dos documentos. Ali estão os nomes dos verdadeiros donos dos carros, a identidade de quem foi apanhar o veículo e em nome de quem estão Lamborghinis e outros carros – a Receita estabeleceu como "linha de corte" para análise os veículos avaliados em mais de R$ 300 mil.

A loja venderia o bem, mas não passaria para o nome do verdadeiro dono. Todos os indícios são no sentido de que o esquema servia para ocultar o patrimônio de quem não tinha como justificar o sinal exterior de riqueza.

"Além de ocultar o patrimônio, os carros são uma forma de 'guardar' o dinheiro da organização criminosa, que pode dispor deles segundo suas necessidades", afirmou o promotor Fábio Bechara, do Grupo de Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público.

Outros três setores em que a facção concentraria a lavagem de seus recursos seriam o dos restaurantes, o dos estacionamentos e o dos postos de gasolina. Para tanto, ela estaria usando uma maquininha de cartão que transfere os recursos dos clientes dos estabelecimentos para contas de empresas de fachada.

O comerciante ficaria não só com os valores da venda, bem como deixaria de recolher os impostos. Em troca, entregaria uma parte dos valores que deveria pagar ao governo à facção. Esses estabelecimentos concorrem de forma desleal com os comerciantes de cada setor. Quando são descobertos, normalmente estão registrados em nomes de laranjas, assim como as fintechs que movimentam os recursos da facção. "É todo um ecossistema criminoso", afirmou o promotor Lincoln Gakiya, do Gaeco.

Procurada em diferentes horários, a AK Motors não retornou os contatos da reportagem até ontem. Não foi possível obter posicionamento mesmo ao ligar para o contato indicado pelo escritório de contabilidade que representa a empresa. Em canal de WhatsApp informado na página da AK Motors no Facebook, um atendente chegou a responder, mas parou de retornar as mensagens da reportagem quando foi informado sobre o motivo do contato.

> **Operação Fim da Linha**
> **Em apenas uma loja, foi apreendido um arquivo com 350 registros de compra e venda de veículos**

Em relação à Imperial, a reportagem não conseguiu ser atendida por nenhum canal informado na internet, mesmo entrando em contato em diferentes horários. Sobre a EZ Veículos, um dos representantes da empresa afirmou por telefone que não iria se pronunciar e solicitou o envio de e-mail para que o setor jurídico da empresa pudesse avaliar se iria se manifestar a respeito. Não houve retorno até ontem. ● COLABOROU ITALO LO RE

INÊS 249

Urbanismo

Com mudança de zoneamento, avança megatemplo na Marginal

Igreja Presbiteriana fez ato de agradecimento a Ricardo Nunes; prefeito e Câmara alegam usar critério técnico, mas vizinhos foram à Justiça

PRISCILA MENGUE

FELIPE RAU/ESTADÃO - 16/7/2024

Casas vizinhas no Alto de Pinheiros foram demolidas em junho; tenda deverá abrigar 1,5 mil em cultos

No aniversário de 117 anos da Igreja Presbiteriana de Pinheiros, há um ano, o reverendo Arival Dias Casimiro apresentou um projeto de expansão, com megatemplo, colégio, capela 24 horas e praça de alimentação. Um empreendimento desse porte era até então proibido na região, o Alto de Pinheiros, bairro nobre da zona oeste de São Paulo, em grande parte restrito a construções de até 10 metros de altura.

Hoje não mais: o megatemplo passou a ser viável após mudanças na Lei de Zoneamento pleiteadas pela igreja, com aprovação pela Câmara em dezembro e sanção pela Prefeitura em janeiro. O fato ilustra mudanças na capital que ocorrem com as alterações no zoneamento – as deste ano devem ter vetos e análises publicados hoje pela Prefeitura.

Ao **Estadão**, a gestão Ricardo Nunes (MDB) disse que a mudança "buscou compatibilizar urbanisticamente o lote ao seu entorno, que apresenta características de zonas de centralidade". Já o Legislativo afirmou não haver "impedimento técnico e legal" para a alteração e acrescentou ter feito debate "amplo e transparente". A principal associação de moradores do bairro buscou o Ministério Público para tentar reverter a mudança. Ao **Estadão**, a Igreja disse que "só se manifestará após decisão da Justiça". Depois de ser procurada, ela tirou do ar grande parte dos cultos transmitidos no último ano, antes disponíveis no YouTube e no Facebook.

PROCESSO. Declarações em cultos sobre a necessidade de mudanças no zoneamento se repetiram especialmente ao longo de 2023. Em outubro, o pastor Arival convocou os fiéis a orar por mudanças na lei. "Se nós conseguirmos, poderemos construir aquele projeto de 13 andares. São 14 mil m² de área construída, vamos ter um auditório para 2,7 mil pessoas. Amém", concluiu. Em 28 de janeiro de 2024, nove dias após a sanção, o prefeito, três secretários (Marcos Gadelho, de Urbanismo e Licenciamento; Edson Aparecido, de Governo; e Carlos Bezerra Júnior, de Assistência Social) e mais autoridades participaram de um culto na sede da igreja. A visita era agenda oficial. Todos subiram ao púlpito e foram recebidos com hinos de gratidão. Procurada, a Prefeitura não comentou o caso.

Estava presente também um representante do vereador Isac Félix (PL), da bancada evangélica, autor da emenda que permitiu a revisão da lei para esse local. Procurado, não se manifestou. O vereador havia justificado na emenda que aquela área teria características de uso, ocupação, sistema viário e relevo que possibilitaram a nova classificação, de Zona de Centralidade (ZC), um "centrinho de bairro".

> ***"Nunca uma igreja cristã, evangélica, esteve na Marginal. A Marginal tem tudo, mas não uma igreja pregando a Bíblia, ensinando a palavra de Deus. E vai ter"***
> **Pastor Arival Dias Casimiro**

DEMOLIÇÃO. Após a mudança no zoneamento, algumas casas vizinhas ao templo foram demolidas pela igreja no mês passado. Em outro culto, o pastor Arival disse que ela comprou ao menos 12 imóveis no entorno, a fim de expandir as instalações, que não mais contemplam os planos futuros e a demanda de frequentadores. A estimativa é de que o megatemplo possa custar cerca de R$ 80 milhões.

Enquanto o prédio deve levar ao menos dois anos de projeto e cerca de quatro de obra, segundo dito em culto, o colégio privado de uma associação ligada aos presbiterianos será aberto ali em 2025. A escola ficará temporariamente com sede em imóveis da igreja naquele mesmo entorno.

Com a mudança no zoneamento neste entorno específico, cerca de dez quadras do Alto de Pinheiros perderam a restrição de construção exclusivamente de imóveis baixos. A maioria da Zona Exclusivamente Residencial (ZER) do distrito segue, contudo, em vigor. No geral, o novo tipo de zoneamento abrange trechos da Avenida Doutora Ruth Cardoso, da Avenida Professor Manuel Chaves e de adjacências.

Onde antes poderiam ser construídos imóveis de até cerca de 10 metros, a mudança passou a liberar até 48 metros de altura. A alteração também permite novos tipos de atividades não residenciais. Além disso, facilita a junção de lotes para a formação de um terreno, possibilitando empreendimentos de maior porte.

A Igreja Presbiteriana de Pinheiros pleiteia mudanças na sua vizinhança desde pelo menos 2021, quando a Prefeitura começou a revisar o Plano Diretor. Ao longo do processo, chegou a propor um eixo de verticalização (tipo de zoneamento que dá incentivo à construção de prédios altos) entre a Praça Pan-Americana e a Avenida Doutora Ruth Cardoso. Também pleiteou alterar parte do trecho da lei que impede esses eixos de verticalização onde há zona exclusivamente residencial.

Com o avanço da revisão do zoneamento na Câmara, no ano passado, Isac Félix apresentou a emenda que altera o entorno do templo. Procurado pelo **Estadão**, o relator no Legislativo, Rodrigo Goulart (PSD), respondeu que a proposta foi incorporada ao projeto após ser apresentada por Félix e passar por avaliação técnica. Também destacou não ter relação ou contato com a Igreja Presbiteriana.

Hoje, o espaço de culto não consegue comportar todos os frequentadores em alguns períodos da semana. Em 14 de julho, por exemplo, quando o **Estadão** visitou o espaço, parte dos fiéis assistia a um dos quatro cultos daquele dia em salas de transmissão instaladas no mesmo imóvel.

No local, há cartazes, banners e envelopes voltados a colher doações para o novo templo. Os planos da igreja são de que, temporariamente, seja instalada uma tenda para 1,5 mil pessoas onde as casas foram recentemente demolidas.

Enquanto a obra não ocorre, o colégio presbiteriano será instalado temporariamente em imóveis da igreja. Segundo dito em culto, a gestão será de uma associação de pais presbiterianos, sem vínculo direto com a instituição religiosa, embora tenha previsão de receber a escola bíblica do templo no fim de semana.

Amigos do Alto de Pinheiros

Saap procurou o MP na tentativa de barrar a mudança, que atinge dez quadras antes residenciais

O QUE DIZEM OS VIZINHOS? A Associação de Amigos de Alto dos Pinheiros (SAAP) tem se posicionado contrariamente à mudança no zoneamento no entorno do templo presbiteriano. Em abril, procurou o Ministério Público de São Paulo, a fim de pleitear a derrubada da nova classificação na Justiça, por meio de ação direta de inconstitucionalidade. Presidente da entidade, Maria Helena Bueno aponta que as críticas não se devem à mudança na quadra da igreja em específico, mas à alteração em dez quadras do bairro. ●

Especialista vê uso de revisão 'para fins privados'

Professora de Direito Urbanístico na FGV, Bianca Tavolari considera que o caso mostra "o uso deliberado da revisão (*do zoneamento*) para fins privados". "Isso está muito claro. Ninguém está tentando esconder. Está lá o nome da Igreja Presbiteriana (*no arquivo da emenda*)", diz. Segundo ela, a questão seria a forma como essa mudança ocorreu, pontualmente, em algumas quadras, e em desacordo com os critérios do Plano Diretor. "Teria de ter um plano para discutir as ZERs, todas da cidade, para pensar os parâmetros de uso. Mas ficar fazendo isso caso a caso, com algumas e não outras, não é política pública."

Para o consultor especializado em zoneamento e urbanista Daniel Todtmann Montandon, ex-diretor do Departamento de Uso do Solo da Prefeitura, a mudança na vizinhança do templo contraria legislação municipal. Isso porque o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento indicam alterações a partir de critérios técnicos e gerais. Isto é, não dão margem para mudanças pontuais que não envolvam outras vizinhanças com características semelhantes. "Quando faz uma demarcação dessa, rompe com essa lógica. E de forma extremamente perigosa, por beneficiar determinados imóveis." ●

Vida na cidade

Acordo facilita compra de lotes para Parque do Bexiga

Recurso de um acordo entre MP, Uninove e Prefeitura deve começar a ser recebido pelo Município até 12 de agosto

Após uma reunião anteontem, a Prefeitura de São Paulo, a Uninove e o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) chegaram a um novo acordo para a antecipação do pagamento dos recursos necessários para a desapropriação da área do futuro Parque do Bexiga, na Bela Vista, centro paulistano. O compromisso firmado é de que os quase R$ 65 milhões sejam depositados nos cofres municipais até 12 de agosto e, na sequência, poderão ser destinados à compra dos terrenos do Grupo Silvio Santos.

Os recursos são oriundos de um acordo relativo a uma ação civil de improbidade administrativa contra a universidade. Com o pagamento desse valor e de um restante a ser parcelado (além da cessão de um imóvel à Secretaria Municipal de Saúde e outras medidas), a situação da Uninove com o Município será regularizada. O Grupo Silvio Santos havia concordado com o valor proposto para os terrenos meses atrás.

A criação do Parque do Bexiga é reivindicada há cerca de 40 anos pelo Teatro Oficina (cuja sede é vizinha aos terrenos) e foi especialmente defendida pelo dramaturgo José Celso Martinez Corrêa, morto no ano passado. As tentativas de acordo entre o artista e o apresentador Silvio Santos deram repercussão nos últimos anos, mas sem uma resolução.

"O importante é que está andando, e indo muito rápido", afirmou o secretário municipal de Governo, Edson Aparecido, ao **Estadão**. Ele evitou apontar um prazo certo para a inauguração, mas avaliou que a garantia do recurso antes do inicialmente previsto pode acelerar o processo. "Talvez permita encurtar o prazo de implantação", diz.

O promotor Silvio Marques, de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital, não vê mais impedimento para a implementação. Ele também esteve envolvido com o acordo que viabilizou a criação do Parque Augusta, na região central. "O Parque do Bexiga está garantido. É a primeira vez que eu falo isso. Não tem mais nada que impeça", declarou ao **Estadão**. "Vai propiciar a compra imediata do parque. Assim que entrar na conta, pode assinar a escritura e tomar posse", afirmou.

Ao todo, a negociação é de quase R$ 1 bilhão, com o restante acertado de outras formas, como pela cessão de imóveis. Anteriormente, a previsão era de que a universidade pagasse o valor majoritário do parque em seis parcelas. O acordo é oriundo de uma investigação do MP-SP relativa à chamada "Máfia dos Fiscais". Segundo apuração do Grupo Especial de Repressão aos Delitos Econômicos (Gedec), a universidade havia pago propina para agentes públicos para escapar da fiscalização. A destinação de parte dos valores à criação do parque municipal teria sido sugerida pela Promotoria.

A reunião desta quarta ocorreu menos de uma semana após o prefeito Ricardo Nunes (MDB) sancionar o decreto de utilidade pública dos imóveis relativos à área de 11,1 mil m² do futuro Parque do Bexiga. Além disso, a "minirrevisão" do Plano Diretor pôs o espaço entre parques preferenciais.

NOME E PROJETO. Na Câmara, vereadores divergiram sobre a possibilidade de nomear o parque em homenagem a Zé Celso ou a Silvio Santos (Parque Abravanel). Durante a votação da "minirrevisão", também lançou-se a ideia de escolher o nome de Adoniran Barbosa, mas ainda não há definição.

Representantes do Teatro Oficina e de movimentos de bairro defendem a criação de um grupo de trabalho com a Prefeitura para o desenho do parque. Arquitetos e apoiadores da companhia têm desenvolvido proposta há anos, que inclui a reabertura do Rio Bexiga, que passa pelo terreno e hoje está oculto. ● PRISCILA MENGUE

Abaixo-assinado pede zeladoria no centro e critica obra inacabada

Moradores, comerciantes e empresários que vivem e trabalham no centro de São Paulo reclamam da falta de zeladoria, de calçadas esburacadas e obras inacabadas na região da República, em endereços como a Avenida São Luís e a Praça Dom Gaspar. O descontentamento se transformou em um abaixo-assinado à Prefeitura.

Em nota, a administração diz que vai fazer reparos e convocar uma reunião com o grupo. Entre os mais de 20 signatários do abaixo-assinado estão representados lugares tradicionais, como os Edifícios Itália, Copan e Louvre; organizações, como a filial paulista da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH) e a Ordem dos Músicos do Brasil; agências de viagens e restaurantes, como o Orfeu Bar. ● CAIO POSSATI

PREVISÃO DO TEMPO

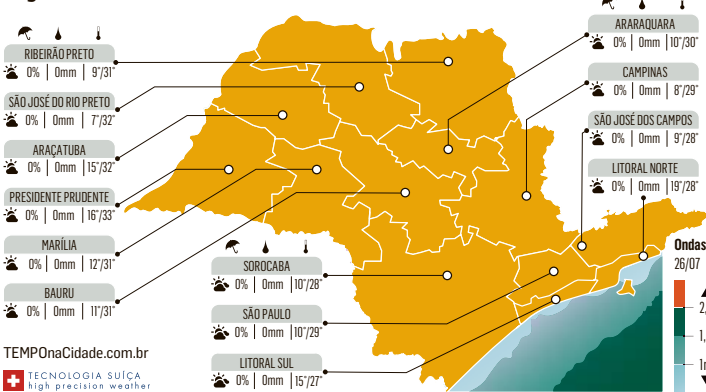
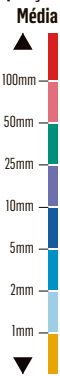
Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 25/07

HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA	AMANHÃ	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA
0% 18°	0% 24°	0% 19°	0MM	30 a 65%	15°/25°	15°/28°	15°/27°	12°/16°

SOL: NASCENTE: 6h42 / POENTE: 17h43

LUA: **CHEIA**

CHEIA	21/07	07h17
MINGUANTE	27/07	23h51
NOVA	04/08	08h13
CRESCENTE	12/08	12h18

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	20%	0mm	23°C/27°C
BELÉM	0%	0mm	26°C/33°C
BELO HORIZONTE	0%	0mm	14°C/24°C
BOA VISTA	75%	8mm	23°C/29°C
BRASÍLIA	0%	0mm	10°C/24°C
CAMPO GRANDE	0%	0mm	21°C/31°C
CUIABÁ	0%	0mm	19°C/34°C
CURITIBA	0%	0mm	11°C/24°C
FLORIANÓPOLIS	0%	0mm	15°C/22°C
FORTALEZA	0%	0mm	24°C/29°C
GOIÂNIA	0%	0mm	14°C/27°C
JOÃO PESSOA	20%	0mm	23°C/29°C
MACAPÁ	30%	1mm	25°C/32°C

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	50%	3mm	22°C/28°C
MANAUS	35%	1mm	26°C/32°C
NATAL	45%	6mm	23°C/27°C
PALMAS	0%	0mm	20°C/34°C
PORTO ALEGRE	10%	0mm	15°C/20°C
PORTO VELHO	0%	0mm	25°C/34°C
RECIFE	50%	3mm	24°C/28°C
RIO BRANCO	0%	0mm	20°C/35°C
RIO DE JANEIRO	0%	0mm	20°C/25°C
SALVADOR	60%	5mm	24°C/27°C
SÃO LUÍS	10%	0mm	24°C/30°C
TERESINA	0%	0mm	21°C/32°C
VITÓRIA	0%	0mm	19°C/26°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	21°C/27°C
ATENAS	+6h	25°C/32°C
BARCELONA	+5h	25°C/31°C
BERLIM	+5h	17°C/25°C
BRUXELAS	+5h	18°C/21°C
BUENOS AIRES	0h	11°C/15°C
CARACAS	-1h	23°C/26°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	15°C/23°C
ESTOCOLMO	+5h	16°C/24°C
GENEBRA	+5h	17°C/30°C
JOANESBURGO	+5h	8°C/19°C
LIMA	-2h	16°C/17°C
LISBOA	+4h	18°C/28°C
LONDRES	+4h	15°C/22°C

	FUSO	MÍN./MÁX.
LOS ANGELES	-4h	20°C/30°C
MADRID	+5h	26°C/35°C
MIAMI	-1h	28°C/31°C
MONTEVIDÉU	0h	8°C/14°C
MOSCOU	+6h	15°C/24°C
NOVA YORK	-1h	20°C/27°C
PARIS	+5h	20°C/22°C
ROMA	+5h	26°C/35°C
SANTIAGO	0h	3°C/13°C
SYDNEY	+13h	12°C/19°C
TEL-AVIV	+6h	27°C/30°C
TÓQUIO	+12h	28°C/34°C
TORONTO	-1h	14°C/25°C
WASHINGTON	-1h	22°C/28°C

Ambiente

Mais de mil cidades, ou 1/5 do País, enfrentam seca severa ou extrema

Dados de junho do Cemaden indicam situação mais grave na Região Sudeste, com destaque para São Paulo e Minas

LEONARDO ZVARICK

Mais de mil cidades brasileiras registraram situação de seca severa ou extrema no mês de junho, de acordo com o relatório mais recente do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). O número representa, aproximadamente, um em cada cinco municípios do País.

A situação foi classificada como severa em 918 cidades, a maioria na Região Sudeste. Já a seca extrema foi identificada em 106 municípios, concentrados sobretudo no Estado de São Paulo.

O órgão ligado ao governo federal alerta para a intensificação da seca no Brasil em relação ao mês anterior, e projeta condição ainda mais grave para julho – o balanço só será concluído após o fim do mês, mas os prognósticos atuais não são bons.

EM SÃO PAULO. No interior paulista, a seca severa deve se agravar, atingindo 65% do Estado. A área entre o sul de Goiás, o sudoeste de Minas e São Paulo também pode ter aumento nos municípios nesta condição. Segundo o Cemaden, a situação demanda atenção e medidas preventivas para mitigação dos impactos socioeconômicos e ambientais.

Na bacia do Rio Paraná, por exemplo, o nível crítico de seca deve ser mantido ao longo de todo o mês, com condições variando de moderadas a extremas em algumas áreas – o que coloca a região em alerta para o risco de fogo.

ÁREA AGRÍCOLA. O monitoramento também aponta para o impacto da seca em áreas de atividades agrícolas ou pastagens. Em 739 municípios, ao menos 40% das áreas destinadas a esse fim foram afetadas. A pior situação é a de Minas Gerais, que teve 335 municípios com mais de 80% de sua área agroprodutiva afetada pela seca. ●

Virada de mês deve ter frio no Sul e em parte do território paulista

Após vários dias de calor e tempo seco na maior parte do território brasileiro, uma nova frente fria deve atingir as Regiões Sul e Sudeste do País na próxima semana, derrubando as temperaturas na virada de julho para agosto. De acordo com a agência Meteored, o frio mais intenso será sentido principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, além de parte considerável do Paraná e de São Paulo.

As temperaturas máximas nessas regiões não devem passar dos 20°C, enquanto as mínimas podem ficar bem abaixo dos 10°C na próxima semana. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor reclama de atraso na entrega dos Correios

Reclamação de Cláudio Bock: "Sou assinante do **Estadão** e agradeço se puderem me ajudar com este problema em relação aos serviços prestados pelos Correios. As cartas estão demorando absurdamente para serem entregues em nosso endereço, cujo CEP é o 04511-010. Antes da pandemia da covid-19, as entregas eram praticamente diárias. Depois da pandemia, esta frequência não se regularizou, depois passou a ser realizada duas vezes por semana, uma por semana e atualmente o prazo é aleatório. Estamos recebendo contas vencidas, pois não recebemos as correspondências."

Resposta: "Os Correios determinaram o acompanhamento das entregas na localidade por um período de 30 dias para averiguação. A empresa lamenta quaisquer inconvenientes e segue à disposição do cliente pelos telefones 3003-0100 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800-727282 (demais localidades) ou pelo fale conosco, no site www.correios.com.br." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Revolução de 1924

Nestes ultimos dias, não soffrera alteração apreciavel a situação das tropas legaes e revolucionarias. O tremendo choque dos exercitos, como a denunciar uma tentativa de final decisão da luta, não teve as consequencias esperadas. De uma parte, as forças governistas, que há muitos dias são quem desfecham ataques, não lograram os objectivos. As tropas revolucionarias, de outra parte, emquanto isso, cingiram-se a guardar posições defensivas, que foram mantidas (...) Desde muitos dias, como claramente se pressente na cidade pela direcção da fuzilaria e dos disparos de canhão, o Cambucy tem sido a zona mais disputada e flagelada pelos exercitos combatentes. Ferem-se alli, a todas as horas, formidavel numero de combatentes (...) Na Mooca, onde tambem, há muitos dias se encarniça a luta dos dois exercitos, o boletim dos revolucionarios registra avanços... ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

MISSAS

Ismalia Bricks Vieira – Dia 1º, às 19h30, na Paróquia São João Bosco, na R. Cerro Corá, 2010, Alto da Lapa, São Paulo (3 anos).

Cemitério Israelita do Butantã (Matzeiva)

Dora Lacman – Dia 28, às 10 horas, no S R – Q 362 – Sep. 67.

Daniela Ripper Naigeborin – Dia 28, às 11 horas, no S L – Q 272 – Sep. 11.

Genia Merensztein – Dia 28, às 11 horas, S R – Q 373 – Sep. 110.

Aref Claude Joseph Srour – Dia 28, às 11 horas, S O – Q 344 - Sep. 131.

Jorge Flesch – Dia 28, às 11 horas, no S R – Q 362 – Sep. 75.

Luiz Lewi – Dia 28, às 11 horas, no S A – Q 191 – Sep. 56.

Samuel Chabelmann – Dia 28, às 12 horas, S R – Q 364 – Sep. 85.

Leica Coifman – Dia 28, às 12h30, S R – Q 368 – Sep. 92.

(Shloshim)

Sura Reider Godosevicius – Dia 28, às 12 horas, S O - Q 344 – Sep. 99.

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP-Regula).

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

1º relato de óbito no mundo

Brasil confirma as primeiras mortes por febre oropouche

Ministério da Saúde ainda investiga seis casos de transmissão da infecção de gestantes para filhos e elo com microcefalia

LAYLA SHASTA

O Ministério da Saúde confirmou ontem duas mortes por febre oropouche no interior da Bahia – que estavam sob investigação. As vítimas, ambas mulheres com menos de 30 anos e sem comorbidades, apresentaram sinais e sintomas semelhantes aos de dengue grave. Até o momento, de acordo com o ministério, não havia registro na literatura científica mundial de óbitos causados por essa doença.

A investigação dos casos foi feita pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab). Continua em investigação um óbito em Santa Catarina. De acordo com a Sesab, a primeira morte, de uma mulher de 24 anos que residia em Valença (RJ), ocorreu em 27 de março. O segundo, de uma mulher de 21 anos de Camamu (BA), foi registrado em 10 de maio.

Segundo a pasta, a detecção de casos de febre foi ampliada para todo o País em 2023, após o ministério ofertar de forma inédita testes diagnósticos para toda a rede nacional de Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen). Com isso, os casos, até então concentrados na Região Norte, passaram a ser identificados também em outras regiões do País. Em 2024, foram relatados 7.236 casos, em 20 Estados. A maior parte ocorreu no Amazonas e em Rondônia.

TRANSMISSÃO VERTICAL. A pasta também informou, em nota oficial, que está investigando agora seis possíveis ocorrências de transmissão vertical da doença, isto é, transmissão de mãe para filho, durante a gestação. São três casos em Pernambuco, um na Bahia e dois no Acre. Dois casos evoluíram para óbito fetal, houve um aborto espontâneo e três casos apresentaram anomalias congênitas, como a microcefalia.

Vigilância ampliada
Em 2024, foram relatados 7.236 casos da febre, em 20 Estados; há concentração em Amazonas e Rondônia

No início deste mês, o Instituto Evandro Chagas (IEC) identificou, pela primeira vez, anticorpos do vírus oropouche em quatro recém-nascidos e o genoma do vírus em um caso de morte fetal. Em resposta, o Ministério da Saúde emitiu uma nota técnica em 11 de julho, recomendando que Estados e municípios intensifiquem a vigilância em saúde por causa da confirmação da transmissão vertical do vírus. As análises estão sendo feitas pelas Secretarias Estaduais de Saúde e por especialistas, com o acompanhamento direto de técnicos do Ministério da Saúde, para concluir se há relação entre a febre oropouche e os casos de má-formação ou abortamento.

As recomendações incluem reforçar a vigilância durante a gestação e o acompanhamento de bebês cujas mães tiveram suspeita de arboviroses, como dengue, zika, chikungunya e oropouche. Entre as medidas de prevenção para as gestantes, a pasta recomenda evitar áreas com muitos mosquitos, especialmente em regiões onde há o "maruim" ou "mosquito-pólvora", transmissor da febre, e usar roupas que cubram a maior parte do corpo. ●

Aids: injeção preventiva tem resultado promissor

Uma injeção do medicamento antirretroviral Lenacapavir a cada seis meses foi suficiente para prevenir com 100% de efetividade casos de infecção por HIV em mais de 2 mil mulheres da África do Sul e de Uganda, anunciou a farmacêutica Gilead Sciences. Nesse novo ensaio clínico, a droga mostrou-se mais eficaz do que outros dois remédios usados como profilaxia pré-exposição (PrEP) e ingeridos por via oral, que não ofereceram proteção total.

A ideia da profilaxia não é nova, mas os resultados do estudo são inovadores, segundo Tânia Vergara, infectologista e coordenadora de terapêutica do Comitê de Aids da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI). "Em nenhum estudo anterior o desfecho primário, que é proteger contra a infecção pelo HIV, foi 100%", diz.

Ela destaca também o fato de a medicação ser injetável e aplicada semestralmente como fatores que podem contribuir para a adesão. O custo estimado do Lenacapavir é de US$ 42 mil (R$ 237 mil, aproximadamente) por pessoa anualmente. ● BÁRBARA GIOVANI

França abre os Jogos com cerimônia inédita no Sena e esquema de guerra

Governo e organização prometem um espetáculo inesquecível no rio que é um dos símbolos da capital francesa; risco de ação terrorista leva a forte esquema de segurança

MARCOS ANTOMIL
RICARDO MAGATTI
ENVIADOS ESPECIAIS
PARIS

A Olimpíada de Paris será oficialmente aberta hoje com uma cerimônia sem precedentes às margens do Rio Sena. É a primeira vez que o evento será realizado fora de um estádio principal. Foi montado um forte esquema de segurança, com várias restrições de circulação na cidade, e organizada uma estrutura complexa para que tudo se encaixe.

Os organizadores prometem Jogos "icônicos", tendo a Cidade Luz como pano de fundo. Cerca de 100 barcos levarão atletas pelo Sena até abaixo da Torre Eiffel. Eles passarão por marcos como a Catedral de Notre Dame, o Louvre e museus d'Orsay e o Grand Palais em uma rota animada com luz, shows, música e esportes até culminar na Torre Eiffel e no Jardim do Trocadero. Cerca de 326 mil espectadores – 104 mil em lugares pagos no cais inferior e 222 mil gratuitos no cais superior – deverão assistir à cerimônia no Sena.

"Estamos prontos e estaremos prontos durante toda a competição", disse o presidente francês, Emmanuel Macron, segundo o qual escolher o Sena para a insólita cerimônia foi "uma loucura" no início. "Mas será a única cerimônia com artistas de calibre mundial, bailarinos e uma orquestra que transformarão Paris em um grande teatro ao ar livre", acrescentou o político, sem dar detalhes. Ontem, ainda havia ingressos disponíveis. Os mais baratos partiam de € 1.600 (R$ 9.680).

O rio recebeu investimentos de mais de € 1 bilhão (R$ 6,050 bilhões) no processo de despoluição. O nível de coliformes fecais na água do Sena é medido diariamente.

Os principais aeroportos estarão fechados durante a cerimônia por razões de segurança e foram estabelecidos perímetros de segurança em torno dos locais, limitando estritamente a circulação de carros, incluindo táxis. As restrições no centro da cidade se somam à implantação, desde segunda-feira passada, de faixas específicas para uso olímpico, o que complica ainda mais o trânsito. Foram instaladas cerca de 40 mil barreiras em Paris.

Há controles em toda a capital francesa para o acesso às margens do Sena, um dos principais protagonistas dos Jogos e que receberá prova de águas abertas e também natação do triatlo. A zona protegida foi ativada quinta-feira da semana passada. Há o trabalho de busca e detecção de possíveis artefatos e explosivos nos barcos que desfilarão.

Foi instalada uma barreira náutica anti-intrusão, no leste de Paris, com sonares ao fundo. O Exército francês está mobilizando "meios excepcionais" para garantir a área de embarque dos 7 mil atletas que participarão da cerimônia de abertura dos Jogos. Um batalhão de cerca de 800 militares especializados trabalha há cerca de 20 dias em uma área restrita, em uma operação de segurança de grande envergadura visando a cerimônia fluvial. Para o evento, a França conta com 10 mil militares, 45 mil agentes de segurança e drones de vigilância.

DITA ALANGKARA/AP

Policiais fazem a segurança na frente da basílica de Sacre Coeur; Paris está sob forte vigilância

"Estamos prontos. Será a única cerimônia com artistas de calibre mundial, bailarinos e uma orquestra que transformarão Paris em um grande teatro ao ar livre"
Emmanuel Macron
Presidente da França

APOIO DO BRASIL. A pedido do governo francês, a Polícia Federal do Brasil enviou 14 agentes para ajudar as forças de segurança locais no esquema de segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Os policiais federais brasileiros chegaram na França em 15 de julho e ficam até 8 de setembro.

Agentes de segurança da Embaixada brasileira em Paris vão compor o centro de cooperação internacional da Olimpíada, a pedido da organização, e também vão fazer a escolta da delegação brasileira.

Um sistema de câmeras de vigilância algorítmica, ativado por inteligência artificial, foi instalado nas ruas de Paris para detectar eventuais movimentos repentinos, objetos abandonados que possam indicar a presença de bombas e pessoas deitadas no chão, que possam estar escondidas ou preparando um ataque-surpresa. ●

Possibilidade de chuva deixa comitê em alerta

PARIS

O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Paris-2024 resolveu mudar a forma da Cerimônia de Abertura da competição. Sai o tradicional evento realizado em um grande estádio da cidade anfitriã e entra em cena uma festa inesquecível no Rio Sena, com os atletas das delegações desfilando em mais de 90 barcos. Só que os franceses não contavam com um problema de última hora – a possibilidade de chuva forte no meio do espetáculo.

Ontem, o Meteo-France, serviço meteorológico francês, anunciou a previsão de céu nublado a partir do meio-dia na capital do país. O tempo pode melhorar durante a tarde, mas no período da noite, horário da cerimônia em Paris, a chuva pode – e deve – chegar.

A organização do evento tratou o tema com normalidade e em caso de chuva, mesmo que seja forte, a Cerimônia de Abertura deverá continuar conforme o planejamento. O evento começará às 19h30 de Paris, 14h30 no horário de Brasília.

Um dos problemas em caso de chuva forte é em relação ao nível de água do Rio Sena. De acordo com o jornal francês Le Monde, as autoridades e integrantes do Comitê Organizador estarão acompanhando de perto o volume de água do rio, que nos últimos meses recebeu grande volume de água das chuvas que castigaram a França na primavera e no início do verão.

Em caso de chuva e elevação do nível da água do Rio Sena, alguns barcos poderão não conseguir passar por baixo das pontes ao longo dos mais de seis quilômetros do percurso programado para a festa.

Uma das pontes no percurso é a Pont de l'Alma, que tem seis metros de altura. A ponte que vem logo a seguir no trajeto, a Pont des Invalides, é considerada a menor da cidade e motivo de maior preocupação da organização em caso de chuva forte na noite parisiense.

Cerimônia
Cerca de 10.500 atletas vão navegar entre os mais de 90 barcos durante as três horas da Abertura

Além do aumento do nível da água, a precipitação pode aumentar o fluxo de velocidade do rio. Caso o nível se eleve, o ritmo de navegação dos barcos poderá aumentar, com as delegações deslizando rápido demais pelo Sena e complicando a logística de chegada ao cais.

Thierry Reboul, diretor de cerimônia dos Jogos, afirmou que o Comitê Organizador trabalha com a velocidade dos barcos de 9 km/h. Em caso de chuva, os barcos poderiam navegar a 12 km/h, o que comprometeria o fluxo da cerimônia.

Caso o limite seja mesmo excedido, a organização terá que trabalhar rápido. "Teremos que adaptar e remover os barcos mais altos", explicou Thierry Reboul. ●

INÊS 249

IMAGEM DO DIA

LOIC VENANCE/AFP

Simone Biles
A ginasta americana faz os seus primeiros treinos em Paris

COB eleva premiação por medalha aos atletas brasileiros

RICARDO MAGATTI
MARCOS ANTOMIL
ENVIADOS ESPECIAIS
PARIS

Para que o Time Brasil supere o desempenho da última Olimpíada em Tóquio e consiga o maior número de medalhas na história, o Comitê Olímpico do Brasil (COB) resolveu dar um incentivo financeiro aos atletas que representarão o País nos Jogos de Paris.

A entidade aumentou a premiação em caso de medalha. Dará R$ 350 mil para quem ganhar a medalha de ouro, um aumento de 40% em relação ao que foi pago aos campeões de Tóquio-2020. Quem conquistar a prata levará R$ 210 mil. O bronze renderá R$ 140 mil. Esses valores dizem respeito às modalidades individuais.

Os esportistas de modalidades disputadas em grupo (até seis atletas) vão faturar R$ 700 mil pelo ouro, R$ 420 mil pela prata e R$ 280 mil pelo bronze, valor que será dividido pelos integrantes do time.

A última categoria, a de jogadores de modalidades coletivas (a partir de sete esportistas), como vôlei e futebol, vai pagar R$ 1,05 milhão aos campeões, R$ 630 mil para os segundos colocados e R$ 420 mil aos que subirem no terceiro lugar mais alto do pódio.

No Japão, a delegação brasileira conquistou 21 medalhas, registrando a melhor participação da história. Foram sete de ouro, seis de prata e oito de bronze. No final, o Time Brasil terminou na 12.ª colocação entre 206 países que participaram da competição.

Na TV e no Streaming
A Cerimônia de Abertura começa às 14h30 (Brasília) com transmissão de Globo, SporTV e CazéTV (YouTube)

Os atletas que ganharem mais de uma medalha acumulam os prêmios, recebendo por cada prova vencida. No último ciclo olímpico, o COB desembolsou R$ 5,2 milhões em premiações pelas medalhas conquistadas.

THIBAULT CAMUS/AP – 1/2/2024

Medalha de ouro dos Jogos de Paris que será entregue aos atletas

"É um fator importante de motivação aos atletas. A gente quer gastar muito. Tomara que venham muitas medalhas e a premiação seja alta", espera Ney Wilson, diretor de alto rendimento do COB.

Segundo o presidente do COB, Paulo Wanderley, a verba destinada à premiação dos medalhistas virá dos recursos obtidos com a Lei das Loterias. "Torço para que tenhamos muitas medalhas", comentou o mandatário, que contou que ainda terá de decidir como e onde será feita a "justa homenagem" com o pagamento da premiação aos futuros medalhistas olímpicos. O atleta tem a incomum opção de não receber o prêmio. Caso o faça, o valor voltará para os cofres do COB.

"Não vamos descansar para chegar 100% em Paris e alcançar todos os nossos objetivos. Sonhamos em ter uma participação histórica em Paris e o esforço é diário", afirmou Rogério Sampaio, diretor-geral do COB e o chefe de Missão da delegação nacional nos Jogos de Paris. Ele tem a responsabilidade de liderar o contingente de quase 300 atletas.

PREMIAÇÕES PELO OURO

RANKING	PAÍS	PREMIAÇÃO
1º	Sérvia	R$ 1,213 milhão
2º	Malásia	R$ 1,197 milhão
3º	Marrocos	R$ 1,131 milhão
4º	Itália	R$ 1,091 milhão
5º	Lituânia	R$ 1,017 milhão
6º	Hungria	R$ 874,9 mil
7º	Ucrânia	R$ 705,6 mil
8º	Kosovo	R$ 606,6 mil
9º	Espanha	R$ 570,1 mil
10º	Grécia	R$ 545,8 mil
11º	França	R$ 485,2 mil
12º	Eslovênia	R$ 424,5 mil
13º	Polônia	R$ 366,6 mil
14º	Eslováquia	R$ 363,9 mil
15º	Brasil	R$ 350 mil
16º	Suíça	R$ 312,9 mil
17º	Finlândia	R$ 303,2 mil
18º	Estados Unidos	R$ 211,6 mil
19º	Liechtenstein	R$ 156,5 mil
20º	Alemanha	R$ 121,3 mil
21º	Canadá	R$ 82,4 mil
22º	Dinamarca	R$ 81,3 mil
23º	Austrália	R$ 75,3 mil

RANKING. Pesquisa feita pelo jornal americano *USA Today* mostrou que o Brasil figura na 15.ª colocação do ranking de países com maiores prêmios destinados aos campeões olímpicos, à frente, inclusive, dos Estados Unidos. A líder da lista é a Sérvia, que dará US$ 214,9 mil (quase R$ 1,2 milhões) aos atletas que levarem a medalha de ouro.

O Comitê Olímpico Internacional (COI) não paga premiação em dinheiros aos medalhistas olímpicos. É comum, porém, que os atletas sejam recompensados por patrocinadores e comitês olímpicos nacionais, que pagam as premiações de várias formas, que vão desde valores em dinheiro a carros e viagens.

Para os Jogos de Paris-2024, a World Athletics (Federação Internacional de Atletismo) resolveu quebrar um paradigma e vai destinar US$ 2,4 milhões (R$ 12 milhões) para atletas que conquistarem medalhas de ouro, tornando-se a primeira federação internacional a desembolsar prêmio em dinheiro para os vencedores. A entidade define o lugar mais alto do pódio nos jogos como "o auge do sucesso desportivo". A verba é uma reserva no repasse do COI ao órgão. ●

Goleira brilha, ataque funciona e Brasil vence a Espanha na estreia

Gabriela Moreschi tem grande atuação, com várias defesas difíceis, interage com o público e se destaca na vitória por 29 a 18

Handebol

PARIS

O primeiro dia de participação brasileira na Olimpíada de Paris, ontem, fez surgir o primeiro destaque nacional nos Jogos: Gabriela Moreschi, goleira da seleção feminina de handebol. Com uma sucessão de belas defesas, quase todas seguidas de muita vibração e comemoração com o público que estava na arquibancada, ela foi a principal responsável pela vitória do Brasil sobre a Espanha por 29 a 18.

Não foi à toa que a goleira teve seu nome gritado pelos brasileiros presentes na Arena 6 Paris Sul. Foram 14 defesas em 31 arremessos das espanholas, uma eficiência de 45% das intervenções.

"Estou muito feliz. É meu sonho virando realidade. Quando a gente tem um sonho é mais fácil jogar feliz, jogar leve. E deu tudo certo. Quero agradecer a todos que estão assistindo, é importante a visibilidade do handebol nessa Olimpíada. Esse suporte que vem de vocês é muito importante para nós", disse Gabi Moreschi à Cazé TV

AARON FAVILA/AP

Gabi Moreschi se destacou na estreia do Brasil em Paris; 14 defesas e uma atuação memorável

Nascida em Maringá, no Paraná, ela tem 30 anos e atualmente defende o CSM Bucharest, da Romênia. Antes, atuou em times da Noruega, França e ainda da Alemanha.

A atuação técnica de Gabi e sua ligação com o público logo viralizaram nas redes sociais. Ainda durante a partida, a goleira brasileira triplicou o número de seguidores em sua conta no Instagram, ultrapassando os 50 mil – com tendência de crescimento.

Logo apareceram as comparações com grandes goleiros da história do futebol mundial, como o alemão Neuer e o italiano Buffon. Outros, mais espirituosos, também pediram sua convocação no lugar de Alisson na seleção brasileira masculina.

FIM DE JEJUM. Com a vitória de ontem, a seleção brasileira colocou fim a um período de dez anos sem vitória sobre as espanholas, medalhistas olímpicas de bronze nos Jogos de Tóquio, em 2021, em competições oficiais.

O resultado ganha ainda mais importância pelo fato de a equipe brasileira estar no considerado "grupo da morte". Outros destaques, além de Gabi Moreschi, foram Bruna e Patrícia, artilheiras do Brasil no confronto: cada uma fez seis gols.

> *"Estou muito feliz. É meu sonho virando realidade. Quando a gente tem um sonho é mais fácil jogar feliz, jogar leve. E deu tudo certo"*
> **Gabriela Moreschi**
> **Goleira seleção brasileira**

Uma das favoritas a passar de fase juntamente com Holanda e França, as espanholas sempre foram rivais complicadas. No jogo de ontem, a Espanha até marcou o primeiro ponto, mas o ímpeto diante do Brasil esbarrou na brilhante atuação de Gabi.

Apoiado por uma marcação eficiente, a equipe nacional foi deslanchando. Com dez minutos, a vantagem brasileira era de cinco gols: 7 a 2. Lideradas por Bruna de Paula, a vantagem foi mantida até o final do primeiro tempo: 15 a 10.

No segundo tempo, quem esperava reação das espanholas ficou surpreso com o foco demonstrado pelo Brasil. Com gols de Larissa e Bruna de Paula, a vantagem logo aumentou para sete gols. A afobação das rivais facilitou o caminho para o Brasil consolidar a vitória.

Integrante do Grupo B, o Brasil volta a quadra no domingo para encarar a Hungria. Completam a chave Holanda, França, Angola e Espanha. No Grupo A estão Noruega, Alemanha, Eslovênia, Suécia, Dinamarca e Coreia.

Nesta Olimpíada de Paris, as 12 seleções foram divididas em dois grupos de seis. As equipes se enfrentam em turno único e, ao fim das cinco rodadas, as quatro melhores avançam às quartas de final. No mata-mata, o primeiro colocado de uma chave encara o quarto da outra e o segundo enfrenta o terceiro. ●

Talento de Marta decide e seleção começa com vitória importante

Futebol feminino

PARIS

A seleção brasileira oscilou, mas fez a lição de casa na primeira rodada da disputa do futebol feminino na Olimpíada de Paris-2024. Graças a um passe inteligente da Rainha Marta e à pontaria de Gabi Nunes, a equipe comandada pelo técnico Arthur Elias bateu a Nigéria por 1 a 0, no Estádio Matmut Atlantique, em Bordeaux.

Também pelo Grupo C, a Espanha venceu o Japão por 2 a 1 e tem os mesmos três pontos do Brasil, mas fica em primeiro no número de gols marcados. A seleção brasileira volta a campo domingo, para enfrentar o Japão, às 12h (horário de Brasília), antes de desafiar a Espanha, em partida marcada para o dia 31.

ALEGRIA. Gabi Nunes precisou segurar as lágrimas durante a entrevista após a vitória da seleção. A autora do gol se emocionou ao lembrar dos obstáculos superados para conseguir integrar a equipe nos Jogos Olímpicos de Paris-2024.

"É um milagre. Quem sabe a minha história (três lesões de ligamento cruzado), sabe o quanto queria estar aqui e viver esse momento. Agradecer a Deus, a esse grupo maravilhoso, que fez um jogo firme. Claro, a gente tem tudo para melhorar, mas estou muito feliz por ajudar o time. Só alegria, agradecer a Deus e as meninas por lutarem até o final", disse a atleta, que destacou a dificuldade do primeiro duelo.

"Jogo difícil, toda ansiedade, primeiro jogo, mas conseguimos a vitória. Essas meninas são maravilhosas, lutaram até final. Vamos treinar, agora

CHRISTOPHE ARCHAMBAULT/AFP

Jogadoras da seleção brasileira celebram o gol contra a Nigéria

recuperar, descansar, para fazer um grande jogo na próxima rodada", disse Gabi Nunes, referindo-se à partida contra o Japão.

A veterana Marta, que deu linda assistência para o gol de Gabi Nunes, não se incomodou com o gol anulado. Preferiu festejar a vitória. "Faz parte (gol anulado), acontece, o importante é que a gente não se apegou àquele momento e conseguimos uma boa bola para a Gabi Nunes, que deu a vitória para a gente. Agora já pensar em se recuperar, descansar, para estar 100% contra o Japão."

Os 38 anos parecem não pesar para a craque. "Não tem segredo, dedicação, força de vontade, se doar 100%, ficar focada. Faço isso a vida inteira. Essa é a dica, muita disciplina."

Já a goleira Lorena mostrou otimismo com a possibilidade de classificação para as quartas de final e até a primeira colocação do grupo, que tem a Espanha, atual campeã mundial, como favorita. "O Brasil chega bem preparado, fazendo excelente trabalho. O período de treino da Granja Comary foi bom e o grupo está forte. A Nigéria foi um adversário difícil e a gente mereceu ganhar. Vamos batalhar pelo primeiro lugar." ●

Ana Luiza Caetano obtém a melhor marca da sua carreira

Tiro com arco

O Brasil iniciou bem as competições de tiro com arco. Ana Luiza Caetano, que foi a primeira atleta nacional a atuar nos Jogos de Paris, ficou em 19º lugar no ranking individual, a melhor marca de sua carreira, e se classificou para a próxima fase. Na categoria masculina, Marcus Vinicius D'Almeida, que é número 1 do ranking mundial, ficou em 17º, sua melhor classificatória em Jogos Olímpicos.

Nessa fase inicial da competição, o desempenho dos atletas define um ranking para a próxima etapa, que é eliminatória. Ana Luiza somou 660 pontos, entre 64 concorrentes. Já D'Almeida conquistou 670 pontos. ●

COB monta equipe para cuidar da saúde mental dos brasileiros

WANDER ROBERTO/COB - 19/7/2024

Preparação mental dos atletas para que mantenham o foco e a motivação fazem parte do trabalho

Dez profissionais especializados em psicologia esportiva e um psiquiatra vão trabalhar com os atletas em Paris

MURILLO CÉSAR ALVES
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Além da preparação física dos atletas, a dinâmica do Comitê Olímpico do Brasil (COB) nos Jogos Olímpicos de Paris conta com um trabalho especial, focado na saúde mental dos integrantes da delegação. São dez profissionais especializados em psicologia esportiva. Além deles, pela primeira vez o Brasil terá um psiquiatra no grupo.

Os integrantes da equipe de saúde mental do COB estarão nos locais de treino e competição em Paris. Além disso, ficarão disponíveis no Château de Saint-Ouen, o QG do Time Brasil na França.

"Toda a nossa preparação final é feita de uma forma bem alinhada para que possamos oferecer os melhores serviços possíveis aos atletas que estarão em Paris e nas subsedes dos Jogos. É um trabalho de rotina, é a continuação do trabalho que temos feito ao longo de todo o ciclo olímpico", explica Eduardo Cillo, coordenador de psicologia esportiva do COB. Durante o ciclo olímpico, a missão do COB em Paris teve custo de R$ 52 milhões.

Em Tóquio-2020, o COB teve quatro psicólogos na delegação. O aumento se dá, também, pela importância que a entidade vê nessa questão comportamental e o impacto que tem sobre os atletas. Na Olimpíada japonesa, a ginasta Simone Biles desistiu de sua participação por causa da saúde mental – tinha dificuldades e medo de executar os saltos.

Na delegação brasileira houve um caso recente: o nadador Bruno Fratus, que não estará em Paris por causa de lesões, desistiu de participar do Pan-Americano de 2023 para priorizar a saúde mental.

O Brasil contará com a presença de outros quatro psicólogos do COB em Paris, além de Cillo: Aline Wolff, Carla Di Pierro, Carla Ide e Marisa Markunas. Os demais, que completam a equipe de dez, foram 'emprestados' por confederações e não tiveram sua identidade revelada à reportagem. Outra novidade é a presença de Helio Fádel, atual coordenador do Núcleo de Saúde Mental do Vasco, que será o primeiro psiquiatra do Brasil a atuar em uma edição de Jogos Olímpicos.

Segundo pesquisas e estudos conduzidos pela Unicamp e FondaMental, cerca de 30% dos atletas, ao redor do mundo, sofrem de alguma doença mental, desde depressão a casos mais graves. "Precisamos preparar os atletas estreantes para lidar com isso tudo pela primeira vez e relembrar os veteranos dos desafios na Vila Olímpica, alertar sobre as distrações e sobre a convivência com atletas de diferentes esportes e países", detalha Cillo.

ATENÇÃO CRESCENTE. Em comparação, o Brasil está em 'pé de igualdade' com os demais comitês. Os Estados Unidos, por exemplo, contam com 14 profissionais especializados em saúde mental para atuar em Paris. Jessica Bartley, diretora sênior de serviços psicológicos do Comitê Olímpico e Paralímpico dos EUA, afirmou que cerca de metade dos atletas do país nos dois últimos Jogos apresentaram sinais de pelo menos um dos seguintes fatores: ansiedade, depressão, distúrbios do sono, distúrbios alimentares e uso ou abuso de substâncias.

O Brasil terá 274 atletas na delegação enviada a Paris. Pela primeira vez, as mulheres são maioria. Elas serão 55% do total de esportistas, de 39 modalidades diferentes. No atletismo, Hygor Gabriel, do revezamento 4x100m, Lívia Avancini, do arremesso de peso, e Max Batista, da marcha atlética que tiveram a vaga negada pelo COI por problemas relativos aos testes antidoping – fizeram um número menor de testes do que o estabelecido –, tentam reverter a situação para poder competir.

"Em uma rotina intensa e exigente como a desses atletas, manter a cabeça no lugar é crucial para evitar cansaço, perda de motivação, e manter o foco e a concentração, que são fundamentais para o sucesso na competição", ressalta Eduardo Cillo, o coordenador de psicologia esportiva do COB.●

ESPORTES

NA WEB
Aponte a câmera do celular para o QR Code e confira a tabela do brasileirão
www.estadao.com.br/esportes/futebol

Campeonato Brasileiro

Corinthians erra muito na defesa, mas Garro consegue evitar derrota

RODRIGO SAMPAIO

Em partida bastante movimentada, o Corinthians empatou por 2 a 2 com o Grêmio ontem, na Neo Química Arena. O time corintiano sofreu gols em erros crassos na defesa e viu Rodrigo Garro, um dos melhores em campo, marcar um golaço nos minutos finais para evitar a derrota da equipe alvinegra. Yuri Alberto fez o outro gol dos donos da casa, enquanto Rodrigo Ely e Villasanti anotaram para o time gaúcho.

O resultado faz o Corinthians encerrar o primeiro turno na 14º posição, com 19 pontos, ainda brigando para se afastar da zona de rebaixamento. Por sua vez, o Grêmio permanece no Z-4 do Brasileirão. Com dois jogos a menos, o time gaúcho fica na 17ª colocação, com 15 pontos.

Os torcedores ainda estavam se acomodando nas arquibancadas quando a defesa corintiana não conseguiu impedir Rodrigo Ely de levar vantagem pelo alto após lance de bola parada, e o zagueiro tricolor abriu o placar para o Grêmio logo no primeiro minuto.

O Corinthians cresceu muito rápido na partida e teve a chance do empate quando o VAR foi chamado para analisar um puxão na área em Ángel Romero. Após quase cinco minutos de jogo parado, a penalidade foi assinalada, com muita reclamação por parte dos gremistas. Yuri Alberto bateu com categoria e deixou tudo igual, aos 24 minutos.

No segundo tempo, o Corinthians teve dificuldades para sair da armadilha projetada pelo Grêmio. Com os meias tocando menos na bola, o chutão passou a ser opção, mas a defesa gremista ganhou a maioria das disputas pelo alto.

Quando o time alvinegro tentou sair trocando passes desde a defesa, Félix Torres errou e deu a bola no pé de Villasanti. O paraguaio driblou André Ramalho e bateu no canto de Hugo Souza, marcando um golaço.

O Grêmio se fechou completamente após o gol. Com dificuldade de entrar na área adversária, a solução foi chutar de fora da área. Aos 41 minutos, Rodrigo Garro acertou um lindo chute colocado, evitando a derrota corintiana.●

19ª RODADA DO BRASILEIRÃO

CORINTHIANS 2

GRÊMIO 2

Gols: Rodrigo Ely, a 1, e Yuri Alberto, aos 24 min do 1º tempo; Villasanti, aos 30, e Garro, aos 41 do 2º tempo.
CORINTHIANS: Hugo Souza; Félix Torres, André Ramalho e Cacá; Matheuzinho (Charles), Raniele (Pedro Henrique), Ryan (Wesley), Rodrigo Garro e Hugo; Ángel Romero (Igor Coronado) e Yuri Alberto (Pedro Raul). **Técnico:** Ramón Diaz.
GRÊMIO: Marchesín; Rodrigo Ely, Jemerson e Kannemann; Fábio (João Pedro), Villasanti, Edenílson (Pepê), Nathan (Gustavo Nunes) e Reinaldo; Cristaldo (Arezo) e Soteldo (Du Queiroz). **T:** Renato Gaúcho.
Árbitro: Alex Gomes Stefano (RJ).
Amarelos: Cacá, Kannemann, Rodrigo Ely e Pedro Geromel.
Público: 45.183 torcedores.
Renda: R$ 2.705.605.50.
Local: Neo Química Arena.

O MELHOR DA TV

FÓRMULA 1
● GP da Bélgica
Treinos livres
8h30 e 12h / BandSports

FUTSAL
● Libertadores Feminina
Stein Cascavel x Exa Ysaty
13h / BandSports

FUTEBOL
● Amistoso Internacional
Bayer Leverkusen x Rot-Weiss
14h / ESPN 4 e Disney+
● Série B
Ituano x Vila Nova
21h30 / SporTV e Premiere

OLIMPÍADA DE PARIS
Cerimônia de Abertura
14h30 / Globo, SporTV e CazéTV

BEISEBOL
● MLB
NY Yankees x Boston Red Sox
20h/ ESPN 2 e Disney+

MARINA ZIEHE/COB – 11/7/2024

Maioria feminina na delegação. Paredes do Château de Saint-Ouen trazem fotos que homenageiam figuras como Marta e Mayra Aguiar

Casa verde-amarela

Base do Brasil nos Jogos fica em um castelo e tem até feijoada no cardápio

Construído em 1823, Château de Saint-Ouen é a casa brasileira na França; lá os atletas tratam lesões, almoçam e se reúnem com familiares

RICARDO MAGATTI
MARCOS ANTOMIL
ENVIADOS ESPECIAIS
PARIS

Um dos poucos palácios que sobreviveram às guerras napoleônicas na França, o Château de Saint-Ouen ganhou decoração verde e amarela e passou a ser muito mais frequentado a poucos dias do início da Olimpíada. Construído em 1823, o antigo castelo situado na pequena Saint-Ouen, cidade de pouco mais de 40 mil habitantes, virou a casa do Time Brasil nos Jogos Olímpicos.

O **Estadão** visitou e conheceu cada canto do château na quarta-feira. Trata-se de um monumento histórico e símbolo da cidade, que virou o espaço onde os atletas tratam lesões, cuidam da saúde mental e física, se alimentam e se reúnem com pessoas de seu convívio cotidiano – mais de 500 familiares e amigos estão cadastrados, o que lhes permite visitar os atletas. Eles têm uma sala própria para confraternizar. Logo no térreo, há uma sala com jogos de tabuleiro, peças de xadrez, lápis de cor e fotos e desenhos feitos por familiares pregados em um mural.

A construção foi escolhida pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) especialmente por sua localização, a 500 metros de uma das entradas da Vila Olímpica, o que evita que os esportistas percam muito tempo em seus deslocamentos.

O espaço abriga normalmente um conservatório de música, teatro e dança, mas se transformou em uma instalação brasileira e assim será até o fim dos Jogos de Paris, decorado com pianos em diversos ambientes. Em vez das exposições e dos quadros que relatam a ascensão e a queda de Napoleão, estão referências ao Time Brasil e ao protagonismo das atletas brasileiras.

Figuras como Marta, a judoca Mayra Aguiar e as ex-jogadoras de vôlei Fabi Alvim e Fofão aparecem nas paredes do castelo para enaltecer o fato de as mulheres serem maioria na delegação brasileira pela primeira vez na história.

MARINA ZIEHE/COB – 15/7/2024

Cardápio variado. Serão 3,5 mil refeições até o final da Olimpíada

CARDÁPIO VARIADO. No porão do castelo fica o refeitório. Onde normalmente agentes de segurança da cidade fazem suas refeições diárias, agora quem come são os atletas e funcionários do COB. Ontem, na véspera da abertura da Olimpíada, mais de 200 pessoas, considerando estafe e esportistas, passaram pelo local, que servirá também para celebrar as medalhas a serem conquistadas.

> ***"Os atletas preferiram a comida do castelo à da Vila Olímpica. A ideia é que eles tenham lembrança de casa comendo arroz e feijão e se sintam à vontade"***
> **Joyce Ardies**
> **Subchefe de missão do COB em Paris**

O cardápio tem algumas variações. Apresenta os tradicionais feijão e arroz, saladas, legumes e carnes. No dia em que o **Estadão** visitou o refeitório, a opção proteica era bife a rolê. Havia também feijoada, estrogonofe, macarrão, espigas de milho cozidas e couve-flor, além de frutas, oleaginosas e sobremesas.

Serão 3,5 mil refeições até o fim da Olimpíada, calcula Joyce Ardies, subchefe de missão do COB em Paris. "Os atletas preferiram a comida do castelo à da Vila", afirma. "A ideia é que eles tenham lembrança de casa comendo arroz e feijão e se sintam à vontade."

"A comida da Vila não está tão boa como a do nosso refeitório", endossa a boxeadora Beatriz Ferreira, prata em Tóquio. "A gente pode comer de tudo, com moderação, como diz nossa nutricionista."

Em Saint-Ouen, o COB tem outras duas instalações à disposição além do Château: o Ginásio das Docas e Serra Wangari. O primeiro é mais frequentado pelas seleções masculina e feminina de vôlei, pelos atletas de vôlei de praia, e também pelos representantes do taekwondo e esgrima. Foi instalada uma pequena academia de musculação ao redor do ginásio.

Eles podem usar as instalações da Vila Olímpica, mas os atletas, especialmente os das seleções de vôlei, enfrentam restrições de horários. Por isso, preferem fazer seus dois treinamentos diários em uma quadra reservada e dispor de privacidade. "Algumas confederações e chefes de equipe pedem estruturas adicionais. Vai da necessidade de cada confederação", explica o ex-judoca Sebastian Pereira, hoje gerente executivo de alto rendimento do COB.

No Serra Wangari é feita a operação de uniformes. A vestimenta ganhou importância maior com a controvérsia envolvendo as roupas que os atletas vestirão na cerimônia de abertura. Há quem ache as peças conservadoras demais e estereotipadas.

"Nossa preocupação é que a roupa seja prática e funcional", defende Katherine Campos, ex-judoca e líder da operação de uniformes do COB. Os atletas recebem os uniformes de viagem no Brasil. Em Paris, ganham os materiais esportivos, fornecidos pela marca chinesa Peak. São quase 50 mil peças que vêm da China em quatro contêineres. Se o uniforme requer ajustes, há duas costureiras destacadas para isso no local.

INVESTIMENTO. O COB fez uma parceria com a prefeitura de Saint-Ouen para usar o espaço. Os custos são divididos. O investimento na base do Brasil na pequena cidade francesa gira em torno R$ 1 milhão, sendo 50% bancados pelo comitê e 50% pela administração local, que exigiu contrapartidas como ações envolvendo atletas brasileiros e projetos esportivos com alunos da rede pública francesa. A negociação começou em 2019. O contrato foi assinado em 2022. ●

DURANTE A OLIMPÍADA, A BOA HISTÓRIA SERÁ PUBLICADA NO CADERNO DE ESPORTES

SEXTA-FEIRA, 26 DE JULHO DE 2024 O ESTADO DE S. PAULO

Abastecimento **Eletricidade**

MP encarece energia para mais pobres

Medida provisória que atendeu empresa dos irmãos Batista também reajustará contas de todos os consumidores de Norte, Nordeste e indústria, dizem consultoria e entidades do setor

ALVARO GRIBEL
MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

A medida provisória (MP) que beneficiou a Âmbar, empresa de energia do Grupo J&F, dos irmãos Wesley e Joesley Batista, vai encarecer a conta de luz de famílias de baixa renda do País, além de aumentar as tarifas para todos os consumidores das regiões Norte e Nordeste. O impacto também ocorrerá sobre a indústria, que tende a repassá-lo para o preço dos produtos. Essa é a conclusão de um estudo da TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia, e de entidades do setor elétrico.

Hoje, as famílias de baixa renda que possuem o benefício da tarifa social não pagam pelos encargos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), cobrança na conta de luz que banca subsídios para o setor elétrico. Mas participam do rateio do Encargo de Energia de Reserva (EER), que cobre todos os custos relacionados à contratação da energia de reserva quando há aumento expressivo de demanda. A MP publicada em 13 de junho transfere as dívidas da Amazonas Energia com a contratação de energia de termoelétricas da CDE para o EER.

Em junho, a Âmbar comprou usinas termoelétricas da Eletrobras que vendem energia para a Amazonas Energia, a distribuidora de energia elétrica do Estado do Amazonas. A empresa, porém, é deficitária, e desde novembro passado não pagava por essa energia. A MP do governo cobre essa dívida com recursos das contas de luz.

A TR Soluções é uma empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia do País. Criada em 2011, presta serviços a empresas de toda a cadeia. Sem vínculo com nenhum grupo econômico, possui plataforma de projeções que reproduz cálculos tarifários a partir de regras do órgão regulador do setor. ●

CONSULTORIA ESTIMA QUASE R$ 6 A MAIS POR MWH PARA TARIFA SOCIAL. PÁG. B2

Celso Ming celso.ming@estadao.com

A chaga dos lixões

O Brasil continua sendo o país dos lixões.

Em 2022, o setor de resíduos emitiu aproximadamente 91,3 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO_2e). Foi responsável por 4,0% das emissões totais de gases de efeito estufa do território brasileiro, como mostram os dados do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Cerca de 65% dessas emissões provieram dos resíduos em aterros e lixões.

Enquanto não cuidar dessa chaga, o Brasil não conseguirá cumprir as metas de descarbonização previstas, sem o que não conseguirá enveredar para a era da economia verde.

A Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente estima que, nesse mesmo 2022, 33,3 milhões de toneladas de resíduos tiveram destinação ambientalmente inadequada no Brasil. A maior parte desses resíduos (27,9 milhões de toneladas) foi despejada nos mais de 3 mil lixões a céu aberto existentes em território brasileiro.

Não são apenas grave problema ambiental. Esses lixões são, também, um atentado à saúde pública, avaliação que dispensa demonstrativos.

Revelam como os governantes brasileiros têm negligenciado a meta fincada pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares) de acabar com esses espaços e melhorar o descarte do lixo. Estabelecida em 2010, com a

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO - 4/7/2024

Lixão: problema sem solução

promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – que passou duas décadas em discussão no Congresso –, a meta vem sendo prorrogada desde 2014. O atual prazo, agosto de 2024, também deverá ser empurrado para adiante. Toda essa negligência, às vésperas da COP-30, que acontecerá em Belém, ocasião em que os países-membros da ONU deverão rever as metas de emissão e reforçar o compromisso de zerá-las até 2035.

Por aí já se veem a falta de compromisso e a ineficácia dos gestores públicos em lidar com toda sorte de lixo, que anualmente derretem bilhões de reais em descartes incorretos e em tratamentos de doenças produzidas por essas destinações.

"É questão não resolvida, por completa leniência e omissão. Não só por parte dos governantes – já que lixo não traz votos. Mas também por parte do Ministério Público, que não tem exigido o cumprimento da lei", adverte o especialista em Meio Ambiente Elcires Pimenta.

As soluções para extinguir os lixões não são simples nem de curto prazo. Exigem modernização na administração, como a criação de marcos regulatórios que facilitem a regionalização a partir de consórcios entre municípios e parcerias público-privadas. Além disso, como aponta Pimenta, pedem investimentos em capacitação técnica, aumento dos programas de reciclagem, estímulo à bioenergia e universalização da cobrança de tarifas para financiar essa gestão.

Carlo Pereira, CEO do Pacto Global da ONU no Brasil, pede mais integração na cadeia. Como parte do material descartado não é reciclável, seu tratamento exige respostas que podem ser negociadas com a iniciativa privada. ● / COM PABLO SANTANA

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Abastecimento Eletricidade

Consultoria estima quase R$ 6 a mais por MWh para quem paga tarifa social

Ministério afirma que MP é 'rearranjo de pagadores'; Âmbar diz que mercado sabia da condição da Amazonas Energia

ALVARO GRIBEL
MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

Pelos cálculos da consultoria especializada em mercado de energia elétrica TR Soluções, as famílias de baixa renda atendidas pela tarifa social terão um custo adicional em suas contas de energia entre R$ 3,64 por MWh e R$ 5,71 por MWh, a depender do custo da energia negociada no mercado livre, que influencia o cálculo dos encargos sobre o boleto.

"O que aconteceu (*com a MP do governo*) é que, quando você tira elementos e custos da CDE e os transfere para o EER, você muda a forma de rateio desse custo – e isso impacta as famílias que hoje têm o desconto por meio da tarifa social", explicou o diretor de Regulação da TR Soluções, Helder Souza.

A tarifa social de energia elétrica é um desconto na conta de luz concedido às famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único ou que tenham entre seus membros alguém que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. O desconto é dado de acordo com o consumo mensal de cada família, que varia de 10% a 65%, até o limite de consumo de 220 kWh.

Para o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa, o impacto maior da medida provisória do governo ocorrerá sobre os consumidores da alta tensão, principalmente a indústria. E isso será repassado aos produtos.

"Haverá impacto sobre a indústria, as regiões Norte e Nordeste e também sobre os consumidores de baixa renda, mas o efeito será maior sobre a indústria", disse. Neste ano, a Amazonas Energia já recebeu R$ 2,3 bilhões em subsídios (*veja quanto o governo pagou em subsídios às companhias de energia neste ano em quadro nesta página*).

Ao **Estadão**, o MME informou que os custos com a usina de Mauá 3, uma das térmicas compradas pela Âmbar, não serão transferidos para essa conta de encargos. Ainda assim, há efeito sobre as famílias de baixa renda, respondeu a TR Soluções em nota.

RESPOSTAS. O MME argumenta ainda que a medida provisória (MP) trata de um "rearranjo de pagadores", com a inclusão de grandes indústrias e com um rateio diferente para os consumidores de diferentes regiões do País e que os valores são "irrisórios".

A Âmbar disse que os desequilíbrios financeiros da Amazonas Energia eram conhecidos pelo setor, e que o governo já havia informado que havia estudos em busca de uma solução. "Todos os agentes do mercado elétrico tinham conhecimento, inclusive pela imprensa, de que uma solução para a sustentabilidade econômica da Amazonas Energia era urgente e iminente", disse a empresa. ●

QUANTO CUSTA

Subsídios por distribuidora em 2024

Dez maiores

EM MILHÕES DE REAIS

FONTE: ANEEL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Acionistas da Eletrobras podem ceder mais vagas em conselho à União

EDUARDO GAYER
BRASÍLIA

Privatizada há dois anos, a Eletrobras deve propor aos acionistas, até o início de agosto, uma mudança no conselho de administração para aumentar o poder de voto da União. Segundo apurou o **Estadão**, a negociação entre a companhia e o governo Lula para encerrar uma briga judicial avançou nos últimos dias. A proposta à mesa no momento, vista pelas duas partes como possível de ser concretizada, é aumentar o número de cadeiras no conselho de 9 para 10 – e entregar três delas à União, que hoje tem apenas uma.

Em troca da concessão, a Advocacia-Geral da União (AGU) retiraria a Ação Direta de Inconstitucionalidade que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) que questiona trechos da lei de privatização da companhia.

De acordo com dois integrantes do governo e um acionista privado que participam das conversas, o cenário é o mais provável neste momento, mas há ainda uma resistência residual entre acionistas privados quanto aos termos da conciliação. A expectativa é de que as divergências sejam superadas nos próximos dias. Qualquer consenso precisa ser aprovado em assembleia da Eletrobras e no plenário do STF. Procuradas, a companhia e a AGU não comentaram.

Em 2023, o governo Lula foi ao STF para aumentar o poder no conselho por discordar de um trecho da lei de privatização que proíbe acionistas de exercer votos em número superior a 10%. A ação está sob a relatoria do ministro Kassio Nunes Marques.

Para a AGU, esse dispositivo fere o princípio da razoabilidade, considerando que a União ainda tem 42% das ações da empresa. A medida, porém, é vista com ressalvas no setor de energia. Afinal, o molde da privatização da Eletrobras, que transformou a empresa em uma corporation (uma empresa de capital privado sem acionista controlador), foi aprovado pelo Congresso.

Tratativas

Acordo daria fim à ação que tramita no STF que questiona lei que privatizou a companhia

Originalmente, a União queria ficar com três de nove assentos. Já acionistas privados defendiam aumentar o conselho para 11 vagas e ceder duas à União. Para o Palácio do Planalto, um possível entendimento para levar três de dez vagas é visto como um bom meio-termo.

Um acionista privado da Eletrobras ressaltou ao **Estadão**, na condição de anonimato, que ainda tentará ampliar o conselho para 11 vagas para reduzir o poder de fogo das eventuais três vagas da União. Seria uma espécie de "redução de danos" à negociação para ampliar a presença do governo no conselho de administração. ●

Laura Karpuska karpuska.estadao@gmail.com

Brechas

A confiança no governo não está das melhores no mundo. Não é um fenômeno novo. A pesquisa anual do Instituto Pew Research revela que, há décadas, os americanos têm perdido a fé na capacidade de seus líderes de governar pensando no bem comum. A decepção se alimenta de crises econômicas, do consumo desenfreado de notícias enviesadas nas redes sociais, de uma inundação de fake news e do conhecimento de malfeitos de políticos corruptos e comprometidos com pequenos grupos de interesse. A incapacidade dos partidos políticos de seguir uma agenda que verdadeiramente considere a vida das pessoas comuns apenas agrava a situação.

Donald Trump é um fruto desse solo fértil para o populismo. Sua ascensão não é um acaso, mas sim uma expressão de um ambiente político exaurido. As eleições americanas tornaram-se um espetáculo digno de novela. O candidato oposicionista sofreu um atentado, com tiros e mortes de apoiadores, gerando imagens que são uma metáfora cruel da realidade fragmentada do país. O presidente, exibindo sinais de senilidade, decidiu não concorrer à reeleição, e sua vice, Kamala Harris, foi alçada para assumir a candidatura antes mesmo da convenção do Partido Democrata em agosto.

Os defensores dessa decisão alegam urgência: cada dia perdido na campanha contra Trump, um candidato que só ganhou mais apoio após o atentado, pode ser fatal. No entanto, ao atropelar o rito da convenção, o Partido Democrata arrisca reforçar a percepção de que a política partidária é um jogo distante da vida real. A pressa em substituir um candidato debilitado reflete um desdém pelos processos democráticos, fundamentais para manter a confiança do público.

> *Partidos vivem uma realidade distante, e tomam decisões esquecendo-se do eleitorado*

Essa atitude oligárquica da política, como bem categorizou um colega, pode ser uma das razões pelas quais as pessoas perdem a confiança no governo. Partidos vivem uma realidade distante do eleitorado, na qual decisões sobre candidaturas e políticas públicas são tomadas esquecendo-se do eleitor.

Para restaurar a confiança no governo, os partidos políticos precisam se reconectar com as verdadeiras preocupações do povo, em vez de se perderem em agendas capturadas ou alienantes – algo, aliás, que o Partido Democrata já fez e pode continuar fazendo com Kamala Harris. Buscar entender o que o eleitor americano precisa, pensar e fomentar um candidato que capture esses ideais é a única maneira de fechar a brecha por onde o populismo se infiltra. ●

PROFESSORA DO INSPER, PH.D. EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE NOVA YORK EM STONY BROOK

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel **(quinzenalmente)** ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Estatais **Fertilizantes**

Unigel pedirá R$ 700 milhões de volta à Petrobras

RIO

A Unigel, uma das maiores empresas químicas do País, vai pedir ressarcimento de cerca de R$ 700 milhões por investimentos feitos nas duas fábricas de fertilizantes (em Sergipe e na Bahia) arrendadas da Petrobras, que estavam, à época, sem condições operacionais.

Ao *Estadão/Broadcast* a Unigel informou que estima ter ainda mais de uma centena de milhões de reais de prejuízo pela interrupção da produção das unidades, ainda não calculados.

"A Unigel pretende retomar o quanto antes possível a produção de fertilizantes e mantém-se firme na expectativa de que, em breve, sejam estabelecidas condições econômicas viáveis para o fornecimento de gás natural que lhe permitam retomar a operação", informou a companhia, que se diz aberta a tratativas com Petrobras com objetivo de buscar solução viável para retomada da produção de amônia e ureia no menor espaço de tempo. ● DENISE LUNA

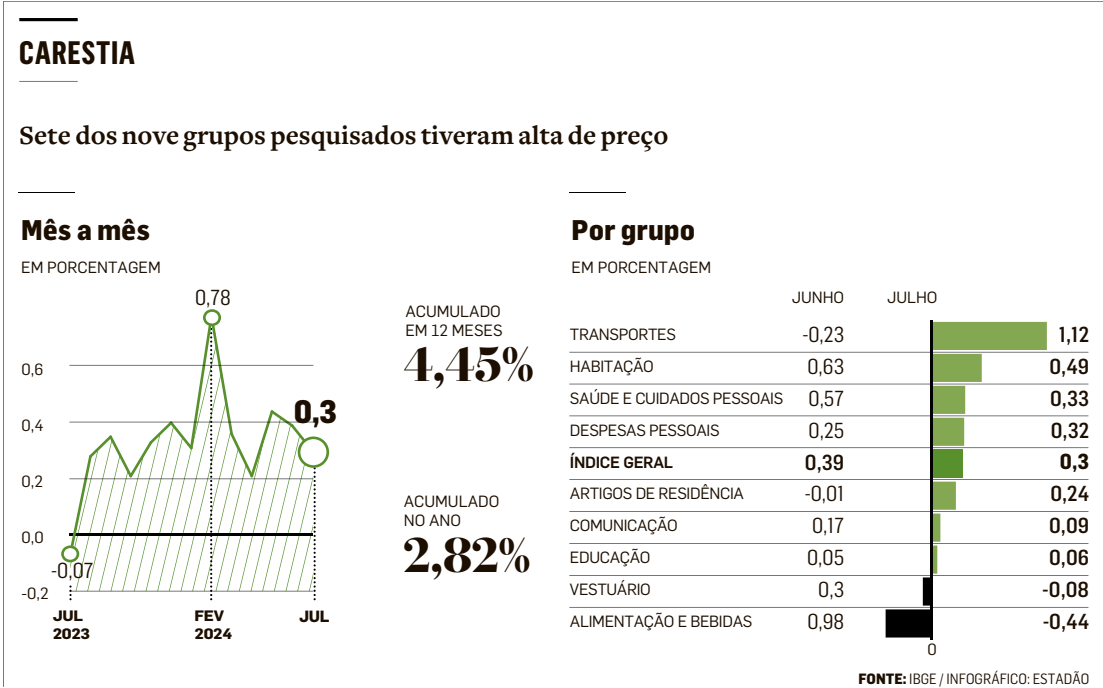
Indicadores Analistas previam 0,23%

IPCA-15 cai para 0,30% em julho, mas fica acima do esperado pelo mercado

Índice ficou abaixo do registrado em junho (0,39%), porém acumulado em 12 meses sobe para 4,45%; férias influenciaram

DANIELA AMORIM
RIO

A inflação brasileira está desacelerando neste mês. Segundo dados divulgados ontem pelo IBGE, o IPCA-15 (que é uma prévia da inflação oficial) ficou em 0,30% no mês, abaixo do 0,39% registrado em junho. O número, porém, ficou acima do esperado pelo mercado: a expectativa dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast era de um índice de 0,23%.

No acumulado em 12 meses, o IPCA-15 registra alta de 4,45%, acima dos 4,06% observados nos 12 meses encerrados em junho. Isso se explica principalmente porque, em julho de 2023, a taxa foi de -0,07%.

De acordo com o IBGE, dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete tiveram alta em julho. Transportes (1,12%) e habitação (0,49%) puxaram as altas. Por sua vez, o grupo alimentação e bebidas teve recuo de 0,44%, após oito meses consecutivos de alta.

Ainda segundo o IBGE, no grupo alimentação e bebidas, a alimentação no domicílio recuou 0,70% em julho (*mais informações no quadro desta página*). O grupo habitação, por sua vez, foi influenciado principalmente pela energia elétrica residencial, que subiu 1,20%. Em julho, passou a vigorar a bandeira tarifária amarela, que acrescenta R$ 1,885 a cada 100 kwh consumidos. No grupo transportes, o maior impacto veio das passagens aéreas, que subiram 19,21%.

CARESTIA

Sete dos nove grupos pesquisados tiveram alta de preço

Mês a mês
EM PORCENTAGEM

ACUMULADO EM 12 MESES
4,45%

ACUMULADO NO ANO
2,82%

Por grupo
EM PORCENTAGEM

	JUNHO	JULHO
TRANSPORTES	-0,23	1,12
HABITAÇÃO	0,63	0,49
SAÚDE E CUIDADOS PESSOAIS	0,57	0,33
DESPESAS PESSOAIS	0,25	0,32
ÍNDICE GERAL	**0,39**	**0,3**
ARTIGOS DE RESIDÊNCIA	-0,01	0,24
COMUNICAÇÃO	0,17	0,09
EDUCAÇÃO	0,05	0,06
VESTUÁRIO	0,3	-0,08
ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS	0,98	-0,44

FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

ANÁLISES. O Itaú Unibanco afirma que os dados vieram piores do que o banco esperava, especialmente em função da aceleração dos serviços subjacentes, que mostra que a mínima desses preços no ano deve ter ficado em junho.

A estrategista de inflação da Warren Investimentos, Andréa Angelo, aumentou as projeções para o IPCA de julho, de 0,25% para 0,31%, e para o ano, de 4,1% para 4,2%, após a surpresa para cima com o IPCA-15 de julho. As estimativas, afirma, estão atreladas às pressões dos itens seguro de automóvel e passagem aérea.

Andréa avalia que, embora a leitura do IPCA-15 do mês tenha apresentado pressões pontuais, há também uma mudança importante de nível de preços. "Alguns efeitos podem ser mais permanentes e elevar a inflação para o ano, como no caso do seguro de automóvel, muito relacionado às enchentes no Rio Grande do Sul." ● COLABORARAM CAROLINE ARAGAKI e MARIA REGINA SILVA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Na trincheira do atraso

Disputa entre Câmara e Senado sobre mercado regulado de carbono é jogo de perde-perde

A batalha entre a Câmara dos Deputados e o Senado que emperra a criação do mercado regulado de crédito de carbono presta um desserviço ao País ao adiar indefinidamente a criação de um sistema que já deveria estar em funcionamento ou, ao menos, em desenvolvimento. Se há, de fato, fundamento no interesse do Brasil em liderar o esforço mundial de transição energética, é surreal, para dizer o mínimo, a disputa política nas duas Casas Legislativas em torno da paternidade do projeto que vai determinar as bases do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases do Efeito Estufa (SBCE).

A situação inusitada foi revelada em recente reportagem do **Estadão**, que enfatizou os atrasos recorrentes. Foram frustradas as tentativas de aprovação antes das Cúpulas do Clima (COPs) da ONU no Egito, em 2022, e em Dubai, em 2023. A aprovação antes da COP-29, que acontecerá em novembro em Baku, no Azerbaijão, é incerta, e conforme se aproxima a COP-30, que será sediada no Brasil, a demora começa a ganhar contornos de vexame, ainda mais diante da previsão de que, depois da aprovação, a implantação do SBCE seja concluída em fases ao longo de seis anos.

Em questão de tamanha importância, como a do combate às mudanças climáticas, é lamentável que decisões essencialmente técnico-científicas sejam obstruídas por meros – e questionáveis – objetivos políticos. Como mostrou a reportagem, o Senado pretende votar, em meados de agosto, o PL 412/22, aprovado pelos senadores em outubro de 2023, um texto mais sucinto do que o votado e aprovado na Câmara (PL 2148/15) dois meses depois. Ocorre que o relator do projeto na Câmara, deputado Aliel Machado (PV-PR), aproveitou apenas parte do PL 412, enviado pelo Senado e juntou o conteúdo do PL 2148, que já tramitava na Câmara.

O que já estava confuso virou uma barafunda com os rumores de que o plenário do Senado, para onde o projeto retornará após as mudanças, vai retomar o texto que enviou à Câmara. Já começa a ser especulada a judicialização da questão – o que poderia ter sido evitado, por certo, se o Executivo, a quem caberia prioritariamente a condução de projetos para orientar a transição energética, tivesse tomado a dianteira enviando um projeto próprio ao Legislativo, ao invés de pegar carona no texto do Senado.

Quando assinou o Acordo de Paris, durante a COP-21, em 2015, o Brasil comprometeu-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% em 2025; depois ampliou a redução para 50% em 2030 e comprometeu-se com a neutralidade até 2050. A venda de créditos de carbono excedentes de empresas e governos contribui para o cumprimento das metas de redução de poluentes no mundo. Naquele mesmo ano, foi apresentado o PL 2148/15 na Câmara para criar a base do mercado regulado, em que governos decidem as metas de emissões. Sem uma legislação própria até hoje, as empresas brasileiras participam apenas do mercado voluntário, no qual as metas são definidas entre empresas.

É notória a vantagem do Brasil, com sua matriz energética essencialmente limpa, na corrida mundial pela descarbonização. Somente a incompetência nos impedirá de aproveitar essa chance. ●

Contas públicas Arrecadação

Aposta do governo, Carf tem receita nula

Colegiado que julga recursos contra o Fisco mudou regra para favorecer Planalto, mas medida não teve efeito até agora

AMANDA PUPO
BRASÍLIA

O Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) não gerou nenhuma receita em junho, disse o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, ontem, durante a divulgação de arrecadação do mês passado. O colegiado é responsável por julgamentos administrativos de recursos de contribuintes. No ano passado, o governo conseguiu mudar por meio de projeto aprovado pelo Congresso as regras do conselho, retomando o voto de desempate em favor do Fisco. A receita do Carf era uma das apostas da equipe econômica para incrementar o Orçamento.

Mais recursos
No geral, receita registrou aumento real de 11,02% no mês passado ante o mesmo período do ano passado

No geral, a arrecadação de impostos e contribuições federais somou R$ 208,844 bilhões em junho de 2024, uma alta real (descontada a inflação) de 11,02% na comparação com o resultado de junho de 2023, quando o recolhimento de tributos somou R$ 180,475 bilhões, a preços correntes

Malaquias disse que as negociações com as empresas derrotadas no Carf estão levando mais tempo do que o inicialmente previsto, o que obrigou o governo a ajustar as projeções de ganhos com o Carf no 3.º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas. Sobre julho, o técnico da Receita disse que ainda não tinha informações se houve ou não entrada de recursos novos.

“Essa composição dos acordos está levando mais tempo que o previsto inicialmente. A expectativa é de que aqueles valores projetados até o fim do ano serão realizados, mas estamos numa fase em que ainda não há condição de afirmar o que já está efetivamente assegurado, que será ingressado”, disse Malaquias.

REDUÇÃO. Na segunda-feira, o secretário especial da Receita, Robinson Barreirinhas, afirmou que o governo reduziu a expectativa de arrecadação com a retomada do voto de qualidade do Carf, de R$ 55,6 bilhões para R$ 37,7 bilhões neste ano, uma diferença de R$ 17,9 bilhões. Barreirinhas explicou que a expectativa era de arrecadar com voto de qualidade do Carf apenas a partir de maio, por causa da paralisação do tribunal no início do ano. A frustração temporal, porém, se deu porque a Lei do Carf deu prazo de 90 dias para o contribuinte optar por acordo sem multa e juros. ●

Bacen: um trabalho exemplar

ARTIGO

Fabio Giambiagi
Economista

Institutional building (construção institucional) é um tema fascinante e, neste sentido, na linha do tempo da evolução de nossa institucionalidade monetária associada ao Banco Central (Bacen), há alguns marcos, entre eles o Plano Real, a criação do Copom, o regime de metas de inflação e a lei que concedeu autonomia à instituição.

Ela foi sendo discutida no Congresso desde o governo FHC, mas o *timing* para a viabilização da aprovação da lei só amadureceu na gestão de Jair Bolsonaro, por méritos compartilhados entre a gestão Michel Temer e o empenho do ex-ministro da Economia Paulo Guedes (PG) em favor da medida. Com isso, o primeiro mandato da autonomia abrangeu os últimos dois anos do governo anterior e os primeiros dois do governo atual.

Neste período, a atual gestão enfrentou quatro grandes desafios:

I. os efeitos da pandemia;

II. uma enorme aceleração da inflação mundial;

III. a necessidade de dar um choque intenso de juros depois de 2021; e

IV. a convivência com um ambiente político hostil, em 2023/2024.

> *O sucessor do atual presidente da instituição terá o desafio de dar continuidade a esta gestão*

Na média dos quatro primeiros anos da autonomia, a meta de inflação anual foi de 3,4% e, assumindo uma previsão de 4% para o ano em curso, a taxa de variação média anual do IPCA terá sido de 6,1%. A taxa ficou dois anos acima do teto da "banda" de tolerância e terá ficado dois anos no lado superior desta banda, abaixo do teto, mas acima do centro. Sob esta ótica, não pareceria ser um desempenho brilhante. É fundamental, porém, levar em conta três fatos. Primeiro, não dá para desvincular esta análise do contexto mundial e ignorar que mesmo nos Estados Unidos a inflação média destes quatro anos terá sido também muito elevada, da ordem de 5% ao ano, o que torna nossos 6% um número perfeitamente aceitável. Segundo, não foi nada fácil implementar uma política monetária coerente no contexto brasileiro de 2021/2024, inicialmente no contexto da instabilidade suscitada por Bolsonaro até 2022 e depois no ambiente de críticas do seu sucessor nos dois anos posteriores. E terceiro, o desempenho da instituição não pode ser avaliado apenas pela inflação, e sim por outros elementos, entre os quais se destaca todo o esforço que o Bacen fez para propiciar um espaço favorável ao desenvolvimento financeiro do País, desde o apoio às *fintechs* até a criação do Pix. Por tudo isso, a tarefa executada foi exemplar. O sucessor do atual presidente da instituição terá o desafio de dar continuidade a esta gestão. Se tiver sucesso, será bom para todos. ●

Cobranças suspensas **Dívidas de R$ 2 bi**

Pedido de recuperação judicial da Coteminas é aceito

O juiz da 2.ª Vara Empresarial de Belo Horizonte, Adilon Cláver de Resende, deferiu ontem pedido de recuperação judicial da Coteminas, empresa do ramo têxtil do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva.

Em maio, quando da apresentação do pedido, o magistrado já havia concedido parcialmente pedido de tutela de urgência do grupo para a suspensão de cobranças de dívidas. Ainda em maio, Josué havia pedido afastamento da presidência da Fiesp pelo prazo de 40 dias para tratar da recuperação da empresa.

As dívidas do grupo somam mais de R$ 2 bilhões. As empresas do conglomerado alegam que passaram a enfrentar desafios de liquidez nos últimos anos, agravados pela pandemia de covid-19 e pela desvalorização do real. ● ALEXANDRE ROCHA

INÊS 249

Vendas na rede De tudo um pouco

OLX deixa de ser só 'brechó online' para virar líder de anúncio imobiliário

Empresa faturou no ano passado, pela primeira vez no País, R$ 1 bilhão; virada começou em 2020 com aquisição do Grupo Zap, o número 1 na publicidade de imóveis

LUCAS AGRELA

O Grupo OLX é reconhecido como a plataforma de revenda de produtos usados. Com investimentos de milhões em marketing nos últimos 14 anos, a empresa se tornou sinônimo de desapegar de coisas que os consumidores não usam mais. Em 2020, porém, a empresa deu um passo importante na expansão dos negócios, ao adquirir o líder do mercado de anúncios de imóveis, o Grupo Zap, em uma operação de R$ 2,9 bilhões.

A empresa, controlada pela norueguesa Shibsted e pelo grupo sul-africano Naspers, passou a ser dona tanto do portal Zap quanto da plataforma Viva Real e hoje tem mais de 7 milhões de anúncios de casas e apartamentos no País. Criada em 2006 na Argentina, a OLX está no Brasil desde 2010. No ano passado, pela primeira vez, a empresa alcançou a marca de R$ 1 bilhão em faturamento no País.

> **"Vemos um potencial muito grande de triplicar a receita da empresa no Brasil. Há oportunidades em imóveis, autopeças, agronegócios, serviços e pagamentos digitais"**
> **Marcos Leite**
> Líder de marketing e receitas

Marcos Leite, que já foi o diretor-geral de imóveis do Grupo OLX e hoje lidera marketing e receitas, afirma que a empresa cresceu tanto organicamente quanto por meio de aquisições. Antes do Zap, a companhia já havia feito a fusão com a plataforma de compra e venda online Bom Negócio, até então uma das principais concorrentes.

No mercado de imóveis, a aquisição mais relevante, além do Grupo Zap, foi a da empresa Sohtec, em 2022. A startup desenvolveu ferramentas digitais para dar mais eficiência às imobiliárias em atividades como gestão de clientes em potencial e garantia locatícia, que substitui a figura do fiador em contratos de aluguéis. A plataforma hoje se chama Zap Way.

Enquanto a OLX oferece a possibilidade de anunciar produtos gratuitamente, os posts no site e no aplicativo da Zap feitos por imobiliárias são pagos. Com essa estratégia, a empresa conquistou um grande número de usuários interessados em comprar e revender produtos, bem como as empresas, que querem estar onde seus consumidores estão.

"Hoje a gente se consolida como uma empresa que tem mais de 3 milhões de vendedores pessoas físicas para vender coisas usadas", diz Leite. Ele afirma que a empresa tem mais de 60 milhões de usuários por meio das plataformas e mais de 350 milhões de sessões todos os meses.

PEDRO KIRILOS/ESTADÃO-9/7/2024

Marcos Leite, da OLX, na sede da empresa, no Rio: aquisições e expansão

Além disso, diz ele, a companhia está hoje com 28% de margem de lucro (Ebitda) – resultado do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização em relação à receita líquida de uma empresa.

IMÓVEIS. O executivo diz que, como grande parte dos imóveis no País é comprada com financiamentos bancários, outra frente de rentabilidade importante para o negócio da Zap é a conexão entre a plataforma de anúncios e os bancos. Por essas indicações, a empresa recebe um porcentual da contratação do financiamento.

No negócio imobiliário, Zap enfrenta a concorrência de nomes conhecidos no mercado, como QuintoAndar e Loft. Por isso, a OLX continua a investir no crescimento dessa unidade de negócio e planeja oferecer novas tecnologias para facilitar a rotina das imobiliárias e dos corretores, assim como aumentar a taxa de conversão de vendas de casas e apartamentos.

Com isso, a área de dados, DataZap, deve ter novidades para ajudar a precificar os imóveis e também para os consumidores saberem quanto custa, em média, uma casa ou apartamento na região onde querem morar. Os dados serão gerados com o uso de inteligência artificial, que também é aplicada para identificar anúncios duplicados.

"Nos próximos cinco anos, vemos um potencial muito grande de triplicar a receita da empresa no Brasil. Frentes importantes são novos empreendimentos e financiamentos de imóveis e de carros, além de abrir novos negócios. Há oportunidades em imóveis, autopeças, agronegócios, serviços e pagamentos digitais, com o Garantia OLX (*antigo OLX Pay*)", afirma Leite.

A margem de lucro obtida pelo Grupo OLX está ligada a fatores como não ter estoques de produtos ou grandes centros de distribuição, como acontece com as varejistas. Fora os imóveis, 75% de todos os anúncios da plataforma hoje são de produtos das categorias eletrônicos e celulares, moda e beleza, artigos para casa e itens de esporte.

Esses produtos são de consumidores que utilizam a plataforma para encontrar compradores e, eventualmente, pagam para destacar os anúncios para o público-alvo mais adequado, gerando lucratividade ao negócio.

A professora de marketing da FGV Lilian Carvalho afirma que o uso de dados para destacar anúncios para os consumidores mais adequados para cada produto, prática que faz parte da tendência chamada retail media (mídia de varejo), é uma forma eficaz de encontrar compradores ou de fortalecer o reconhecimento da marca com os potenciais consumidores. ●

Sistema financeiro Novo aplicativo

Itaú atualiza app para pequenas e médias empresas

O Itaú Unibanco atualizou o aplicativo para pequenas e médias empresas, o Itaú Empresas, para alinhá-lo às demais plataformas do banco. O movimento é similar ao que o banco está fazendo no segmento de pessoas físicas, em que 15 milhões de clientes serão migrados até o fim do ano para um "superapp" ao qual mesmo não correntistas terão acesso.

Segundo o Itaú, os acessos a funções ficaram mais rápidos, sendo que 80% das mais utilizadas no dia a dia ficarão na tela inicial, o que inclui Pix, pagamentos e cobranças. O banco diz que o tempo dessas operações caiu em 50%.

Para alterar o aplicativo, o Itaú fez mais de 65 pesquisas e ouviu mais de 1.600 clientes. O banco deve criar novos tipos de uso, implementar atualizações em segurança e alterar limites de Pix, entre outros. ●

MATHEUS PIOVESANA

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. CASAS PERNAMBUCANAS

CNPJ/MF nº 61.099.834/0001-90 - NIRE 35300033451 - Companhia Fechada

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA INSTALADAEM 9 DE JULHO DE 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 09 de julho de 2024, às 09:00 horas, de forma exclusivamente digital, sendo considerada realizada na sede da Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas ("Companhia"), localizada na capital do Estado de São Paulo, na Rua da Consolação nº 2.411, 6º andar, Consolação, CEP 01301-100, conforme parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76, regulamentado pelo Anexo V, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"). **2. Convocação e Presença:** A convocação foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Estado de São Paulo nos dias 1, 2 e 3 de julho de 2024. Presentes acionistas representando 99,98% do capital social votante, conforme registros e assinaturas lançados no Livro de Presença de Acionistas. **3.Mesa:**Presidente, Sr. Martin Mitteldorf; Secretário, Sr. José Eduardo dos Santos Iniesta Castilho. **4. Ordem do dia:** 4.1. a conversão de 50% das ações ordinárias nominativas em ações preferenciais, que serão criadas com a prerrogativa de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio; 4.2. a criação de 7(sete) classes de ações ordinárias da Companhia, com direitos políticos e econômicos iguais, sendo 12.500.000.000 (doze bilhões e quinhentos milhões) ações ordinárias classe A; 12.500.000.000 (doze bilhões e quinhentos milhões) ações ordinárias classe B; 8.089.119.260 (oito bilhões, oitenta e nove milhões, cento e dezenove mil e duzentos e sessenta) ações ordinárias classe C; 12.500.000.000 (doze bilhões e quinhentos milhões) ações ordinárias classe D; 6.066.862.200 (seis bilhões, sessenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e duzentas) ações ordinárias classe E; 14.933.830.206 (quatorze bilhões, novecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta mil e duzentos e seis) ações ordinárias classe F; e 8.410.188.334 (oito bilhões, quatrocentos e dez milhões, cento e oitenta e oito mil e trezentos e trinta e quatro) ações ordinárias classe X. Todas as classes de ações ordinárias da Companhia somente serão de titularidade de acionista com nacionalidade brasileira (ou espólios de pessoas que, quando vivas, cumpriam esta condição); 4.3. o desdobramento e/ou grupamento de ações ordinárias da Companhia, conforme venha a ser deliberado pela Assembleia Geral; 4.4. a reformulação da estrutura da administração da Companhia, mediante a criação de um Conselho de Administração e a eleição dos seus membros, a extinção do Conselho Consultivo e a modificação do número de membros e de determinadas regras atinentes à Diretoria; 4.5. a modificação do dividendo mínimo obrigatório, que passará a ser de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia; 4.6. a criação de Reserva para Investimento e Expansão, nos termos do artigo 194 da Lei nº 6.404/ 76, com a finalidade de (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei nº6.404/76; e/ou (ii) reforçar o capital de giro e a estrutura de capital da Companhia; e/ou (iii) ser utilizada em operações de resgate, amortização, reembolso ou aquisição de valores mobiliários de emissão da própria Companhia; e/ou (iv) ser aplicada em dividendos ou bonificações aos acionistas, ou sua capitalização; e/ou (v) permitir à Companhia não distribuir lucros que não tenham sido realizados em dinheiro e não se enquadrem nas hipóteses previstas no artigo 197 da Lei nº 6.404/76. Para fins do artigo 194, inciso III da Lei nº6.404/76, e em observância ao disposto no artigo 199 da mesma lei, o saldo da Reserva para Investimento e Expansão, somado ao saldo das demais reservas de lucros (exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar), não poderá ultrapassar 100% do capital social da Companhia; 4.7. a adoção de cláusula compromissória submetendo as divergências entre os acionistas e a Companhia a arbitragem; 4.8. a ampla reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Leitura de Documentos e Lavratura da Ata:** Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, tendo em vista que são do amplo conhecimento dos acionistas. Foi autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafos primeiro e segundo, da Lei nº 6.404/76. **6. Deliberações:** Instalada esta Assembleia Geral Extraordinária, foram tomadas as seguintes deliberações: 6.1. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, a criação deações preferenciais, as quais terão as seguintes características: (i) não terão direito a voto(não adquirindo, em tempo algum, este direito a teor do art. 111, §1º da Lei nº6.404/76);e (ii) terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução e liquidação da Companhia. 6.2. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, a conversão de 50% das ações ordinárias nominativas em ações preferenciais na proporção de 1:1e a quantidade de ações de cada acionista consoante o Documento A, que fica arquivado na sede da Companhia. 6.3. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, a criação de7(sete) classes de ações ordinárias da Companhia, as quais individualmente consideradas terãoos mesmos direitos políticos e econômicos, a saber: ações ordinárias classe A, ações ordinárias classe B, ações ordinárias classe C, ações ordinárias classe D, ações ordinárias classe E, ações ordinárias classe F e ações ordinárias classe X. 6.4. Registrar que todas as classes de ações ordinárias da Companhia somente serão de titularidade de acionista com nacionalidade brasileira (ou espólios de pessoas que, quando vivas, cumpriam esta condição). 6.5. Aprovar,por unanimidade dos acionistas presentes, o desdobramento das ações ordinárias e preferenciais da Companhia, nos termos do artigo 12 da Lei nº 6.404/76, de modo que cada ação seja desdobrada em 1.000 (um mil)ações, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 75.000.000.000 (setenta e cinco bilhões)ações ordinárias e 75.000.000.000 (setenta e cinco bilhões) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.As quantidades de ações de cada acionista decorrentes da distribuição das ações ordinárias e preferenciais após o desdobramento são aquelasconsoante o Documento B que fica arquivado na sede da Companhia. 6.6. Aprovar,por unanimidade dos acionistas presentes, a reformulação da estrutura da administração da Companhia, mediante (i) a criação de um Conselho de Administração, com as atribuições que lhe são conferidas no Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo I à ata a que se refere esta Assembleia, que será composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 9 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral a qualquer tempo na forma da Lei nº 6.404/76 e doEstatuto Social, com mandato unificado de 3 anos, permitida a reeleição; (ii) a extinção do Conselho Consultivo da Companhia; e (iii) a modificação do número de membros e de determinadas regras atinentes à Diretoria, com as atribuições que lhe são conferidas no Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo I à ata a que se refere esta Assembleia, que será composto por no mínimo 2 e no máximo 46 membros, acionistas ou não, a saber: 6 (seis) Diretores Executivos, quais sejam: 1 Diretor Superintendente, 1 Diretor Executivo Comercial, 1 Diretor Executivo de Operações, 1 Diretor Executivo Financeiro e de Relação com Investidores, 1 Diretor Executivo de Riscos, 1 Diretor de Gente e Gestão e até 40 Diretores sem designação específica. 6.6.1. Aprovar a fixação do número de membros do Conselho de Administração para o primeiro mandato em 6 (seis) membros. 6.6.2. Aprovar a eleição, para mandato unificado de 3 anos, das seguintes pessoas naturais: **(I)** o Sr.**Martin Mitteldorf**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 9.617.916-8, emitida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 089.849.378-19, que ocupará o cargo de Presidente do Conselho de Administração; **(II) Evaldo Fontes Júnior**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº M1.377.425, inscrito no CPF sob o número 664.194.686-04, que ocupará o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; **(III) Alberto LundgrenAltenburg**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 27.631.262-4, emitida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 191.798.858-37; **(IV) Evandro LuisRezera**, brasileiro, convivente em união estável, contador, portador da cédula de identidade RG nº 6041877843/RS, inscrito no CPF sob o número 629.853.700-78; **(V) Leila Abraham Loria**, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº 3.164.539-3, inscrita no CPF sob o número 375.862.707-91; e **(VI) Ralf Lundgren**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.899.552-6, emitida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 072.346.397-21. Todos os Conselheiros têm domicílio na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial à Rua da Consolação, nº 2.411, 6º andar; CEP: 01301-100. 6.6.3. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, a fixação da remuneração global anual dos administradores consoante carta assinada pelos acionistas e arquivada na sede da Companhia. 6.6.4. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termos de posse no livro próprio, em até 30 dias a contar desta data, oportunidade em que farão ou ratificarão, conforme o caso, a declaração de desimpedimento prevista em lei na forma do art. 147 da Lei nº 6.404/76. 6.6.5. Em razão da extinção dos cargos de Diretor Presidente e Vice-Presidente,registrou-se o agradecimento aos Srs. **Martin Mitteldorf** e **Evaldo Fontes Júnior**pelos serviços prestados, ficando aprovados, por unanimidade dos acionistas presentes, seus respectivas contas e atos de gestão até a presente data. 6.7. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, a modificação do dividendo mínimo obrigatório, que passará a ser de 35% sobre o lucro líquido da Companhia,respeitadas as obrigações de fazer e não fazer estabelecidas em obrigações de que for parte a Companhia,nos termos do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo I à ata a que se refere esta Assembleia. 6.8. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, a criação de Reserva para Investimento e Expansão, nos termos do artigo 194 da Lei n.º 6.404/76, conforme Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo I à ata a que se refere esta Assembleia, com a finalidade de (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76; e/ou (ii) reforçar o capital de giro e a estrutura de capital da Companhia; e/ou (iii) ser utilizada em operações de resgate, amortização, reembolso ou aquisição de valores mobiliários de emissão da própria Companhia; e/ou (iv) ser aplicada em dividendos ou bonificações aos acionistas, ou sua capitalização; e/ou (v) permitir à Companhia não distribuir lucros que não tenham sido realizados em dinheiro e não se enquadrem nas hipóteses previstas no artigo 197 da Lei 6.404/76. Para fins do artigo 194, inciso III da Lei 6.404/76, e em observância ao disposto no artigo 199 da mesma lei, o saldo da Reserva para Investimento e Expansão, somado ao saldo das demais reservas de lucros (exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar), não poderá ultrapassar 100% do capital social da Companhia. 6.9. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, a adoção de cláusula compromissória submetendo à arbitragem as divergências entre a Companhia e seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal efetivos e suplentes, se houver, e os membros de quaisquer Comitês, estatutários ou não, criados pela Companhia,ou ainda entre quaisquer das pessoas naturais ou jurídicas aqui elencadas. 6.10. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, a reforma integral e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar conforme redação constante do Anexo I à ata a que se refere esta Assembleia. 6.11. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, a proposta para suspensão dos trabalhos desta Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. 6.12. Consignar que esta Assembleia Geral Extraordinária será reaberta e prosseguirá no dia útil seguinte, em 10 de julho de 2024, às 12:00 horas, sem necessidade de nova convocação. **7. Suspensão**: Nada mais havendo a tratar, os trabalhos desta Assembleia Geral Extraordinária foram suspensos, conforme deliberação unanime dos acionistas presentes. A ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária foi lavrada, que, após lida e aprovada por todos os acionistas presentes,foi assinada pelo Presidente e Secretário da Mesa. O Secretário certifica ainda, para o atendimento da IN DREI 81, que foram atendidos todos os requisitos para a realização da presente Assembleia, e consolida a lista dos presentes, conforme abaixo. **8. Presenças para fins da IN DREI 81**: Membros da Mesa: Martin Mitteldorf, Presidente; José Eduardo dos Santos Iniesta Castilho, Secretário; Acionistas: AAL Participações S.A., representada por Gabriel Sollero Figueira;Alphalund Companhia Participações e Investimentos S.A., representada por Alberto Lundgren Altenburg; Nova Pirajuí Administração S.A., representada porHugh Anthony Harley e Erick Macedo; e Rumisa S.A., representada por Hélio Alvarez Sales da Cunha. São Paulo, 09 de julho de 2024. Mesa: Martin Mitteldorf - Presidente; José Eduardo dos Santos Iniesta Castilho - Secretário. JUCESP nº 283.576/24-8 em 23/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL DA ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. CASAS PERNAMBUCANAS

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO: Artigo 1º. A ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. – CASAS PERNAMBUCANAS ("Companhia" ou "ALTSA") é uma companhia que se rege por este estatuto social e pelas leis e usos do comércio. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, alterar o endereço de sua sede, abrir, encerrar ou alterar o endereço de filiais, depósitos, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos e dependências, no País ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto: ***a)*** o comércio, no atacado e no varejo, de tecidos e seus artefatos e confecções; artigos de uso pessoal e doméstico em geral, inclusive cosméticos e outros produtos de beleza, móveis e artigos elétricos e eletrônicos, artigos de bomboniere e outros gêneros alimentícios, além de outros artigos que completam as suas linhas de lojas especializadas e de departamento; ***b)*** a representação comercial de outras empresas; ***c)*** a prestação de serviços de qualquer natureza, inclusive de correspondente bancário; ***d)*** a industrialização própria ou por via de terceiros, de artigos de seu comércio; ***e)*** a importação e exportação de produtos de qualquer espécie, quer sejam primários, manufaturados ou semimanufaturados; ***f)*** a prestação de serviços de cartão de crédito (observada a regulamentação aplicável), de processamento de dados, de controle e processamento de vendas financiadas; e ***g)*** a participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como acionista ou sócia, quaisquer que sejam seus objetos sociais, no Brasil ou no exterior. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL - Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 830.000.000,00 (oitocentos e trinta milhões de reais), dividido em ações das seguintes classes e espécies, todas nominativas e sem valor nominal:

Espécie e Classe:	Número	Espécie e Classe:	Número
Ordinárias Classe A	12.500.000.000	Ordinárias Classe F	14.933.830.206
Ordinárias Classe B	12.500.000.000	Ordinárias Classe X	8.410.188.334
Ordinárias Classe C	8.089.119.260	**Subtotal: ações ordinárias**	**75.000.000.000**
Ordinárias Classe D	12.500.000.000	**Preferenciais**	**75.000.000.000**
Ordinárias Classe E	6.066.862.200	**TOTAL DE AÇÕES**	**150.000.000.000**

§ 1º: Todas as ações participarão em igualdade de condições nos lucros da Companhia. É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias. **§2º:** Cada ação ordinária terá 1 voto nas deliberações sociais. As ações ordinárias são divididas em classes diversas, da seguinte forma: **a)** Cada ação ordinária de Classe A somente será de titularidade de acionista com nacionalidade brasileira (ou espólios de pessoas que, quando vivas, cumpriam esta condição). **b)** Cada ação ordinária de Classe B somente será de titularidade de acionista com nacionalidade brasileira (ou espólios de pessoas que, quando vivas, cumpriam esta condição). **c)** Cada ação ordinária de Classe C somente será de titularidade de acionista com nacionalidade brasileira (ou espólios de pessoas que, quando vivas, cumpriam esta condição). **d)** Cada ação ordinária de Classe D somente será de titularidade de acionista com nacionalidade brasileira (ou espólios de pessoas que, quando vivas, cumpriam esta condição). **e)** Cada ação ordinária de Classe E somente será de titularidade de acionista com nacionalidade brasileira (ou espólios de pessoas que, quando vivas, cumpriam esta condição). **f)** Cada ação ordinária de Classe F somente será de titularidade de acionista com nacionalidade brasileira (ou espólios de pessoas que, quando vivas, cumpriam esta condição). **x)** Cada ação ordinária de Classe X somente será de titularidade de acionista com nacionalidade brasileira (ou espólios de pessoas que, quando vivas, cumpriam esta condição). **§3º:** As ações preferenciais não terão direito a voto, e terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução e liquidação da Companhia. As ações preferenciais serão conversíveis em ações ordinárias na hipótese prevista no §11º abaixo. **§4º:** Em nenhuma hipótese as ações preferenciais adquirirão direito de voto, nos termos do artigo 111, §1º da Lei 6.404/76, tendo em vista que não fazem jus a dividendos fixos ou mínimos. **§5º:** O acionista que não fizer o pagamento correspondente às ações subscritas nas condições previstas no respectivo boletim de subscrição ficará de pleno direito constituído em mora, independente de notificação ou interpelação, sujeitando-se ao pagamento de (i) juros moratórios equivalentes a 100% da Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, ou, caso essa taxa deixe de ser calculada, outra taxa que venha a substituí-la, *pro rata die* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento integral à Companhia, e (ii) multa moratória de 10% sobre o valor em atraso, sem prejuízo das demais penalidades e medidas aplicáveis. **§6º:** As ações de emissão da Companhia poderão ser resgatadas, total ou parcialmente, mediante deliberação da Assembleia Geral, que fixará as condições e o modo de proceder-se à operação, e observado o disposto no §7º abaixo. Poderão, ainda, ser adquiridas pela própria Companhia, para manutenção em tesouraria ou cancelamento, na forma da lei e da regulamentação aplicável, observado o disposto no §7º abaixo, e que a alienação de ações mantidas em tesouraria somente poderá ocorrer para cumprimento de planos e programas de opções de compra de ações outorgados na forma da lei. **§7º**: Nas hipóteses em que a lei conferir direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso de suas ações corresponderá ao menor dentre o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado e o valor econômico da Companhia, observado o disposto no artigo 45 da Lei 6.404/76. **§8º**: O resgate e a recompra de ações não poderão ser solicitados por nenhum acionista, e serão deliberados apenas por iniciativa da companhia, mediante proposta fundamentada de seu Conselho de Administração, dependendo de aprovação em Assembleia Especial da classe que se pretende resgatar e em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. **§9º**: A deliberação a respeito do desdobramento de ações dependerá de aprovação expressa por ao menos 95% das ações de cada espécie ou classe que não seja desdobrada na mesma proporção, reunidos em assembleia especial, sem prejuízo da necessidade de aprovação em Assembleia Geral. **§10º**: Caso uma ação ordinária das Classes A, B, C, D, E ou F seja transferida para titulares de ações ordinárias das Classes A, B, C, D, E ou F, elas serão convertidas em ações ordinárias da Classe do cessionário, conforme o disposto no Acordo de Acionistas. **§11º**: Caso seja aprovado o registro da Companhia como companhia aberta, e caso seja aprovada a listagem das ações de emissão da companhia no segmento de listagem do Novo Mercado, então (i) as ações ordinárias de diferentes classes poderão ser convertidas em ações ordinárias, sem classe, à proporção de 1:1, e (ii) as ações preferenciais de emissão da companhia poderão ser convertidas em ações ordinárias, à proporção de 1:1, mediante deliberação em assembleia especial, por maioria dos acionistas, em qualquer caso respeitado o disposto em Acordo de Acionistas arquivado na sede da companhia. **Artigo 6º.** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, em mais R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, o preço, e as condições de integralização, desde que para a finalidade autorizada no parágrafo único abaixo. **§ Único:** Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá apenas outorgar, de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas. **Artigo 7º.** Os acionistas terão, na proporção do número de ações de que forem titulares, preferência para a subscrição de novas ações e/ou de valores mobiliários conversíveis em ações. **§1º**: O prazo para exercício do direito de preferência será de 30 dias, contados a partir da data de publicação da ata da Assembleia Geral que deliberar o respectivo aumento, ou do competente aviso. Ao término do prazo, havendo sobras e havendo acionistas que manifestaram seu interesse na subscrição de sobras, a Companhia enviará aviso a estes subscritores em até 5 dias após o encerramento do prazo de preferência, para que, nos 15 dias subsequentes ao aviso, exerçam seu direito de subscrição de sobras, com assinatura do respectivo boletim de subscrição, e realizem a prestação correspondente às sobras assim subscritas. Após o término do período de 15 dias para subscrição de sobras, havendo sobras não subscritas ("sobras adicionais"), a Companhia enviará aviso aos subscritores de sobras em até 5 dias após o encerramento do prazo de sobras, para que, nos 5 dias subsequentes ao aviso, exerçam seu direito de subscrição de sobras adicionais, com assinatura do respectivo boletim de subscrição, e realizem a prestação correspondente às sobras adicionais assim subscritas. **§2º**: Nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei 6.404/ 76, as emissões de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, poderão ser aprovadas pela Assembleia Geral com redução do prazo para exercício do direito de preferência para até 5 dias. **§3º**: Nos aumentos de capital mediante subscrição de novas ações (art. 170 da Lei 6.404/76), a Companhia converterá, na mesma classe de ações ordinárias de titularidade do subscritor (ou nas mesmas classes, de forma proporcional, caso o subscritor seja titular de mais de uma classe de ações ordinárias), as sobras de ações ordinárias que venham a ser subscritas. **§4º:** Os aumentos de capital poderão ser realizados sem respeitar a proporção então existente entre as diversas classes de ações ordinárias e/ou entre ações ordinárias e ações preferenciais, a critério do órgão que aprovar a emissão respectiva. **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 8º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do Artigo 132 da Lei nº 6.404/ 76, e, extraordinariamente, sempre que a lei ou os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas da Companhia, devidamente convocada por qualquer membro do Conselho de Administração, ou conforme disposto em lei. **§1º**: Na convocação, instalação e realização das Assembleias Gerais serão obedecidos os prazos e demais formalidades impostas pela legislação aplicável. **§2º**: Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de Presidente e um ou mais Secretários, escolhidos pelos acionistas com direito a voto. **§3º:** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computados os votos em branco nem as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste estatuto social. **§4º:** Além das matérias previstas em lei, as seguintes matérias serão obrigatoriamente submetidas à prévia deliberação da Assembleia Geral, e a Companhia, seus administradores e representantes obrigam-se a abster-se de qualquer ato ou omissão que dependa de prévia aprovação nos termos deste Parágrafo, ainda que sob condição ou em caráter não vinculante: (i) Quaisquer alterações ao estatuto social que impliquem (a) alteração do objeto social da ALTSA ou de qualquer Controlada da ALTSA, exceto pela inclusão de atividades correlatas e/ou complementares que não alterem de forma relevante o objeto social da ALTSA, (b) modificação nas regras aplicáveis à composição e regras de funcionamento do Conselho de Administração da ALTSA ou de qualquer Controlada da ALTSA (inclusive o local de realização, a forma de realização, participação remota ou virtual, composição da mesa, etc.), ou (c) modificação nas normas de convocação, competência e realização das assembleias gerais da ALTSA ou de Controlada da ALTSA (exceto, em qualquer caso, se a alteração proposta se enquadrar no disposto no item abaixo); (ii) Quaisquer alterações ao estatuto social que impliquem (a) a alteração nos quóruns para aprovação de matérias pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração conforme previstos no Acordo de Acionistas; (b) em violação a qualquer dos termos previstos do Acordo de Acionistas, ou (c) alteração à forma de indicação e eleição de membros do Conselho de Administração da ALTSA; (iii) Aumento ou redução do capital social, com ou sem a emissão de novas ações (exceto se previsto no item "iv" abaixo ou por aumento de capital em decorrência de incorporação aprovada nos termos do Acordo de Acionistas), bem como aprovação da avaliação de bens com que qualquer Acionista concorrer para formação do capital social; (iv) (a) Capitalização de lucros ou reservas desde que cumpridos os seguintes requisitos cumulativos: (a.1) na medida necessária para evitar o descumprimento do limite legal previsto no artigo 199 da Lei 6.404/76, (a.2) não haja modificação do número de ações (artigo 169, §1º da Lei nº 6.404/76), e (a.3) primeiro se capitalize a reserva legal para só depois capitalizar as reservas estatutárias (art. 194 da Lei 6.404/76), ou (b) redução do capital social para absorção de prejuízos acumulados; (v) Emissão de ações, bônus de subscrição ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, a criação de novas classes ou espécies de ações e a alteração nas características, direitos, preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização das ações existentes; (vi) Resgate, recompra ou amortização de ações pela ALTSA, bem como aquisição de ações para manutenção em tesouraria, desde que, em qualquer caso, a operação seja feita de maneira proporcional a todas as espécies e classes de ações (portanto preservando inalteradas as suas participações no capital votante e total), e nos mesmos termos e condições para todas elas (incluindo, mas sem limitação, o respectivo valor a ser pago); (vii) Exceto no caso do item (vi) acima, resgate, recompra ou amortização de ações pela ALTSA, bem como aquisição de ações para manutenção em tesouraria, ou alienação ou onerações de ações mantidas em tesouraria. (viii) Grupamento de determinada classe ou espécie de ações da ALTSA, os termos e condições da respectiva operação, incluindo, mas sem limitação, o fator do grupamento e o tratamento das eventuais frações; (ix) Desdobramento de determinada classe ou espécie de ações da ALTSA, os termos e condições da respectiva operação, incluindo, mas sem limitação, o fator do desdobramento e o tratamento das eventuais frações (observado o disposto no Acordo de Acionistas); (x) Transformação da ALTSA em outro tipo societário; (xi) Transformação de qualquer Controlada da ALTSA em outro tipo societário; (xii) Qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, ou outra transação ou operação com efeitos similares envolvendo ALTSA, suas ações ou ativos, incluindo operações envolvendo ativos da ALTSA, de compra e venda de participação societária, distribuição *in natura* de ativos (incluindo via resgate, redução de capital, dividendos), assinatura, modificação e cancelamento de Acordos de Acionistas,qualquer forma de reorganização societária envolvendo a ALTSA, ou qualquer dos ativos da ALTSA (incluindo-se dropdown) ou a absorção do acervo resultante de qualquer sociedade pela ALTSA; (xiii) Qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, ou outra operação com efeitos similares envolvendo quaisquer Controladas de ALTSA, suas ações ou ativos (mas não a própria ALTSA), incluindo, sem limitação, operações envolvendo ativos de Controladas da ALTSA, de compra e venda de participação societária, distribuição in natura de ativos (incluindo via resgate, redução de capital, dividendos), assinatura, modificação e cancelamento de Acordos de Acionistas, qualquer forma de reorganização societária envolvendo qualquer Controlada da ALTSA (mas não a própria ALTSA), ou qualquer dos ativos de Controladas da ALTSA (incluindo-se dropdown) ou a absorção do acervo resultante de qualquer sociedade por uma Controlada da ALTSA; (xiv) Participação em grupo de sociedades, a dissolução, liquidação e extinção da ALTSA ou de qualquer Controlada da ALTSA, a eleição dos liquidantes, o julgamento de suas contas e a cessação do estado de liquidação da ALTSA ou de qualquer Controlada da ALTSA; (xv) Confessar falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da ALTSA ou de qualquer Controlada da ALTSA; (xvi) Fixação do limite de remuneração anual individual do Conselho de Administração e da remuneração anual global dos diretores da ALTSA e de qualquer Controlada da ALTSA; (xvii) Aprovação ou modificação de qualquer plano de opções de compra de ações de emissão da ALTSA ou de qualquer Controlada da ALTSA, que importem em diluição da participação dos Acionistas; (xviii) Aprovação de proposta da administração para distribuição de dividendos anuais em valor superior a 35% (trinta e cinco por cento) do seu lucro líquido (art. 191 da Lei 6.404/76), após a aplicação do art. 193 da Lei 6.404/76; (xix) Aprovação de alterações à política de distribuição de resultados, ao dividendo obrigatório, aos critérios de formação e reversão de reservas e/ou provisionamento, de tal modo que o montante mínimo obrigatório efetivamente distribuído aos acionistas em cada exercício social não seja ao menos igual a 35% do lucro líquido ajustado (art. 191 da Lei 6.404/76); (xx) Autorização para obter o registro de companhia aberta e/ou aprovação de qualquer processo de abertura de capital, seja por meio do registro perante a CVM na Categoria A ou B, com admissão ou não de seus valores mobiliários a negociação na B3 ou qualquer outra bolsa de valores, no Brasil ou no exterior; (xxi) Qualquer aquisição ou transferência de qualquer ativo permanente ou qualquer novo investimento em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da ALTSA; e (xxii) Eleição do Presidente do Conselho de Administração. **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO -** Seção I - *Disposições Gerais* - **Artigo 9º.** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. **§1º:** Os administradores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse, na forma da lei, dispensada a prestação de qualquer garantia de gestão. O termo de posse deverá contemplar, sob pena de nulidade, a sujeição do empossado à cláusula compromissória prevista neste Estatuto Social e sua expressa ciência e concordância, irrevogável e sem ressalvas, com os termos do Acordo de Acionistas. **§2º:** Os administradores permanecerão em seus cargos até a investidura de seus sucessores. **§3º:** A remuneração global anual da Diretoria e a remuneração individual do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral, sendo competência exclusiva do Conselho de Administração estabelecer os critérios para fixação da remuneração de cada diretor. Caberá também ao Conselho de Administração distribuir a participação dos diretores nos lucros, caso seja fixada pela Assembleia Geral. **§4º:** A Companhia não concederá financiamentos ou garantias para seus Conselheiros, tampouco para seus Diretores, exceto, para estes últimos, na medida em que (e nas mesmas condições em que) tais financiamentos ou garantias estejam disponíveis para os empregados e colaboradores em geral da Companhia. Seção II - *Conselho de Administração* - **Artigo 10.** O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 (observado o disposto no §1º abaixo) e, no máximo, 9 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral a qualquer tempo na forma da Lei 6.404/76 e deste estatuto social, com mandato unificado de 3 anos, permitida a reeleição. Para cada membro eleito, poderá ser eleito um respectivo suplente. Um dos membros do Conselho de Administração será designado Presidente, e um será designado Vice-Presidente. **§1º**: Dentro dos limites fixados no *caput* deste Artigo, a Assembleia Geral definirá o número efetivo de membros do Conselho de Administração. **§2º**: Compete à Assembleia Geral indicar quais membros do Conselho de Administração exercerão os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Conselho de Administração. **§3º**: O Conselho de Administração terá até 6 ouvintes, que serão indicados por acionistas signatários do Acordo de Acionistas na forma lá prevista, e não terão direito a voto nem qualquer responsabilidade estatutária ou os deveres previstos na Lei 6.404/ 76 (exceto o dever de sigilo, consubstanciado em acordo de confidencialidade firmado pelo ouvinte e pela Companhia). Ressalvadas as matérias em que tenham benefício particular (ou em que, caso fossem conselheiros, teriam impedimento ou conflito de interesses), os ouvintes terão o direito de receber todas as convocações para reuniões do Conselho de Administração, todos os respectivos documentos e informações de suporte (antes das reuniões ou durante as mesmas), e de participar de todas as reuniões, como ouvintes e sem direito de voto. **Artigo 11**. As hipóteses de vacância, ausência, impedimento, renúncia e/ou destituição de qualquer membro do Conselho de Administração terão o tratamento previsto neste Artigo. **§1º**: Sempre que a eleição para o Conselho de Administração for realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição, pela Assembleia Geral, de qualquer membro titular do Conselho de Administração eleito pelo regime de voto múltiplo importará destituição dos demais membros do Conselho de Administração também eleitos pelo regime de voto múltiplo, procedendo-se, consequentemente, a nova eleição. **§2º**: Ocorrendo impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o membro impedido ou ausente temporariamente será substituído por seu respectivo suplente ou, na sua ausência, por quem o titular ou o suplente indicarem por escrito. **§3º**: Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente (morte, invalidez permanente, interdição etc.) de qualquer membro do Conselho de Administração, , tal membro será substituído por seu respectivo suplente, que servirá até o final do mandato; na falta de suplente, a maioria dos membros do Conselho de Administração nomeará o membro substituto até a próxima Assembleia Geral, conforme o Acordo de Acionistas, eleger ou ratificar o substituto para completar o mandato, sendo obrigatória a convocação de Assembleia Geral em até 30 dias (para que se realize em até 15 dias a partir da convocação). **§4º**: Ocorrendo impedimento ou ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, este será substituído por seu respectivo suplente. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente (morte, invalidez permanente, interdição etc.) do membro do Conselho de Administração que ocupar o cargo de Presidente, a Assembleia Geral elegerá o novo Presidente do Conselho de Administração. **§5º**: Não obstante o disposto nos parágrafos anteriores, a Assembleia Geral deliberará sobre a substituição na hipótese de impedimento prevista no artigo 159, §2º da Lei 6.404/76. **Artigo 12.** O Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á, ordinariamente, 6 ou mais vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que for convocado por ao menos dois de seus membros, mediante convocação escrita (seja por carta, correio eletrônico ou outro meio de comunicação com comprovante de recebimento), contendo, além do local, data e hora da reunião, a ordem do dia e, quando for o caso, os meios para acesso remoto, assinatura digital e autenticação por conselheiros que não compareçam presencialmente. **§1º:** As convocações deverão, sempre que aplicável, encaminhar as propostas ou documentos a serem discutidos ou apreciados pelos conselheiros. **§2º:** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência, sendo certo que, em casos de manifesta urgência, a convocação poderá ser, excepcionalmente, feita com antecedência de 2 (dois) dias. **§3º:** A presença (inclusive conforme o §5º abaixo) da totalidade dos membros do Conselho de Administração dispensará qualquer formalidade de convocação. **§4º:** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de, pelo menos, o total de membros efetivos eleitos e empossados, menos um; ou, em segunda convocação (que respeitará uma antecedência mínima de 2 dias da data para a qual foi convocada a reunião na primeira convocação), com a presença de conselheiros que representem mais da metade do total de seus membros. **§ 5º**: Considera-se presente o conselheiro que: ***(i)*** enviar seu voto por escrito, antes do início da reunião, ou ***(ii)*** nomear outro conselheiro como seu representante para votar na reunião, desde que o respectivo mandato seja disponibilizado ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião até a data (inclusive) em que a reunião for realizada, competindo ao conselheiro assim indicado, além do seu próprio voto, o voto que caberia ao(s) conselheiro(s) que representar, ou ***(iii)*** participar da reunião por conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião (sendo que os conselheiros que participarem remotamente da reunião poderão expressar seus votos, e o dos conselheiros que eventualmente representarem na forma do item "ii" anterior, por escrito, por meio de carta, ou correio eletrônico, enviados na data da reunião). Para evitar dúvidas, a presença do conselheiro suplente não precisa ser autorizada ou comunicada de qualquer forma ou com qualquer antecedência, sendo, porém, vedada a presença concomitante do conselheiro titular e do seu respectivo suplente. **§ 6º:** Das deliberações das Reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas na forma da lei, tornando-se válidas com a assinatura de tantos membros quantos bastem para constituir o quórum requerido para a deliberação. Os votos proferidos por membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração, ou que tenham se manifestado na forma do §5º acima, deverão igualmente constar no livro de atas das reuniões do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, ou correio eletrônico, conforme o caso, contendo o voto do respectivo membro do Conselho de Administração, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata. As atas de reunião do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros observarão as formalidades previstas na legislação aplicável. **Artigo 13.** Além das matérias previstas em lei, as seguintes matérias serão obrigatoriamente submetidas à prévia deliberação do Conselho de Administração, e a Companhia, seus administradores e representantes obrigam-se a abster-se de qualquer ato ou omissão que dependa de prévia aprovação nos termos deste Artigo 13, ainda que sob condição ou em caráter não vinculante: (i) Aprovação do Plano de Negócios e Orçamento Anual, bem como quaisquer modificações; (ii) Aquisição, cessão, transferência ou alienação de, bem como a constituição de qualquer Ônus sobre quaisquer ativos e direitos (incluindo propriedade intelectual) da ALTSA ou de qualquer uma das Controladas que não estejam

previstas no Plano de Negócios em vigor; (iii) Celebração de quaisquer contratos, sua alteração ou rescisão, ou, ainda, a realização de quaisquer operações pela ALTSA e/ou suas Controladas com Partes Relacionadas da ALTSA ou de suas Controladas; (iv) Celebração, modificação ou extinção pela ALTSA e/ou suas Controladas de qualquer contrato de natureza financeira que possa representar qualquer forma de endividamento, incluindo contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, extensão de crédito, financiamentos, arrendamentos mercantis ou leasing, comprar, vender e desconto de recebíveis ou créditos, emissão de notas promissórias comerciais (*commercialpapers*), debêntures não conversíveis ou outros títulos de dívida da ALTSA e/ou suas Controladas, bem como a outorga ou criação das respectivas garantias, em uma operação ou série de operações relacionadas, de tal forma que a alavancagem consolidada da ALTSA e suas Controladas, medida pela razão Dívida Líquida / EBITDA LTM, supere 2,0 (dois); (v) Celebração pela ALTSA e/ou suas Controladas de operações envolvendo derivativos que comprovadamente constituam mera proteção patrimonial (hedge); (vi) Celebração pela ALTSA e/ou suas Controladas de operações envolvendo derivativos que não se enquadrem na hipótese prevista no item "v" acima; (vii) Contratação ou destituição do auditor independente que auditará as demonstrações financeiras da ALTSA e das Controladas; (viii) Aprovação de quaisquer investimentos de CAPEX que superem os valores previstos no Plano de Negócios e no Orçamento Anual ou que façam com que a alavancagem consolidada da ALTSA e suas Controladas, medida pela razão Dívida Líquida / EBITDA LTM, supere 2,0 (dois); (ix) Concessão, pela ALTSA ou por qualquer das Controladas, de qualquer garantia, real ou fidejussória para garantir obrigações de qualquer Controlada da ALTSA em que pelo menos 80% do capital seja de titularidade de ALTSA, direta ou indiretamente; (x) Concessão, pela ALTSA ou por qualquer das Controladas, de qualquer garantia, real ou fidejussória para garantir obrigações de terceiros ou de qualquer Controlada em que menos de 80% do capital seja de titularidade de ALTSA, direta ou indiretamente; (xi) Aprovação de programas de opção de compra de ações e outros programas de remuneração baseada em ações (respeitados os limites fixados no plano de opções de compra de ações de emissão da ALTSA e/ou suas Controladas devidamente aprovados pela Assembleia Geral e os limites globais de remuneração fixados pela Assembleia Geral e limites individuais fixados pelo Conselho de Administração nos termos do item "xii" abaixo); (xii) Aprovação ou alteração na política de remuneração variável oferecida aos diretores, empregados e colaboradores da ALTSA e/ou suas Controladas, incluindo participações nos lucros e/ou opções de compra de ações da ALTSA (nos limites previamente aprovados pela Assembleia Geral), bônus, programa de incentivo à remuneração ou qualquer outra forma de benefício que envolva direitos ou montantes atrelados a lucros e/ou ações de emissão da ALTSA e/ou suas Controladas (em qualquer caso, observados os limites da remuneração global devidamente aprovada pela Assembleia Geral para o exercício em questão); (xiii) Exoneração de terceiros quanto ao cumprimento de obrigações com a ALTSA ou com qualquer das Controladas, e celebração de transações para prevenir ou encerrar litígios, em qualquer caso cujo valor exceda, em cada período de 12 (doze) meses, R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); (xiv) Aprovação da contratação do seguro para administradores, bem como os termos e condições da respectiva apólice; (xv) Destituição de quaisquer Diretores da ALTSA, bem como nomeação de novos diretores ou realocação de cargos de diretores já eleitos; e (xvi) Dentro dos limites do capital autorizado outorgar, de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas. **Artigo 14.** As deliberações do Conselho de Administração dependerão do voto afirmativo da maioria dos membros presentes à reunião. O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração observará o disposto no Acordo de Acionistas. **Artigo 15.** O Conselho de Administração poderá, para seu assessoramento, determinar a formação de comitês técnicos ou consultivos, com objetivos e funções definidos e que poderão ser integrados por membros da Administração ou terceiros. **§1º:** Os comitês terão funções consultivas e não deliberativas, devendo estudar os assuntos de sua competência e preparar propostas ao Conselho de Administração. **§2º:** O prazo do mandato, frequência de reuniões, e a organização interna de cada comitê serão estabelecidas pelo Conselho de Administração quando da sua criação. **§3º:** Os membros dos comitês sujeitar-se-ão aos mesmos deveres dos conselheiros previstos neste Estatuto, nas políticas de divulgação e negociação e no Código de Conduta e Ética, assim como os deveres e responsabilidades previstos nos artigos 153 a 159 da Lei das S.A. Seção III - *Diretoria* - **Artigo 16.** A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, competindo-lhe gerir e administrar, no curso normal e em conformidade com a orientação geral dos negócios determinada pelo Conselho de Administração, os negócios e interesses corporativos, dentro dos limites definidos em lei e neste estatuto social. **§1º:** A Diretoria será composta por no mínimo 2 e no máximo 46 (quarenta e seis) membros, acionistas ou não, a saber: 6 (seis) Diretores Executivos, quais sejam: 1 (um) Diretor Superintendente, 1 (um) Diretor Executivo Comercial, 1 (um) Diretor Executivo de Operações, 1 (um) Diretor Executivo Financeiro e de Relação com Investidores, 1 (um) Diretor Executivo de Riscos, 1 (um) Diretor de Gente e Gestão e até 40 (quarenta) Diretores sem designação específica. Os diretores serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 3 anos, permitida a reeleição. **§2º:** Caberá ao Conselho de Administração indicar, quando da eleição dos membros da diretoria, as atribuições e responsabilidades específicas do Diretor Superintendente e de cada um dos Diretores Executivos. **Artigo 17.** No caso de impedimento temporário, licenças ou ausências: (i) do Diretor Superintendente: o Conselho de Administração deverá escolher, dentre os Diretores Executivos, aquele que será seu substituto durante esse período; (ii) de Diretores Executivos ou Diretores sem designação específica: a Diretoria deverá escolher, por maioria, em reunião própria, quais diretores os substituirão durante esse período. **Artigo 18**. No caso de vacância ou impedimento permanente de qualquer Diretor, o substituto indicado na forma do Artigo anterior assumirá interinamente o cargo, até a eleição do titular definitivo, exceto na hipótese do artigo 159, §2º da Lei 6.404/76, quando a substituição será deliberada pela Assembleia Geral. **Artigo 19.** Observado o disposto neste estatuto social, a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como nos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, incumbirá e será obrigatoriamente praticada: (i) pelo Diretor Superintendente, em conjunto com qualquer Diretor Executivo; (ii) por 2 Diretores Executivos; (iii) pelo Diretor Superintendente ou por 1 Diretor Executivo, em conjunto com 1 Diretor sem designação específica; (iv) por qualquer Diretor em conjunto com 1 mandatário, agindo em conformidade com os limites estabelecidos no respectivo instrumento de mandato; ou (v) por 2 mandatários, em conjunto, agindo em conformidade com os limites estabelecidos no respectivo instrumento de mandato. **§1º:** Observado o disposto neste Estatuto, qualquer Diretor, agindo isoladamente, ou qualquer mandatário, agindo isoladamente dentro dos limites estabelecidos no respectivo instrumento de mandato, terá poderes específicos para executar os seguintes atos: (i) endosso de cheques, para depósito nas contas da Companhia; (ii) emissão de duplicatas e endosso das mesmas para fins de cobrança; (iii) assinatura de correspondência de rotina que não crie qualquer responsabilidade para a Companhia; (iv) quaisquer atos relativos ao relacionamento entre a Companhia e seus empregados; e (v) representar a Companhia em juízo e receber citações, intimações ou notificações, não sendo necessário que os prepostos da Companhia sejam Diretores. **§2º:** Para a constituição de mandatários, bem como para a revogação dos instrumentos de mandato, será necessária a assinatura (i) do Diretor Superintendente em conjunto com qualquer outro Diretor; ou (ii) de 2 Diretores Executivos em conjunto; ou (iii) de 2 mandatários, se e conforme previsto no respectivo instrumento de mandato, devendo os instrumentos de mandato especificar os poderes concedidos e ter prazo certo de duração, limitado a um ano, exceto no caso de mandato judicial, ou em arbitragens, ou processos administrativos, que poderá ser por prazo indeterminado. **§3º:** Para a participação em quaisquer assembleias gerais ou especiais, reuniões de sócios, reuniões prévias, e/ou alterações contratuais, de qualquer companhia ou sociedade em que a Companhia detenha participação, bem assim para o exercício de quaisquer direitos de sócio, será necessária a participação e assinatura (i) do Diretor Superintendente, em conjunto com qualquer Diretor Executivo; (ii) de quaisquer 2 Diretores Executivos; (iii) de quaisquer mandatários que sejam advogados, agindo em conjunto ou separadamente em conformidade com o disposto no respectivo instrumento de mandato. **CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL - Artigo 20.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 a 5 membros efetivos e igual número de suplentes, não tendo funcionamento permanente. **§1º:** O Conselho Fiscal somente será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais. **§2º:** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral nos exercícios sociais em que for instalado para análise das demonstrações financeiras do exercício em curso, com mandato de 1 ano, encerrando-se na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à instalação do Conselho Fiscal, admitida a reeleição. **§3º:** O termo de posse dos membros do Conselho Fiscal deverá contemplar, sob pena de nulidade, a sujeição do empossado à cláusula compromissória referida neste Estatuto Social e sua expressa ciência e concordância, irrevogável e sem ressalvas, com os termos do Acordo de Acionistas. **§4º:** Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão. **§5º:** O Conselho Fiscal, se instalado, deverá aprovar seu regulamento interno, que deverá estabelecer as regras gerais de seu funcionamento, estrutura, organização e atividades. **§6º:** As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por quaisquer 2 membros do Conselho Fiscal. **§7º:** O quórum de instalação das reuniões do Conselho Fiscal é de maioria dos membros em exercício e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Conselheiros presentes à reunião. **§8º:** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada na Assembleia Geral em que forem eleitos e a sua competência, deveres e responsabilidades obedecerá ao disposto na legislação e regulamentação aplicáveis. **§9º:** Em caso de vacância no cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente assumirá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do Conselheiro substituído. Em suas ausências ou impedimentos temporários, o membro do Conselho Fiscal será substituído pelo seu suplente, especificamente para cada reunião. O suplente em exercício fará jus à remuneração do efetivo, no período em que ocorrer a substituição, contado mês a mês. **CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, E DESTINAÇÃO DE RESULTADOS - Artigo 21.** O exercício social tem início em 1º de janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano. **§1º:** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria deverá elaborar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei, que compreenderão a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **§2º**: Além das demonstrações financeiras ao final de cada exercício social, a Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância da legislação e da regulamentação aplicáveis. Ao fim de cada semestre, a Companhia levantará balanço semestral e demonstrações financeiras com data-base de, ou para o período findo em, 30 de junho. **§3º**: Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Após as participações aprovadas nos termos do Artigo 24, o lucro líquido do exercício (art. 191 da Lei 6.404/76) será destinado da seguinte forma: (i) 5% para a reserva legal, até que o saldo da reserva atinja 20% do capital social, sendo facultado à Companhia deixar de constituir a reserva legal no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital previstas no artigo 182, parágrafo 1º da Lei 6.404/76, exceda 30% de seu capital social; (ii) No mínimo 35% do lucro líquido ajustado (diminuído ou acrescido dos valores destinados à constituição da reserva legal e à formação ou reversão da reserva para contingências) como dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 202, incisos II e III da Lei 6.404/76; e (iii) o saldo, após as deduções de que tratam os itens "i" e "ii", será destinado total ou parcialmente à Reserva de Investimento e Expansão de que trata o §4º abaixo, ou retido, total ou parcialmente, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. Os valores não destinados na forma da legislação aplicável e deste estatuto social deverão ser distribuídos aos acionistas como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6°, da Lei 6.404/76. **§4º:** A Reserva para Investimento e Expansão tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76; e/ou (ii) reforçar o capital de giro e a estrutura de capital da Companhia; e/ou (iii) ser utilizada em operações de resgate, amortização, reembolso ou aquisição de valores mobiliários de emissão da própria Companhia; e/ou (iv) ser aplicada em dividendos ou bonificações aos acionistas, ou sua capitalização; e/ou (v) permitir à Companhia não distribuir lucros que não tenham sido realizados em dinheiro e não se enquadrem nas hipóteses previstas no artigo 197 da Lei 6.404/76. Para fins do artigo 194, inciso III da Lei 6.404/76, e em observância ao disposto no artigo 199 da mesma lei, o saldo da Reserva para Investimento e Expansão, somado ao saldo das demais reservas de lucros (exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar), não poderá ultrapassar 100% do capital social da Companhia. **§5º:** Atingido o limite de que trata o artigo 199 da Lei 6.404/76, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre a capitalização de reservas de lucros ou distribuição de dividendos; deliberando pela capitalização, será obrigatório primeiro utilizar a reserva legal (art. 193 da Lei 6.404/76), até esgotá-la, antes de capitalizar a Reserva para Investimento e Expansão, no todo ou em parte. **Artigo 22.** A Companhia levantará balanços semestrais e trimestrais (Artigo 21, §2º acima), e poderá levantar balanços em períodos menores, podendo ainda a Assembleia Geral ou o Conselho de Administração declarar dividendos à conta do lucro apurado em tais balanços, obedecidos os limites legais, e/ou declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Os dividendos assim declarados poderão constituir, a critério da Assembleia Geral (ou do Conselho de Administração, para ratificação pela Assembleia Geral), antecipação do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. **Artigo 23.** A Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável. **§ Único:** Os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser creditados, a critério da Assembleia Geral (ou do Conselho de Administração, para ratificação pela Assembleia Geral), como antecipação do dividendo obrigatório. **Artigo 24.** A Companhia poderá pagar participação nos lucros e/ou resultados a seus empregados e diretores, mediante deliberação do Conselho de Administração, nos montantes máximos fixados pela Assembleia Geral, observados os limites legais. **Artigo 25.** Os dividendos e demais proventos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período máximo estabelecido em lei, conforme deliberação respectiva, e deverão sujeitar-se a correção monetária e/ou juros somente quando assim expressamente deliberado, prescrevendo em favor da Companhia se não reclamados no prazo de 3 anos, contados de sua disponibilização aos acionistas. **CAPÍTULO VIII - OFERTA OBRIGATÓRIA - Artigo 26**. Caso qualquer acionista ou Grupo de Acionistas seja titular, a qualquer título e por qualquer motivo, direta ou indiretamente, de direitos (p.ex., via participação direta ou indireta, usufruto, mandato, comissão, ou acordo de acionistas) que lhe permitam votar ou orientar o voto de mais de 10% das ações com direito a voto da Companhia (sendo tal acionista ou Grupo de Acionistas aqui referido como o "Ofertante"), deverá, no prazo máximo de 30 dias a contar da data em que se constatar a titularidade de tais direitos, realizar uma oferta privada obrigatória que observe os parâmetros mínimos estipulados no Artigo seguinte. **§1º**: Para fins deste Estatuto Social, "Grupo de Acionistas" significa, em relação a qualquer acionista da Companhia, quaisquer outras pessoas agindo em conjunto, vinculadas por acordo de voto, ou que representem interesse comum com tal acionista, aí incluídos os acionistas que pertençam a um mesmo grupo econômico, ou sujeitem-se ao mesmo Controle ou co-Controle, ou sejam representados pela mesma pessoa (mandatário ad negotia, gestor discricionário ou similar). **§2º**: O Diretor Superintendente, qualquer Diretor Executivo, qualquer membro do Conselho de Administração, ou qualquer membro do Conselho Fiscal (se em funcionamento), em atendimento a solicitação de acionistas titulares de mais de 5% do capital votante da Companhia para verificar se há acionista ou Grupo de Acionistas que preenche os requisitos deste Artigo, poderá requerer que quaisquer acionistas da Companhia informem sua composição societária, direta e/ou indireta, bem como a composição do seu bloco de Controle direto e/ou indireto, se pertence a Grupo de Acionistas e/ou a grupo econômico, societário ou empresarial, de fato ou de direito, tudo até o nível de pessoa natural ou beneficiário final e acompanhado da competente documentação que comprove tais informações. A resposta de cada acionista será mantida em sigilo pela Companhia, que se limitará a verificar (e responder aos acionistas solicitantes) se este Artigo é ou não aplicável com base nos documentos recebidos. **§3º**: Não se aplica a exigência de oferta prevista neste Artigo nas seguintes hipóteses: (i) uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 10% do total das ações com direito a voto, em decorrência da subscrição de novas ações, realizada em uma única emissão primária e sem uma contemporânea aquisição secundária de ações, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral convocada pelo Conselho de Administração, e cujo preço de emissão tenha sido fixado com base no preço justo das ações, na forma estabelecida na legislação societária; ou (ii) um acionista ou Grupo de Acionistas ultrapassar o percentual de 10% estabelecido no caput exclusivamente como consequência de cancelamento de ações em tesouraria, resgate ou grupamento de ações, ou redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações; ou (iii) um acionista ou Grupo de Acionistas já ser titular de ações que representem o percentual de 10% estabelecido no *caput* em 23 de abril de 2024, em relação à titularidade de tais ações, porém (iii-a) o gatilho da Oferta Obrigatória será verificado em quaisquer futuras aquisições de ações, computando-se todas as ações de que forem titulares à época; e (iii-b) caso passem a integrar o grupo de controle, passarão a se valer da exceção "iv" e não mais dessa exceção "iii"; ou (iv) um acionista ou Grupo de Acionistas que sejam titulares de poder de controle em 10 de julho de 2024, ainda que o seu exercício esteja sujeito a condição suspensiva. **Artigo 27**. A oferta privada obrigatória de que trata o Artigo antecedente será obrigatoriamente dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia e compreenderá até a totalidade das ações de emissão da Companhia (excluídas aquelas de titularidade do Ofertante e as mantidas em tesouraria), respeitando ainda os seguintes requisitos mínimos: (i) O preço por ação de emissão da Companhia objeto da oferta privada obrigatória ("Preço da Oferta") deverá corresponder ao maior valor entre: (a) o maior preço por ação verificado nos 24 meses antecedentes em qualquer Transferência ou emissão de novas ações, corrigidos pelo IGPM - Indice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (ou índice similar que venha a substituí-lo) ou pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE (ou índice similar que venha a substituí-lo), o que for maior, da data da respectiva transação até a data da oferta privada (ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária), acrescido de um prêmio de 25% (vinte e cinco por cento) e (b) o valor por ação estabelecido por uma firma especializada a ser escolhida em Assembleia Geral Extraordinária, com base em uma lista tríplice indicada pelo Conselho de Administração. (ii) o Ofertante deverá realizar a oferta de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao Ofertante (inclusive seu grupo econômico, Controlador final, e capacidade econômico-financeira), e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta (inclusive, p.ex., a divulgação de operações com a Companhia, suas Afiliadas, e seus respectivos acionistas e administradores; divulgação de seus planos estratégicos para a Companhia após a aquisição; e divulgação dos critérios utilizados para justificar o Preço da Oferta); (iii) a oferta será imutável, irrevogável e incondicional, e sua liquidação deverá ocorrer em até 60 dias contados da apresentação da oferta aos acionistas, observado o prazo previsto no Artigo 26 acima (exceto em razão de condições suspensivas impostas por lei, a exemplo de aprovações prévias pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ou o Banco Central do Brasil, e que não poderão onerar a Companhia ou, direta ou indiretamente, os acionistas que eventualmente não aceitem a oferta); (iv) a liquidação da oferta deverá ser necessariamente garantida por instituição financeira de primeira linha, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os acionistas ou Grupo de Acionistas que se enquadrem na definição de "Ofertante". **Artigo 28.** Na hipótese de o Ofertante não cumprir as obrigações impostas por este Capítulo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos aqui estipulados, será convocada Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Ofertante não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Ofertante, conforme disposto no Artigo 120 da Lei nº 6.404/76; e, se o descumprimento persistir por mais de 120 dias após o vencimento dos prazos aqui estipulados, então a Companhia poderá, por iniciativa própria e a seu exclusivo critério, ou deverá, a pedido de qualquer acionista, resgatar ou recomprar a totalidade das ações de titularidade do Ofertante, por 70% do menor valor entre (a) o seu valor de reembolso (Art. 5º, §7º acima) e (b) o preço médio por ação de aquisição da participação acionária do Ofertante na Companhia. Por outro lado, após o cumprimento integral das obrigações aqui previstas e a liquidação financeira integral da oferta privada obrigatória, a Assembleia Geral, convocada pelo Conselho de Administração, poderá deliberar sobre a exclusão deste Capítulo VIII. **CAPÍTULO IX - LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA: Artigo 29.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e fixar os seus honorários e diretrizes para o seu funcionamento, bem como eleger o Conselho Fiscal, que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **CAPÍTULO X - ARBITRAGEM - Artigo 30.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal efetivos e suplentes, se houver, e os membros de quaisquer Comitês, estatutários ou não, criados pela Companhia, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, e/ou membros de Comitês, conforme previsto na Lei nº 9.307/96, mediante as condições que seguem. **§1º:** O procedimento arbitral será administrado pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP ("Centro de Arbitragem") de acordo com seu Regulamento de Arbitragem ("Regulamento"), em vigor na data em que apresentado o pedido de instauração da arbitragem. A arbitragem deverá ser conduzida no idioma português. **§2º:** A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, local onde será proferida a sentença arbitral. **§3º:** A arbitragem será processada e julgada de acordo com a Lei nº 9.307/96, ficando vedado aos árbitros julgar por equidade. **§4º:** O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, dos quais um será nomeado pela(s) requerente(s) e um pela(s) requerida(s), os quais, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro, que funcionará como Presidente do tribunal arbitral ("Tribunal Arbitral"). As Partes, de comum acordo, afastam a aplicação de quaisquer dispositivos do Regulamento que limitem a escolha dos árbitros ou presidente do tribunal arbitral à lista de árbitros da Câmara, nos termos do artigo 13, §4º da Lei 9.307/96. **§5º:** As custas e despesas do procedimento arbitral, incluindo as custas administrativas do Tribunal Arbitral, honorários dos árbitros e honorários de peritos, quando aplicáveis, serão proporcionalmente arcados por cada parte da arbitragem na forma do Regulamento. Quando da prolação da sentença arbitral, o Tribunal Arbitral determinará que a parte vencida reembolse estes e outros custos, quando aplicáveis, à parte vencedora de forma proporcional à sucumbência, incluindo honorários advocatícios contratuais. O Tribunal Arbitral não possuirá jurisdição para imposição de honorários advocatícios sucumbenciais. **§6º:** Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para os fins exclusivos de (i) assegurar a instituição da arbitragem; e (ii) obtenção de medidas urgentes para proteção ou salvaguarda de direitos previamente à instauração do tribunal arbitral sem que isso seja considerado como renúncia à arbitragem. Qualquer medida concedida pelo Poder Judiciário deverá ser prontamente notificada à Câmara pela parte que requereu tal medida. O tribunal arbitral uma vez constituído, poderá manter, rever, aditar, suspender ou revogar as medidas concedidas pelo Poder Judiciário. As Partes, de comum acordo, afastam a aplicação de quaisquer dispositivos do Regulamento que limitem a escolha dos árbitros ou presidente do tribunal arbitral à lista de árbitros da Câmara, nos termos do artigo 13, §4º da Lei 9.307/96. **§7º:** O cumprimento da sentença far-se-á na comarca em que se processou a arbitragem (Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do Artigo 30, §2º acima), sendo lícito ao exequente optar pelo juízo do local onde se encontram bens sujeitos à expropriação ou pelo atual domicílio do executado. As partes da arbitragem envidarão seus melhores esforços para assegurar a conclusão célere e eficiente do procedimento arbitral. **§8º:** O procedimento arbitral (incluindo, mas não se limitando à sua existência, às disputas, às alegações e manifestações das partes, às manifestações de terceiros, provas e documentos apresentados, bem como quaisquer decisões proferidas pelo tribunal arbitral, incluindo a sentença arbitral) será confidencial, e somente poderá ser revelado ao Tribunal Arbitral, às partes da arbitragem, aos seus advogados e às pessoas necessárias à arbitragem. Eventuais procedimentos judiciais correlatos tais como aqueles descritos acima também serão confidenciais. **§9º:** A presente cláusula arbitral vincula não apenas os acionistas, a Companhia, seus administradores, membros do Conselho Fiscal e de Comitês, mas também quaisquer acionistas, administradores e membros futuros que, por qualquer título, venham a integrar o quadro acionário ou a composição de qualquer órgão, estatutário ou não, da Companhia. **§10º:** Qualquer arbitragem iniciada por um acionista deve ser individual, não se admitindo que o polo ativo da arbitragem seja composto por mais de um acionista, mesmo que em litisconsórcio ativo ou através de associações, independentemente da quantidade de partes no polo passivo. **CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES FINAIS - Artigo 31.** A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, em especial o acordo de acionistas celebrado em 23 de abril de 2024 ("Acordo de Acionistas"). **§1º:** É vedada a celebração de acordos ou contratos que sejam contrários ao Acordo de Acionistas ou incompatíveis com suas disposições. **§2º:** Nos termos do artigo 118, §§8º e 9º da Lei 6.404/76, é expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar o voto ou manifestação com infração a acordo de acionistas devidamente arquivado; e o não comparecimento à assembleia ou às reuniões dos órgãos de administração da companhia, bem como as abstenções de voto de qualquer parte de acordo de acionistas ou de membros do conselho de administração eleitos nos termos de acordo de acionistas, assegura à parte prejudicada o direito de votar com as ações pertencentes ao acionista ausente ou omisso e, no caso de membro do conselho de administração, pelo conselheiro eleito com os votos da parte prejudicada. **§3º:** É expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência ou Oneração de ações ou outros valores mobiliários (inclusive direito de preferência à subscrição de ações), e/ou de direitos relativos ou decorrentes de qualquer destes, que não observe estritamente o previsto e regulado em acordo de acionistas, em especial o Acordo de Acionistas. **Artigo 32**. Quando grafados com a primeira letra maiúscula, os termos e expressões a seguir terão o significado a eles atribuído nesta Cláusula: (i) "B3" significa B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, ou Pessoa que venha a substitui-la. (ii) "CAPEX" significa investimento em bens de capital, inclusive em bens móveis, imóveis e intangíveis, que sejam destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, nos termos do BR GAAP. (iii) "Controle" de uma Pessoa significa a titularidade (direta ou indireta) de direitos de sócio, de qualquer forma e a qualquer título (p.ex., como proprietário, *general partner, trustee,* usufrutuário, tutor ou curador), individualmente ou agindo em conjunto com outras Pessoas vinculadas, que assegurem, direta ou indiretamente: (i) a maioria dos votos nas reuniões de sócios, assembleias gerais ou órgão deliberativo similar de tal Pessoa; e (ii) o poder de eleger a maioria dos administradores (ou outro órgão deliberativo, p.ex. um comitê de gestão) e (iii) o uso efetivo do poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos de uma determinada Pessoa. Quando a Pessoa em questão for um fundo de investimento ou outra Pessoa que não uma pessoa jurídica, o termo "Controle" significará o poder de gerir e tomar decisões por tal Pessoa, seja pela titularidade de cotas representativas de mais de 50% dos direitos de voto em tal Pessoa, seja pelo poder de nomear a maioria dos membros do comitê gestor, comitê de investimento ou comitê similar com poderes de gestão, e/ou via ingerência na gestão discricionária pelo administrador ou gestor, seja pelo exercício de poderes de gestão na qualidade de gestor e/ou membro de comitê gestor, comitê de investimento ou comitê similar com poderes de gestão. (iv) "CVM" significa Comissão de Valores Imobiliários ou qualquer outra autarquia que venha a substitui-la. (v) "Dívida Líquida", significa, de forma consolidada (i) o somatório dos saldos apresentados nas demonstrações financeiras da ALTSA e suas Controladas, sem prejuízo de outros que possam ser equiparados a endividamento, de empréstimos, financiamentos de qualquer natureza de curto ou longo prazo, contas a pagar a terceiros relacionadas diretamente à aquisição de ativo fixo e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo debêntures, parcelamentos tributários, saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a ALTSA e suas Controladas seja parte, obrigações tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais ou de qualquer outra natureza líquidas e certas (incluindo juros e multa), desde que vencidas e não pagas, não considerando para este fim eventuais provisões de contingências não materializadas já constantes das demonstrações financeiras, leasings financeiros e valores devidos aos acionistas, incluindo dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, resgate, reembolso, amortização, declarados e não pagos, menos (ii) os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Para determinação da Dívida Líquida em uma data, todos os saldos devem ser apurados ao final do dia útil anterior à data de apuração em questão. (vi) "EBITDA" de uma Pessoa significa, de forma consolidada, em relação a um determinado período, o seu resultado antes de juros e despesas financeiras, tributos incidentes sobre o lucro da entidade, depreciação e amortização, calculado de acordo com o BR GAAP, expurgados os efeitos da IFRS-16. (vii) "EBITDA LTM" de uma Pessoa, em uma determinada data, significa o EBITDA de tal Pessoa apurado com relação ao período de 12 (doze) meses que se encerra no último dia do mês anterior à data em questão. (viii) "Ônus" significa qualquer ônus ou garantia real de qualquer tipo, voluntário ou involuntário, incluindo qualquer gravame, hipoteca, anticrese, alienação fiduciária com ou sem reserva de domínio, penhora, caução, arresto, indisponibilidade, servidão, esbulho possessório, qualquer tipo de restrição judicial ou administrativa, bem como quaisquer direitos reais de terceiros, arrendamento, locação, sublocação, comissão (art. 693 e ss. do Código Civil), opção, usufruto, direito de primeira oferta, direito de preferência, ou quaisquer outras restrições ou limitações de qualquer natureza que afetem ou possam afetar, restringir ou condicionar qualquer aspecto da propriedade e/ou da posse ou, ainda, do livre uso, fruição, reivindicação e disposição de determinado direito, bem ou ativo e/ou dos direitos a ele atrelados. (ix) "Orçamento Anual" significa o orçamento anual da ALTSA e suas Controladas, aprovado anualmente pelo Conselho de Administração da ALTSA. (x) "Parte Relacionada" terá a definição das normas contábeis em vigor na respectiva data de aferição (que, nesta data, é o CPC 05 (R01) – *Divulgação sobre Partes Relacionadas*). (xi) "Pessoa" significa qualquer pessoa, física ou jurídica, bem como quaisquer sujeitos de direito (ainda que desprovidos de personalidade jurídica), organizados de acordo com a legislação brasileira ou estrangeira, incluindo sociedades de qualquer tipo, de fato ou de direito, consórcio, *partnership*, organização, associação, *trust, joint venture*, condomínio, fundo de capital privado ou qualquer outro tipo de fundo de investimento. (xii) "Plano de Negócios" significa o planejamento anual estratégico dos negócios da ALTSA e suas Controladas, aprovado anualmente pelo Conselho de Administração da ALTSA.

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ/ME nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520 - *Companhia Aberta*

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2024

Data, Hora, Local: 09.07.2024, às 10 horas, na sede, Rua Hungria, 1.400, 2º andar, conjunto 22, São Paulo/SP, com participação dos membros do Conselho de Administração por meio de ferramenta eletrônica de videoconferência. **Presença:** Totalidade dos membros. **Mesa:** Presidente: Rodrigo Geraldi Arruy, Secretária: Mariana Senna Sant'Anna. **Ordem do Dia: (i)** a desvinculação de 9.800.000 ações ordinárias de emissão da Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Melnick"), de titularidade da Companhia, do Acordo de Acionista da Melnick celebrado em 03.09.2020, e sua futura alienação, para negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou fora dela. **Deliberações Aprovadas:** O Sr. Leandro Melnick informou que possui conflito de interesse em relação à Ordem do Dia dessa reunião, e que, portanto, se absteria de votar. **1.** A desvinculação de 9.800.000 ações ordinárias de emissão da Melnick, de titularidade da Companhia, do Acordo de Acionistas e sua futura alienação, para negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ou fora dela. As ações desvinculadas não se sujeitam à limitação de prazo para a efetiva conclusão da alienação e não mais se vinculam aos ônus decorrentes do Acordo de Acionistas. **2.** A formalização e autorização de alçada da Diretoria da Companhia, conforme competência estatutária, para deliberar e aprovar a desvinculação e alienação das demais ações de emissão da Melnick, de titularidade da Companhia, as quais estejam vinculadas ao Acordo de Acionista, conforme oportunidade de mercado. A Diretoria deverá proceder com reunião da Diretoria, nos termos do Estatuto Social, devendo atender todas as formalidades legais para a concretização da desoneração e alienação das referidas ações. **3.** Com a devida abstenção do Sr. Leandro Melnick, os demais membros do Conselho de Administração autorizaram, os membros da Diretoria e seus procuradores, conforme o caso, a comparecerem e praticarem todos os atos que se façam necessários para levar a efeito as deliberações acima, incluindo a assinatura de documentos. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 09.07.2024. **Conselheiros**: Rodrigo Geraldi Arruy, Guibson Zaffari, Leandro Melnick, André Ferreira Martins Assumpção e Andreia de Sousa Ramos Vettorazzo. JUCESP nº 267.164/24-5 em 16.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS DE UMA SOCIEDADE EMPRESÁRIA DO TIPO LIMITADA "ABDO & CAMACHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA"

NIRE-3526278389-3 - CPNJ/MF: 53.201.697/0001-25

DATA/HORA E LOCAL: Aos dez (10) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e vinte e quadro (2024), às dez (10) horas, na Rua Saudades, nº 1.630, Sala 10, Centro, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, CEP: 16.200-008, sociedade com contrato social primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE nº 3526278389-3 em sessão de 14/12/2023; **PRESENÇA:** todos os sócios, representantes legais e administradores Srs. **ALFREDO HORÁCIO PEREIRA CAMACHO, JOSÉ HORÁCIO SCIGLIANO CAMACHO, JAIRO ABDO DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA,** empresa com sede na Rua Saudades, 1630 – Sala 10, centro na cidade de Birigui Estado de São Paulo, CEP: 16.200-008, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 50.822.757/0001-39 com contrato social registrado na JUCESP sob o NIRE nº 35261434496 em sessão de 25/05/2023 representada pelos seus sócios **JAIRO DE ALMEIDA CHAGAS ABDO e MARÍLIA DE ALMEIDA CHAGAS ABDO**, **JEFFERSON JORGE DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA**, empresa com sede na Rua Saudades, 1630 – Sala 10, centro na cidade de Birigui Estado de São Paulo, CEP: 16.200-008, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 51.531.542/0001-21 com contrato social registrado na JUCESP sob o NIRE nº 35261829491 em sessão de 24/07/2023 representada pela seu sócio **JEFFERSON MAURO LOT JORGE** e **JAIRO ABDO** Administrador não sócio**; COMPOSIÇÃO DA MESA: JAIRO ABDO**, presidente e **MARÍLIA DE ALMEIDA CHAGAS ABDO**, secretária; **PUBLICAÇÕES:** foram dispensadas as formalidades de convocação em razão do disposto no parágrafo 2º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002; **ORDEM DO DIA:** Redução do Capital Social da empresa considerado excessivo em relação ao objeto da sociedade, em razão do que preceitua a alínea "g" da cláusula VIII do Contrato Social; **DELIBERAÇÕES:** após as considerações de praxe, posto em discussão e votação, foi aprovada sem reservas e restrições a **REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA**, que era de R$ 1.469.178,59 (um milhão, quatrocentos e sessenta e nove mil, cento e setenta e oito reais e trinta e cinquenta e nove centavos), devidamente integralizado pelos sócios, passando para R$ 443.537,56 (quatrocentos e quarenta e três mil e quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos), na proporção de cada um na sociedade, da seguinte forma:

1) Para o sócio Sr. **ALFREDO HORÁCIO PEREIRA CAMACHO,** a redução do capital social será de R$ 572.979,65 (quinhentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) para R$ 172.979,65 (cento e setenta e dois mil, novecentos e setenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), representando então uma redução de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) através da **DAÇÃO EM PAGAMENTO** que deverá ser realizada com a transferência de propriedade da Matrícula **Nº 95.573** do Cartório de Registro de Imóveis de Birigui/SP, correspondente a uma área de 14.403,24 metros quadrados, denominada "Área Remanescente" do Loteamento denominado **"RESIDENCIAL ILHA DA MADEIRA'** registrado pela empresa conforme R.01 de 13/06/2024 da Matrícula 95.164 do Cartório de Registro de Imóveis de Birigui/SP.

2) Para o sócio Sr. **JOSÉ HORÁCIO SCIGLIANO CAMACHO,** a redução do capital social será de R$ 14.691,79 (quatorze mil, seiscentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos) para R$ 4.435,38 (quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos), representando então uma redução de R$ 10.256,41 (dez mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos) que deverá ser paga em até 18 (dezoito meses), em aportes devidamente registrados de acordo com a disponibilidade financeira da empresa;

3) Para a sócia empresa **JEFFERSON JORGE DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA,** a redução do capital social será de R$ 293.835,72 (duzentos e noventa e três mil, oitocentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos) para R$ 88.707,51 (oitenta e oito mil, setecentos e sete reais e cinquenta e um centavos), representando então uma redução de R$ 205.128,21 (duzentos e cinco mil, cento e vinte e oito reais e vinte e um centavos) que deverá ser paga em até 18 (dezoito meses), em aportes devidamente registrados de acordo com a disponibilidade financeira da empresa;

4) Para a sócia empresa **JAIRO ABDO DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA,** a redução do capital social será de R$ 587.671,43 (quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos) para R$ 177.415,02 (cento e setenta e sete mil, quatrocentos e quinze reais e dois centavos), representando então uma redução de R$ 410.256,41 (quatrocentos e dez mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos) que deverá ser paga em até 18 (dezoito meses), em aportes devidamente registrados de acordo com a disponibilidade financeira da empresa;

ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA: terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada pelo secretário e por todos os sócios.

Alfredo Horácio Pereira Camacho

José Horácio Scigliano Camacho

Jefferson Jorge Desenvolvimento Urbano Ltda
Neste ato representada por Jefferson Mauro Lot Jorge

Jairo Abdo Desenvolvimento Urbano Ltda
Neste ato representada por Jairo de Almeida Chagas Abdo

Jairo Abdo Desenvolvimento Urbano Ltda
Neste ato representada por Marília de Almeida Chagas Abdo

Jairo Abdo
Administrador

PORTO SERVIÇO S.A.

CNPJ nº 51.430.503/0001-38 - NIRE 35.300.630.637

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 10 de Maio de 2024

1. Data, Hora e Local: em 10 de maio de 2024, às 16:00 horas, na sede social da Porto Serviço S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Barueri, no Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar/parte, conjuntos 501-516, CEP 06454-000. **2. Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia, nos termos do artigo 17 do estatuto social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Paulo Sérgio Kakinoff, Presidente. Lene Araújo de Lima, Secretário. **4. Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre: (a) a eleição dos membros da diretoria da Companhia, incluindo o diretor de relações com investidores da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos; (b) aprovação das seguintes políticas: (i) Política de Negociação de Valores Mobiliários; (ii) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante; (iii) Política de Gerenciamento de Riscos; e (iv) Política de Ética e Conduta. **5. Deliberações:** os membros do conselho de administração resolveram, por unanimidade e sem ressalvas: 5.1. Aprovar a fixação dos membros da diretoria em 6 (seis) membros e a subsequente eleição dos diretores elencados abaixo, para mandato de 2 (dois) anos ou até primeira reunião do conselho de administração ocorrida após a assembleia geral ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, o que ocorrer primeiro, observado que, nos termos do artigo 150 da Lei nº 6.404/76, o prazo de gestão dos administradores se estende até a posse de seus substitutos: (a) **Lene Araújo de Lima,** brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 118.454.608-80, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, para o cargo de Diretor Presidente; (b) **Domingos de Toledo Piza Falavina,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.965.032-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 214.175.878-57, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, para o cargo de Diretor de Relações com Investidores; (c) **Marcelo Sebastião da Silva**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 112.681.578- 05, com domicilio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, para o cargo de Diretor Executivo; (d) **Celso Damadi**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, para o cargo de Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos; (e) **Rafael Veneziani Kozma,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 200.476.918-16, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, para o cargo de Diretor de Controladoria; e (f) **Adriana Pereira Carvalho Simões,** brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CFF sob o nº 74.320.898-76, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, para o cargo de Diretora Jurídica e Riscos. 5.1.1. Os diretores eleitos foram imediatamente empossados em seus cargos, mediante assinatura do respectivo termo de posse lavrado em livro próprio, tendo declarado, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenados à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM nº 80/2022, bem como que estarão sujeitos à cláusula compromissória prevista no estatuto social da Companhia. 5.2. Aprovar as seguintes políticas da Companhia: (i) Política de Negociação de Valores Mobiliários; (ii) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante; (iii) Política de Gerenciamento de Riscos; e (iv) Política de Ética e Conduta, as quais terão a redação dos Anexos I, II, III, IV à esta ata, respectivamente, ficando disponíveis também, na sede da Companhia. 5.3. Autorizar a diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a formalização das deliberações aprovadas acima, com a ratificação de todos os atos praticados até o momento. **6. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, no livro próprio, na forma do artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e assinada pelos presentes. Barueri, 10 de maio de 2024. **Paulo Sérgio Kakinoff -** Presidente; **Lene Araújo de Lima -** Secretário. **Conselheiros**: **Paulo Sergio Kakinoff; Bruno Campos Garfinkel; Lene Araújo de Lima; Celso Damadi; Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle; Eugenio Emílio Staub Filho; Felipe Gottlieb. JUCESP** nº 226.144/24-0 em 19/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2624/2024

ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa Brenar Engenharia Ltda - CNPJ nº 19.097.875/0001-81, para a prestação de **SERVIÇO DE CONGELAMENTO DA CENTRAL DE ÁGUA GELADA (CAG) 3º SUBSOLO – ICESP,** com base no **Regulamento de Compras e Contratação da FFM.**

OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

OCTANTE

CNPJ/ME nº 12.139.922/0001-63 - NIRE nº 35.300.380.517

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) EMISSÃO DA OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os senhores Titulares de CRA da 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A. ("**Titulares de CRA**", "**Emissão**" "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 12.2.1. do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão da Octante Securitizadora S.A*" ("**Termo de Securitização**"), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("**AGT**"), a ser realizada em segunda convocação, com a presença de qualquer quantidade de Titulares de CRA Fins de Quórum de instalação, no dia 16 de agosto de 2024, às 15h00, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular de CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31/12/2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos senhores Titulares dos CRA, conforme previsto no § 2º, do artigo 25, da Resolução CVM Nº 60, de 23º de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. **INFORMAÇÕES GERAIS:** 1. Em linha com a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**RESOLUÇÃO CVM 81**"), a AGT será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência via plataforma digital Microsoft Teams, cujo o link de acesso será disponibilizado pela Emissora aos Titulares de CRA que enviarem os documentos de representação ao endereço eletrônico operacoes@octante.com.br, com cópia ao juridico@octante.com.br e ao Agente Fiduciário, no endereço eletrônico agentefiduciario@vortx.com.br | gtm@vortx.com.br; 2. Solicitamos que os documentos de representação sejam enviados em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT e conforme documentação abaixo: a. Quando Pessoa Física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. Quando Pessoa Jurídica: (a) último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundo de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. Quando Representado por Procurador: caso quaisquer titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. 3. Os documentos relacionados à ordem do dia, bem como as informações acerca do depósito dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da AGT estão disponíveis nos sites da (https://www.octante.com.br/assembleias/) e da CVM (www.cvm.gov.br); e 4. Os termos iniciados em letra maiúscula nesse edital e não definidos expressamente possuem o mesmo significado que lhes é atribuído no Termo de Securitização.

Guilherme Antonio Muriano da Silva - Diretor de Securitização
Octante Securitizadora S.A. - Rua Beatriz, 226, São Paulo – SP, CEP. 05.445-040

Banco ItauBank S.A.

CNPJ 60.394.079/0001-04 NIRE 35300022203

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 30.04.2024, às 15h45, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 9º andar, em São Paulo (SP). **MESA:** Andre Balestrin Cestare - Presidente; Renato da Silva Carvalho - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **PRESENÇA LEGAL:** Administrador da Companhia e representantes da *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme art. 124, §4º, da Lei 6.404/76 ("LSA"). **AVISO AOS ACIONISTAS:** Dispensada a publicação conforme faculta o art. 133, §5º, da LSA. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: I - Em pauta ordinária:** 1. Aprovados o Balanço Patrimonial, as demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, acompanhadas dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023, publicados na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, de acordo com a Portaria ME nº 12.071, de 07/10/2021, e no site de Relação com Investidores de sua controladora indireta, Itaú Unibanco Holding S.A. 2. Aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2023, no valor total de R$ 9.785.087,39, da seguinte forma: a) R$ 489.254,37 para a conta de Reserva Legal; b) R$ 9.202.874,69 para a conta de Reserva Estatutária; e c) R$ 92.958,33 para pagamento de dividendos aos acionistas, imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2023, a serem pagos até 31.12.2024 com base na posição acionária hoje registrada. 3. Transferida a responsabilidade pelo Compartilhamento Open Finance - Resolução Conjunta 1/20 do Diretor Álvaro de Alvarenga Freire Pimentel para o Diretor Estevão Carcioffi Lazanha a partir da presente data. 4. Fixado em até R$ 220.000,00 o montante global para a remuneração dos membros da Diretoria, relativa ao exercício social de 2024. Esse valor aprovado para remuneração poderá ser pago em moeda corrente nacional, em ações do Itaú Unibanco Holding S.A. ou em outra forma que a administração considerar conveniente. **II - Em pauta extraordinária:** 1. Alterado o *caput* do artigo 10 do Estatuto Social, para aprimorar a redação referente à regra de representação da Companhia para permitir que a Companhia seja representada por apenas 1 (um) diretor nas situações que não impliquem (i) assunção de obrigações em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade, inclusive prestando garantias a terceiros; ou (ii) renúncia a direitos, oneração ou alienação de bens do ativo permanente. Dessa forma, o *caput* do artigo 10 do Estatuto Social passará a ser redigida da seguinte forma: "*Art. 10 - A representação da Companhia poderá ser feita por (i) dois diretores em conjunto, (ii) um diretor em conjunto com um procurador, ou (iii) dois procuradores em conjunto. A Companhia poderá, ainda, ser representada por um diretor em situações que não impliquem (a) assunção de obrigações em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade, inclusive prestando garantias a terceiros; ou (b) renúncia a direitos, oneração ou alienação de bens do ativo permanente.*" 2. Consolidado o Estatuto Social contemplando a alteração ora deliberada, passará a ser redigido na forma ora rubricada pelos presentes e a vigorar após sua homologação pelo Banco Central do Brasil. **CONSELHO FISCAL:** Não houve manifestação por não se encontrar em funcionamento. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE:** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras; Relatórios dos Administradores e dos Auditores Independentes. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 30 de abril de 2024. (aa) Andre Balestrin Cestare - Presidente; Renato da Silva Carvalho - Secretário. **Acionista**: Itaú Unibanco S.A. (aa) Andre Balestrin Cestare e Renato da Silva Carvalho - Diretores. JUCESP - Registro nº 259.310/24-4, em 03.07.2024 (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ 46.743.943/0001-05 NIRE 35300594223

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 30.04.2024, às 14h, na Avenida Engenheiro Armando Arruda Pereira, 774, Torre Conceição, 10º andar, Jabaquara, em São Paulo (SP). **MESA:** Rubens Fogli Netto - Presidente; Renato da Silva Carvalho - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social inicial. **PRESENÇA LEGAL:** Administradores da Companhia e representante da *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme art. 124, §4º, da Lei 6.404/76 ("LSA"). **AVISO AOS ACIONISTAS:** Dispensada a publicação conforme faculta o art. 133, §5º, da LSA. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: I - Em pauta ordinária:** 1. Aprovados o Balanço Patrimonial, as demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, acompanhadas dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023, publicados na edição de 05.03.2024 do jornal "O Estado de S. Paulo" (versão impressa: p. B15 e versão digital, Seção Economia e Negócios: p. 01). 2. Aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2023, no valor total de R$ 835.326.038,87, da seguinte forma: a) R$ 41.766.301,94 para a conta de Reserva Legal; b) R$ 785.624.139,56 para a conta de Reserva Estatutária; e c) R$ 7.935.597,37 para pagamento de dividendos aos acionistas, imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2023, a serem liquidados aos acionistas até 31.12.2024, tendo como base de cálculo a posição acionária hoje registrada. 3. Eleito ao cargo de Diretor **MICHEL CURY CHAIN**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 33.696.925-9, CPF 221.166.368-09, domiciliado em São Paulo (SP), Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, no mandato trienal em curso que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025. 3.1 Registrado que o diretor eleito: (i) apresentou os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos arts. 146 e 147 da LSA e na regulamentação vigente, em especial na Resolução 4.970/2021 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), e a declaração de desimpedimento, documentos estes arquivados na sede social; e (ii) será investido após homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). 3.2. Registrada a renúncia do Diretor **RODRIGO EDUARDO DE FARIA PENTEADO**, em 01.04.2024 e a destituição dos Diretores **ANGELO RUSSOMANNO FERNANDES** e **RODRIGO ANDRÉ LEIRAS CARNEIRO**, nesta data. 3.3. Registrado o término da atribuição das responsabilidades pelo Compartilhamento Open Finance - Resolução Conjunta 1/20 e Questões relacionadas a participação no PIX - IN BCB 291/22, considerando que a Companhia não atua nas respectivas atividades. 3.4. Registrado que as demais atribuições de responsabilidade não sofreram alteração. 4. Mantido em até R$ 84.000,00 o montante global para a remuneração dos membros da Diretoria, relativa ao exercício social de 2024. Esse valor aprovado para remuneração poderá ser pago em moeda corrente nacional, em ações do Itaú Unibanco Holding S.A. ou em outra forma que a administração considerar conveniente. **II - Em pauta extraordinária:** 1. Alterado o *caput* do artigo 10 do Estatuto Social, para aprimorar a redação referente à regra de representação da Companhia para permitir que a Companhia seja representada por apenas 1 (um) diretor em situações que não impliquem (i) assunção de obrigações em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade, inclusive prestando garantias a terceiros; ou (ii) renúncia a direitos, oneração ou alienação de bens do ativo permanente. Como resultado, o caput do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia passará a ser redigido da seguinte forma: *"Art. 10 - A representação da Companhia poderá ser feita por (i) dois diretores em conjunto; (ii) um diretor em conjunto com um procurador; ou (iii) dois procuradores em conjunto. A Companhia poderá, ainda, ser representada por um diretor em situações que não impliquem (a) assunção de obrigações em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade, inclusive prestando garantias a terceiros; ou (b) renúncia a direitos, oneração ou alienação de bens do ativo permanente.".* 2. Consolidado o Estatuto Social que, consignando a alteração ora deliberada, passará a ser redigido na forma rubricada pelos presentes e a vigorar após a homologação das deliberações desta Assembleia pelo BACEN. **CONSELHO FISCAL:** Não houve manifestação do Conselho Fiscal, por não se encontrar em funcionamento. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE:** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras; Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes; e declaração de desimpedimento do administrador eleito. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 30 de abril de 2024. (aa) Rubens Fogli Netto - Presidente e Renato da Silva Carvalho - Secretário. **Acionista**: Itaú Unibanco S.A. (aa) Rubens Fogli Netto - Diretor; e Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A. (aa) Renato da Silva Carvalho - Diretor. JUCESP - Registro nº 268.264/24-7, em 17.07.2024 (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2679/2024

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César , São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO,** para fornecimento de **MATERIAIS MEDICOS- INSTRUMENTAIS** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM.**

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

EDITAL 007/2024, Modalidade: Ato Convocatório, Tipo: Menor Preço. **OBJETO DA SELEÇÃO:** Aquisição de Placa de Rodac com Meio TSA - Entrega Programada. **PROCESSO:** 001/0708/000.304/2024. **DATA: 14/08/2024, HORA: 10h00min, LOCAL:** Centro Administrativo (Avenida da Universidade, 210 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP)

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ. 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2625/2024

ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa Eletrotécnica Eletrosul Ltda - CNPJ nº 11.002.051/0001-79, para a prestação de manutenção corretiva em duas bombas de água condensada, nº série n° 542853 e 542852, da central de água gelada (CAG) 3º SUBSOLO ICESP, com base no **Regulamento de Compras e Contratação da FFM.**

COMPRA REGULAMENTO FFM 2647/2024

ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa Scansource Brasil Distribuidora de Tecnologias Ltda - CNPJ nº 05.607.657/0008-01, para o fornecimento de **RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO SONICWALL,** com base no **Regulamento de Compras e Contratação da FFM.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO OSASCO VOLEIBOL CLUBE

O Presidente da Diretoria do Osasco Voleibol Clube, no uso de suas atribuições e com base no Artigo 24, do Estatuto da entidade, convoca todos os seus associados para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 30.07.2024, na cidade de Osasco - SP, na Rua Jubair Celestino, nº 150, Bairro Presidente Altino, CEP 06216-150, às 10:00 horas, em primeira chamada e, não havendo quórum, 01 hora depois, conforme Artigos 21, parágrafo único, 22, e 25, II, b, todos do Estatuto Social.

ORDEM DO DIA:

1. Em razão do pedido de renúncia de membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, convocar eleição para adequação dos cargos até o final do mandato vigente, 13.03.2026, inclusive para representante de atletas.

Osasco – SP, 22 de julho de 2024.
OSASCO VOLEIBOL CLUBE
Cláudio Sérgio da Silva - Presidente da Diretoria

CODEVAR

Marcelo Otaviano dos Santos – Presidente Codevar, torna público a ata de registro de preços e adjudica / homologa o Pregão Eletronico n.º 03/2024, Objeto: registro de preços aquisição de livros semi-estruturados - Empresas vencedoras: 1 – Compass Soluçoes em edutaçao e Tecnologia Ltda: lote 1 – R$ 6.305.585,30; lote 2 – R$ 8.896.692,89; lote 3 – R$ 9.148.637,23; lote 4 – R$ 2.545.430,05; lote 5 – R$ 5.938.684,27; lote 6 – R$ 6.345.699,59; lote 7 – R$ 3.435.422,08; lote 8 – R$ 11.538.679,19; 2 – Pearson Education do Brasil Ltda – Lote 9 – R$ 9.421.065,00. Barretos, 25 de julho de 2024

CODEVAR

Marcelo Otaviano dos Santos – Presidente Codevar, torna público a ata de registro de preços e adjudica/homologa o Pregão Eletrônico n.º 01/2024, Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de jogos físicos educativos pedagógicos a serem utilizados pelos alunos e gestores integrantes das Secretarias/Departamentos de Educação em suas Unidades Escolares dos Consorciados do Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande – CODEVAR - Empresa vencedora: CD DISTRIBUIDORA DE LIVROS, JOGOS E PRODUTOS EDUCACIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.467.008/0001-87, conforme a seguir: Item – 1 no valor unitário de R$ 42,50, Item – 2 no valor unitário de R$ 49,60, Item – 3 no valor unitário de R$ 57,50, Item – 4 no valor unitário de R$ 57,70, Item – 5 no valor unitário de R$ 30,50, Item – 6 no valor unitário de 104,20, Item – 7 no valor unitário de R$ 49,20, Item – 8 no valor unitário de R$ 195,00, Item – 9 no valor unitário de R$ 65,70, Item – 10 no valor unitário de R$ 93,10, Item – 11 no valor unitário de R$ 73,20, Item – 12 no valor unitário de R$ 69,80, Item – 13 no valor unitário de R$ 41,20, Item – 14 no valor unitário de R$ 58,00, Item – 15 no valor unitário de R$ 96,30, Item – 16 no valor unitário de R$ 165,00, Item – 17 no valor unitário de R$ 41,50, Item – 18 no valor unitário de R$ 38,50, Item – 19 no valor unitário de 195,00, Item – 20 no valor unitário de R$ 74,00 – Marca Zoo e Sua Turma – Totalizando o Valor Estimado Total de R$ 99.568.184,00. Barretos, 25 de julho de 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS

Comunicamos que está aberta, nesta Secretaria de Parcerias em Investimentos, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO POR BOMBEIRO CIVIL para suprir as necessidades da Secretaria de Parcerias em Investimentos, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado Comprasgov, cuja sessão pública está marcada para o dia 09/08/2024, às 09h00 min. Os interessados em participar do certame deverão acessar o site https://compras.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O edital na integra poderá ser consultado e cópias obtidas no sítio https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/transparencia/licitacoes/

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONVENÇÃO MUNICIPAL

A Comissão Executiva Estadual de São Paulo do AVANTE e, a Comissão Executiva Municipal, por seus presidentes, convocam todos os convencionais para a Convenção Municipal a realizar-se na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 3616, Jardim Paulista, São Paulo -SP – CEP: 01402001, no dia 02 de agosto de 2024, às 09 horas, em primeira chamada, e às 09 horas e 30 minutos, em segunda e última chamada, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia:

I – Deliberação, mediante voto direito e secreto para:

A) Escolha da chapa de candidatos e candidatas a vereador, nas eleições 2024; B) Escolha dos números de legendas dos candidatos e das candidatas à vereador, mediante avaliação da executiva municipal ou mediante sorteio.

C) Escolha dos candidatos do partido aos cargos de prefeito(a) e vice-prefeito(a) e ainda a celebração de coligações majoritárias e/ou apoio político, nas eleições de 2024. D) Discussão e deliberação de outros assuntos de interesse partidário; H) Delegação de amplo e plenos poderes à Comissão Executiva Municipal para a complementação das chapas proporcional e majoritária, inclusive substituição de nomes e as atribuições de números da legenda para a candidatos e candidatas a vereador, como também, para apoio a coligação Majoritárias e ou apoio político a prefeito.

São Paulo, 25 de julho de 2024.

JOSUÉ TAVARES DOS SANTOS
PRESIDENTE ESTADUAL / SP

PAULO BARBOSA PEDREIRA
PRESIDENTE MUNICIPAL – CAPITAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA CONVENÇÃO MUNICIPAL DO PARTIDO AGIR DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SP.

A saber: O PRESIDENTE DA COMISSÃO PROVISÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO / SP DO PARTIDO AGIR, devidamente inscrito no CNPJ 07.011.989/0001-88, na forma do Estatuto Partidário, convoca por este Edital todos os convencionais e filiados do AGIR, do Município de São Paulo Capital do Estado de São Paulo, para a convenção municipal presencial que se realizará no dia 05 de agosto de 2024, com início às 9h com encerramento previsto para às 12h, sendo a primeira chamada prevista para 9h15m, e caso não atinja o quórum, a segunda chamada se realizará às 9h30m, a ser realizada na Rua São Bento, 329, Edifício Álvares Penteado, Sala 22, Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP CEP 01011-100. Com a seguinte ORDEM DO DIA:

a) Decidir sobre a escolha dos(as) candidatos(as) do AGIR ao cargo de Prefeito e Vice-Prefeito;
b) A escolha dos(as) candidatos(as) das chapas proporcionais e definição dos respectivos números, para a eleição de 2024;
c) Deliberação sobre as propostas de Coligações com outras agremiações partidárias;
d) Deliberação de poderes ao respectivo órgão municipal do AGIR de São Paulo Capital - SP;
e) Assuntos Gerais decorrentes da eleição de 2024.

São Paulo / SP, 25 de julho de 2024.
MAURICIO VICTORELO BERTOLINI
Presidente da Comissão Provisória do Município de São Paulo - SP do AGIR

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. CASAS PERNAMBUCANAS

CNPJ/MF nº 61.099.834/0001-90 - NIRE nº 35300033451 - Companhia Fechada

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA INSTALADA EM 9 DE JULHO DE 2024 E ENCERRADA EM 10 DE JULHO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Instalada e suspensa em 09 de julho de 2024, às 09:00 horas, e reaberta em 10 de julho de 2024, às 12:00 horas, de forma exclusivamente digital, sendo considerada realizada na sede da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Companhia"), localizada na capital do Estado de São Paulo, na Rua da Consolação nº 2.411, 6º andar, Consolação, CEP 01301-100, conforme parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76, regulamentado pelo Anexo V, da Instrução Normativa DREI n° 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"). **2. Convocação e Presença:** A convocação foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Estado de São Paulo nos dias 1, 2 e 3 de julho de 2024, sendo a presença aferida, em 09 de julho de 2024, antes do início da Assembleia, nos termos do art. 127 da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Presidente, Sr. Martin Mitteldorf; Secretário, Sr. José Eduardo dos Santos Iniesta Castilho. **4. Ordem do dia:** A ordem do dia desta Assembleia Geral Extraordinária corresponde, sem alterações, a constante na ata do dia 09 de julho de 2024. **5. Deliberações:** Em 09 de julho de 2024, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, pela suspensão dos trabalhos desta Assembleia Geral Extraordinária e reabertura em 10 de julho de 2024, às 12:00 horas, sem necessidade de nova convocação. Retomados os trabalhos, foram tomadas as seguintes deliberações por unanimidade dos acionistas presentes: 5.1. Consignar que, na data de reabertura dos trabalhos desta Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia foi informada que restou efetivada a redução do capital social da Nova Pirajuí Administração S.A. ("Nopasa"), realizada em 06 de maio de 2024, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária da Nova Pirajuí Administração S.A. protocolada nesta data de 10 de julho de 2024 perante a Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob o Protocolo n° 248800078 ("Ata de Redução de Capital"). 5.2. Registrar que os representantes legais da Nopasa apresentaram à mesa a Ata da Redução de Capital e os livros de registro de ações nominativas da Nopasa, tendo extraído uma certidão com a composição da distribuição das ações da Companhia entre os acionistas da Nopasa necessária para instruir a Companhia com respeito à distribuição das ações ordinárias e preferenciais de sua emissão aos acionistas da Nopasa, que ficará arquivada na sede da companhia. 5.3. Autorizar a Diretoria da Companhia a proceder à substituição dos seus livros e registros societários para o sistema/formato digital a ser definido ou referendado pelo Conselho de Administração. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos para lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária, que, após lida e aprovada por todos os acionistas presentes, foi assinada pelo Presidente e Secretário da Mesa. O Secretário certifica ainda, para o atendimento da IN DREI 81, que foram atendidos todos os requisitos para a realização da presente Assembleia, e consolida a lista dos presentes, conforme abaixo. **7. Presença para fins da IN DREI 81:** Membros da Mesa: Martin Mitteldorf, Presidente; José Eduardo dos Santos Iniesta Castilho, Secretário; Acionistas: AAL Participações S.A., representada por Gabriel Sollero Figueira; Alphalund Companhia Participações e Investimentos S.A., representada por Alberto Lundgren Altenburg; Nova Pirajuí Administração S.A., representada por Hugh Anthony Harley e Leonardo Augusto de Aguiar Campelo; e Rumisa S.A., representada por Hélio Alvarez Sales da Cunha. São Paulo, 10 de julho de 2024. Mesa. Martin Mitteldorf - Presidente; José Eduardo dos Santos Iniesta Castilho - Secretário. JUCESP nº 282.866/24-3 em 22/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. CASAS PERNAMBUCANAS

CNPJ/MF nº 61.099.834/0001-90 - NIRE nº 35300033451 - Companhia Fechada

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2024

I. DATA, HORA E LOCAL: 09 de julho de 2024, às 15:00 horas, na sede da Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas ("Companhia"), localizada na capital do Estado de São Paulo, na Rua Consolação nº 2.411, 6º andar, Consolação, CEP: 01301-100. **II. MESA:** Sra. Martin Mitteldorf, Presidente e o Sr. José Eduardo dos Santos Iniesta Castilho, Secretário. **III. PRESENÇA:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber os Srs. Martin Mitteldorf, Evaldo Fontes Júnior, Alberto Lundgren Altenburg, Evandro Luis Rezera, Leila Abraham Loria eRalf Lundgren, virtualmente em conformidade com o § 5º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. **IV. CONVOCAÇÃO:** Efetuada em conformidade com o §3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. **V. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a **(i)**a forma de lavratura da ata; e **(ii)**a manutenção dos Diretores eleitos em sede de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024. **VI. DELIBERAÇÕES:** Após a leitura da Ordem do Dia, pela unanimidade dos votos dos membros do Conselho de Administração presentes, foram tomadas as seguintes deliberações, sem reservas ou ressalvas: **(i)** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta reunião em forma de sumário dos fatos ocorridos. **(ii)** Manter em seus cargos, os atuais Diretores da Companhia (a exceção dos cargos de Diretor Presidente e Vice-Presidente extintos pela Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data),os quais permanecerão em seus cargos até a primeira reunião do Conselho de Administração a se realizar após a Assembleia Geral Ordinária que deliberar as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 2024, com a remuneração aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024. **VII. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente da Mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Mesa: Martin Mitteldorf - Presidente, José Eduardo dos Santos Iniesta Castilho - Secretário da Mesa. Membros do Conselho de Administração da Companhia presentes: Martin Mitteldorf; Evaldo Fontes Júnior; Alberto Lundgren Altenburg; Evandro Luis Rezera; Leila Abraham Loria; Ralf Lundgren. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Mesa: Martin Mitteldorf - Presidente, José Eduardo dos Santos Iniesta Castilho - Secretário da Mesa. São Paulo 09 de Julho de 2024. Jucesp nº 282.867/24-7 em 22/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto na **Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca – Unesp**, o **Pregão Eletrônico 03-2024-CF**, para constituição de Registro de Preços para Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis e materiais de limpeza, conforme especificações do Edital. A realização da sessão pública "on-line" será no dia 07-08-2024 às 09h00, junto ao endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br. As propostas deverão ser enviadas para o endereço eletrônico supracitado, durante o período compreendido entre 26-07-2024 até o dia e horário previstos para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da licitação serão realizados pela Seção Técnica de Materiais, localizada à à Av. Eufrásia Monteiro Petráglia, 900, CEP 14409-160, Franca-SP, e-mail: material.franca@unesp.br, telefone (16) 3706-8764. O Edital na íntegra encontra-se nos endereços eletrônicos: www.compras.gov.br, www.imprensaoficial.com.br, www.unesp.br/licitacao e www.franca.unesp.br/licitacoes. Proc. 650/2024-CF.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ. 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO DA FFM 2670/2024

A FFM, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO,** para contratação de empresa especializada em Prestação de Serviço de **Guarda Externa e Gerenciamento de Arquivos de Documentos Inativos,** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM.**

COMPRA REGULAMENTO FFM 2636/2024

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 7830/2024

ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa Ribeiro Apoio Administrativo e Comercio Ltda, CNPJ nº 25.040.889/0001-61, para o fornecimento de **TELA INTERATIVA 65",** com base no **Regulamento de Compras e Contratação da FFM.**

COMPRA REGULAMENTO FFM 2643/2024

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 7846/2024

ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa S.B. Comercio de Bombas e Assistencia Ltda, CNPJ nº 46.407.565/0001-99, para o fornecimento de **BOMBA GRUNDFOSS CR5-2 A-FGJ-A-E-HQQE, MODELO A96518025P10929,** com base no **Regulamento de Compras e Contratação da FFM.**

CODEVAR

O Consorcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande - CODEVAR, torna público para conhecimento de interessados a SUSPENSAO por tempo indeterminado da Concorrencia Presencial nº. 001/2024, Edital 02/2024– Objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS - CTR (RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - RSU, RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - RCC, RESÍDUOS SÓLIDOS DA SAÚDE - RSS, RESÍDUOS VERDE DE VARRIÇÃO E PODA - RVV, RESÍDUOS DA COLETA SELETIVA/RECICLAGEM E LODO DO SANEAMENTO). Barretos, 25 de julho de 2024. Silvana Borini – Departamento de Licitações/ Equipe de Apoio Prefeitura de Barretos - SP.

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 50.668.078/0001-57

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: ELEIÇÕES SINDICAIS 2024

Pelo presente, faço saber que, de acordo com o Estatuto Social vigente deste Sindicato – Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo, entidade sindical de primeiro grau, com abrangência e base territorial no Estado de São Paulo, representante da categoria econômica descrita no Estatuto, no dia 13 de agosto de 2024, no horário das 9h às 16 horas, na Sede Social desta Entidade, nesta Capital, na Rua Benedito Fernandes, 107 - Santo Amaro – CEP: 04746-110, será realizada eleição, para composição da Diretoria e Conselho Fiscal, bem como seus suplentes, ficando aberto o prazo improrrogável até o dia 31 de julho de 2024, para o registro de chapas. O requerimento de Registro de Chapa deverá estar instruído com todos os documentos previstos no Regulamento do Processo Eleitoral do Sindicato. A Secretaria da Entidade funcionará, no período destinado ao registro de chapas, no horário das 9h às 16 horas, para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber documentos e fornecer recibo de inscrição de chapas.

São Paulo, 26 de julho de 2024.
José Antônio Figueiredo Antiório - Presidente do SIEEESP

CÍCERO COTRIM, MATHEUS PIOVESANA E
CRISTIANE BARBIERI / GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

BC quer utilizar Open Finance para fazer decolar a portabilidade de crédito

O Banco Central quer que os bancos passem a utilizar a estrutura do Open Finance para oferecer aos clientes a portabilidade de linhas de crédito entre instituições financeiras. Segundo fontes, o objetivo é que a mudança comece a ser implementada na segunda metade de 2025. O movimento é uma tentativa do BC de fazer decolar a portabilidade de crédito, que já existe, mas na prática só funciona para o crédito consignado e, em menor escala, para o imobiliário. A portabilidade ocorre quando um cliente leva de uma instituição para outra um empréstimo ou financiamento, geralmente em busca de taxas de juros mais baixas. Na visão do regulador, isso aumentaria a competição no crédito de forma ampla, como já aconteceu no mercado de cartões e de contas digitais.

Regulador já informou bancos

Embora o Open Finance seja gerido pelos participantes do sistema, é o BC quem determina a agenda prioritária de discussões. Em uma das últimas reuniões do conselho, o regulador informou às instituições que quer levar adiante o uso da ferramenta para fazer a portabilidade, hoje realizada por outros mecanismos.

Resultados devem aparecer em 2025

O regulador pretende estabelecer um grupo de trabalho até o início de agosto, com representantes das associações que participam da estrutura de governança do Open Finance, para discutir o tema até o fim do ano. Se o cronograma for cumprido, o BC espera que a portabilidade comece a operar até agosto de 2025.

● **DIVERGÊNCIA.** Em tese, a medida beneficiaria fintechs e bancos digitais, que teriam maior facilidade para atrair operações de crédito originadas pelos bancos tradicionais. Mas há pontos de divergência. O principal deles é o Ressarcimento de Custos de Operação (RCO), uma compensação que a instituição que "atrai" a operação paga àquela que a originou.

● **SEM CUSTO.** A Zetta, associação que representa empresas como o Nubank e passará a integrar a estrutura de governança do Open Finance, tem como principal proposta que a cobrança deixe de existir. "O RCO reflete uma realidade do passado e serve como barreira para a movimentação", diz o presidente da Zetta, Eduardo Lopes.

● **RESISTÊNCIA.** Os bancos tradicionais, porém, são contrários. Na visão de fontes, o BC terá de atuar como árbitro. Procurado, o BC não respondeu até a conclusão desta edição, assim como a Associação Brasileira de Bancos (ABBC).

MAIS CONCORRÊNCIA

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO -19/6/2023

Para o BC, a portabilidade via Open Finance ampliaria a competição no crédito; fintechs e bancos digitais tendem a ser beneficiados

● **COM A PALAVRA.** A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou que a portabilidade é positiva para o mercado, mas que é necessário buscar um modelo com igualdade de condições para os agentes. "No entanto, é importante que contemple premissas de isonomia entre as instituições participantes, seja seguro e transparente."

● **'MODELO PIX'.** Um executivo do setor diz que, para que as mudanças surtam efeito, é necessário que o BC estabeleça as regras de modo similar ao que fez com o Pix: com a obrigatoriedade de participação de todos os agentes de mercado e, principalmente, com a obrigatoriedade de que eles disponibilizem o produto aos clientes de forma clara e simples.

● **APOIO.** A Ekuia Amazônia food lab, startup criada para apoiar o ganho de escala de cadeias socioprodutivas da Amazônia, recebeu aporte de R$ 2 milhões da Digiboard, fabricante de placas e circuitos eletrônicos de Manaus. Os recursos serão usados na implementação do projeto de validação de uma metodologia socioeconômica autoral, para apoiar o desenvolvimento local de produtos para a indústria de alimentos e bebidas.

● **ALIMENTOS.** Entre os objetivos do projeto, está a transformação de frutas, peixes e outros alimentos em insumos para a indústria. A iniciativa tem um banco de dados integrado, que analisa o potencial regenerativo de cada ingrediente. O próximo passo será identificar as comunidades e produtos que vão receber o apoio financeiro.

● **SEGUROS.** Os pagamentos de indenização em seguros marítimos no Brasil somaram R$ 117,3 milhões nos quatro primeiros meses de 2024, segundo levantamento da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). Houve um crescimento de 35,7% em relação ao mesmo período do ano passado, explicado tanto por problemas de manutenção das embarcações quanto pela desvalorização do real no último ano.

● **RESTRITO.** Em 2023, o seguro marítimo arrecadou R$ 601,2 milhões no País, alta de 10,5%. O motor foi o ajuste dos preços às condições do mercado internacional, que ficaram mais restritas entre 2022 e 2023.

SOBE

Confiança do consumidor cresceu 1,8 ponto em julho

FABIO MOTTA / ESTADÃO-19/10/2018

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) cresceu 1,8 ponto em julho, para 92,9 pontos, na série com ajuste sazonal, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV). Com o resultado, a média móvel trimestral do índice subiu 0,1 ponto. Entre os componentes do ICC, o Índice de Situação Atual (ISA) ficou estável em 81,6 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE) subiu 3 pontos, para 101,1 pontos.

DESCE

Lucro da Stellantis cai 48% e ações despencam em Bolsas

DARKO VOJINOVIC/AP-22/7/2024

As ações da Stellantis caíram 8,67% em Milão e 8,72% em Paris ontem. O conglomerado automotivo franco-ítalo-americano, que reúne marcas como Fiat, Jeep, Peugeot e Citroën, registrou um tombo de 48% no lucro líquido do primeiro semestre, para € 5,65 bilhões. Na esteira, a Renault recuou 8,27% em Paris, mesmo após divulgar receita acima das expectativas e margem operacional recorde no primeiro semestre.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 125.954,09 PTS. | Dia -0,37% | Mês 1,65% | Ano -6,13%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
LWSA ON NM	4,45	3,01	10.785
LOJAS RENNERON NM	13,18	2,41	26.595
USIMINAS PNA N1	8,28	2,10	12.561

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

VAMOS ON NM	8,69	-3,55	16.262
CARREFOUR BRON	9,31	-2,92	17.191
PETRORECSA ON NM	20,64	-2,82	5.410

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

22/7 a 22/8	0,0745	0,8457	0,5749	0,5000
23/7 a 23/8	0,0745	0,8461	0,5749	0,5000
24/7 a 24/8	0,0754	0,8470	0,5758	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	39.935,07	0,20	2,09	5,96
FRANKFURT - DAX	18.298,72	-0,48	0,35	9,24
LONDRES - FTSE	8.186,35	0,40	0,27	5,86
TÓQUIO - NIKKEI	37.869,51	-3,28	-4,33	13,16

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,38	3.205,26
	15/5/2035	6,24	2.247,48
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	6,27	4.278,36
PREFIXADO	1º/1/2027	12,03	759,24
	1º/1/2031	12,39	473,92
SELIC	1º/3/2027	0,08	15.099,74

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Maio	Junho	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,46	0,25	2,68	3,70
IGP-M (FGV)	0,89	0,81	1,10	2,45
IGP-DI (FGV)	0,87	0,50	1,11	2,88
IPC (FIPE)	0,09	0,26	1,87	2,93
IPCA (IBGE)	0,46	0,21	2,48	4,23
CUB (Sinduscon)	1,16	0,76	2,19	2,35
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,71	0,69	3,16	5,42

Índices de reajuste do aluguel (Junho)

IGP-M (FGV)	1,0245	IPCA (IBGE)	1,0423
IGP-DI (FGV)	1,0288	INPC (IBGE)	1,0370
IPC-FIPE	1,0293	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (JULHO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.412,00	7,5%
DE R$ 1.412,01 ATÉ R$ 2.666,68	9%
DE R$ 2.666,69 ATÉ R$ 4.000,03	12%
DE R$ 4.000,04 ATÉ R$ 7.786,02	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.412,00 A 7.786,02	20%	DE 282,40 A 1.557,20

VENCIMENTO 7/8. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	10,44	0,10	0,19	-10,39
CDI	10,40	0,00	0,00	-10,73

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	OUT/24	18,66	343.918	17,92	18,70	4,19
CAFÉ NY*	DEZ/24	233,55	72.118	227,50	234,30	1,50
SOJA CBOT**	AGO/24	11,16	60.768	11,035	11,205	0,45
MILHO CBOT**	DEZ/24	4,21	698.378	4,162	4,235	0,66

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	137,37	0,54	-1,86
BOI Cepea/esalq, R$/@	232,20	2,50	-4,68
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	58,91	0,35	6,57
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1425,10	7,40	71,83

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,6478	-0,15	1,06	16,37
DÓLAR TURISMO	5,8760	-0,15	1,36	16,24
EURO	6,1250	-0,10	2,34	14,06
OURO US$/ONÇA-TROY	2359,00	-56,70	-0,94	10,79
WTI US$/BARRIL	78,0000	0,81	-3,98	9,41
IBRENTUS$/BARRIL	82,2400	0,78	-3,09	6,75

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0845	1,2851	0,1770
EURO	0,922	1,0000	1,1849	0,1632
FRANCO SUÍÇO	0,881	0,9554	1,1320	0,1559
LIBRA ESTERLINA	0,778	0,8440	1,0000	0,1377
IENE	153,842	166,8400	197,6870	27,2290

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

CODEVAR

Marcelo Otaviano dos Santos – Presidente Codevar, torna público a ata de registro de preços e adjudica/homologa o Pregão Eletrônico n.º 02/2024, Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação pelos Municípios Consorciados integrantes do Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande - CODEVAR de empresa especializada no fornecimento de licença de uso da Plataforma de Aprendizagem e Reforço, Alfabetização e Leitura, baseada em Jogos Educacionais Digitais, Inteligência Artificial e Gamificação, Avaliação Digital e recomendações automatizadas por meio de Machine Learning, incluindo livros de apoio ao ensino de Língua Portuguesa e Matemática acompanhado para alunos e professores do Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano) e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino dos Consorciados - Empresa vencedora: CD DISTRIBUIDORA DE LIVROS, JOGOS E PRODUTOS EDUCACIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.467.008/0001-87, conforme a seguir: Item – 1 no valor unitário de R$ 380,00 – Educacross – Totalizando o Valor Estimado Total de R$ 17.873.300,00. Barretos, 25 de julho de 2024.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE “08 DE ABRIL”

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE “08 DE ABRIL”, Sr. Paulo de Oliveira Silva, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, faz saber sobre a Dispensa de Licitação – Processo Administrativo **nº 227/2024**, Objeto: contratação direta para aquisição de cama, mesa e banho, mobiliários, utensílios domésticos e eletrodomésticos destinado as residências terapêuticas do Município de Mogi Guaçu - Saúde Mental, sendo vencedoras dos lotes conforme seguem: Lote 01 – Solddinox Distribuidora de Equipamentos Ltda (CNPJ: 50.125.548/0001-36), valor global de R$ 38.454,00; Lote 02 – Scan Life Comercial Ltda (CNPJ: 48.022.479/0001-68), valor global de R$ 7.780,00; Lote 03 e Lote 04 – Comercial Galera Ltda (CNPJ: 02.977.339/0001-78), valor global de R$ 39.997,90 (Lote 03) e valor global de R$ 7.009,94 (Lote 04), embasada no Art. 75, § 3º, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Decreto Municipal nº 9.666/2023, Resolução nº 01/2024 do Consórcio e demais normas e legislações aplicáveis.

Mogi Mirim, 25 de julho de 2024.
Consórcio Intermunicipal de Saúde “08 de Abril”
Paulo de Oliveira Silva - Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE “08 DE ABRIL”

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

EXTRATO DE CONTRATO

A Coordenadora Geral do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE “08 DE ABRIL”, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, faz saber que o Consórcio firmou o Contrato nº 10/2024, pelo período de 12 (doze) meses, referente a Dispensa de Licitação Eletrônica, **Processo Administrativo n° 516/2024**, objeto: contratação de serviço de clínica psiquiatrica para paciente do sexo masculino menor de idade, para tratamento de transornos psiquiátrico e mentais, por período de 03 (três) meses de tratamento, pelo valor global de R$ 12.000,00 (doze mil reais), junto a empresa CLÍNICA LOCUS DEPENDÊNCIA QUIMICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 51.997.152/0001-41.

Mogi Mirim, 25 de julho de 2024.
Consórcio Intermunicipal de Saúde “08 de Abril”
Marice Costa Porto de Moraes
Coordenadora Geral

A SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - TORNA PÚBLICO O EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE CAFÉ E AÇÚCAR
PREGÃO ELETRÔNICO 90018/2024
CONTRATANTE (UASG) (180216)
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAFÉ E AÇÚCAR
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 222.730,00 (duzentos e vinte e dois mil, setecentos e trinta reais)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 06/08/2024 às 10h30min (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item
MODO DE DISPUTA: aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: itens: Grupo 2 e item 5
REALIZAÇÃO: https://compras.sp.gov.br/

HOSPITAL UNIVERSITARIO DA USP
PREGÃO ELETRÔNICO 90091/2024
PROCESSO SEI 154.00003358/2024-34
Ref.: Alteração de edital e nova data

Segue abaixo as alterações que deverão ser consideradas:
Onde se lê:
“154.00003349/2024-43.”
Leia-se:
“154.00003358/2024-34.”
Demais informações e condições permanecem inalteradas.
NOVAS DATAS: DISPONIBILIDADE DO EDITAL NO COMPRAS GOV: 26/07/2024 às 8h
SESSÃO DE ABERTURA: 08/08/2024 às 9h

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA USP
CNPJ nº 63.025.530/0085-12
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 90095/2024 - HU
PROCESSO SEI Nº 154.00003491/2024-91

Torna publico o PREGÃO ELETRÔNICO nº 90095/2024 – HU, menor preço, cujo objeto é DOSADOR ORAL conforme Edital e seus Anexos disponíveis a partir do dia 26/07/2024, nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br. O inicio do Recebimento das Propostas Eletrônicas ocorrerá dia 26/07/2024 a partir das 08h00, estando à sessão de disputa agendada para o dia 08/08/2024 às 09h00, no “Portal de Compras do Governo Federal” - www.gov.br/compras.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE “08 DE ABRIL”

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE “08 DE ABRIL”, Sr. Paulo de Oliveira Silva, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, faz saber sobre a Dispensa de Licitação – Processo Administrativo **n° 513/2024**, Objeto: aquisição de medicamento judicial canabidiol DE 200mg/ml, no total de R$ 21.000,00, sendo vencedora a empresa: Prati, Donaduzzi & Cia Ltda - CNPJ nº 73.856.593/0011-38, no valor total de R$ 21.000,00, embasada no Art. 75, § 3º, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Decreto Municipal nº 9.666/2023, Resolução nº 01/2024 do Consórcio e demais normas e legislações aplicáveis.

Mogi Mirim, 25 de julho de 2024.
Consórcio Intermunicipal de Saúde “08 de Abril”
Paulo de Oliveira Silva
Presidente

Crise Fabricante de violões

Justiça paulista aceita recuperação judicial da Giannini

Centenária, fábrica de instrumentos musicais alega pandemia e instabilidade cambial para acumular dívida de R$ 15,8 milhões

A Giannini, fabricante de instrumentos musicais com mais de 100 anos de história, entrou em recuperação judicial. Nos autos do processo, a empresa diz que a pandemia de covid-19, seguida de uma política de restrição a crédito por parte dos bancos, levou a marca a acumular dívidas de R$ 15,8 milhões. No ambiente de negócios no Brasil, os pedidos de recuperação judicial estão em alta, como mostrou o **Estadão**: o número de casos no primeiro semestre cresceu 71% em comparação com 2023, segundo dados do Serasa.

No caso da Giannini, o processo de recuperação judicial foi aceito na última segunda-feira pelo juiz José Guilherme Di Rienzo Marrey, da 1.ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados a Arbitragem da Comarca de Campinas (SP).

O isolamento social em decorrência do coronavírus provocou o fechamento de diversas lojas que eram clientes da Giannini, o que reduziu o faturamento e aumentou a inadimplência, disse a empresa.

Foi em 2023, porém, que o fluxo de caixa começou a ficar mais prejudicado. "A instabilidade cambial acarretou o aumento da matéria-prima e dos instrumentos musicais importados pela Requerente (*a empresa que pede a recuperação judicial*), o que prejudicou diretamente a sua linha de produção e gerou custos adicionais", afirmou a Giannini. Foi nesse momento que a tentativa de cumprir com as obrigações financeiras com ajuda dos bancos esbarrou no que a empresa chamou de "a maior crise de restrição creditícia das últimas décadas".

Em alta

71% foi o aumento de pedidos de recuperação no 1.º semestre, sobre 2023

HISTÓRIA. A Giannini foi fundada no ano de 1900 na cidade de São Paulo. Após enfrentar crises como a Revolução de 1924 e a 2.ª Guerra, a empresa viveu seu melhor momento na década de 1960, com a popularização da Bossa Nova e da Jovem Guarda. Nesse contexto, a marca passou a fabricar violões elétricos e começou a exportar instrumentos para a Argentina.

Em 2012, a fabricante chegou a inaugurar uma filial em Nova York, mas encerrou as atividades em 2016. Dois anos depois, com a morte do então diretor, Giogio Giannini, seus filhos, Roberto Coen Giannini e Flavio Coen Giannini, assumiram a direção da empresa. ●

Mineradora Balanço

Lucro da Vale sobe 210% ante 2º trimestre de 2023

A Vale apresentou lucro líquido de US$ 2,769 bilhões no segundo trimestre deste ano, alta de 210% ante igual período de 2023 e 65% superior na comparação trimestral, de acordo com balanço divulgado ontem. A expansão reflete o aumento das vendas de minério de ferro, que tiveram expansão anual de 7% e no trimestre de 25%, impulsionadas por uma produção recorde para um segundo trimestre desde 2018, bem como pelas vendas de estoques, de acordo com o balanço.

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado ficou em US$ 3,993 bilhões, resultado estável na comparação com o segundo período de 2023 e 16% maior na comparação com os três meses imediatamente anteriores.

A receita líquida de vendas no segundo trimestre de 2024 somaram US$ 9,920 bilhões, aumento de 3% ante igual período do ano anterior. Na comparação trimestral, quando a cifra anterior foi de US$ 8,459 bilhões, houve avanço de 17%.

"Nosso forte desempenho operacional continua trimestre após trimestre. Em soluções de minério de ferro, alcançamos uma produção recorde para um segundo trimestre desde 2018", diz o presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, no balanço.

Segundo ele, como parte do objetivo estratégico da mineradora, de se tornar o fornecedor preferido de aço de baixo carbono, a empresa está avançando em projetos importantes de crescimento, como Vargem Grande e Capanema, que juntos adicionarão 30 milhões de toneladas de capacidade nos próximos 12 meses. ● JORGE BARBOSA e ALTAMIRO SILVA JUNIOR

Perspectivas
Expansão reflete alta das vendas de minério de ferro, que tiveram elevação anual de 7%

C10 E C11 A fundo

Especialistas falam da importância do ensino de música para crianças

CULTURA & COMPORTAMENTO
Sextou! | Divirta-se | UM GUIA SEMANAL
C2

O ESTADO DE S. PAULO
SEXTA-FEIRA, 26 DE JULHO DE 2024

20TH CENTURY STUDIOS/MARVEL STUDIOS

Cinema

Heróis para sempre

Ryan Reynolds e Hugh Jackman retomam papéis em 'Deadpool & Wolverine'

O mercenário tagarela Wade Wilson (Reynolds) e o poderoso mutante Wolverine (Jackman)

KYLE BUCHANAN
THE NEW YORK TIMES

Se existe uma fórmula mágica para garantir o sucesso em Hollywood, *Deadpool & Wolverine* parece tê-la refinado com um cálculo simples: basta adicionar o super-herói X-Men de Hugh Jackman à franquia de quadrinhos ancorada por Ryan Reynolds e colher os lucros. Então, por que foi tão difícil tirar do papel um filme projetado para ser o maior blockbuster do ano?

Embora Reynolds tenha passado muitos anos defendendo a ideia de formar uma dupla com seu colega e amigo, Jackman de início resistiu, preferindo deixar o bem avaliado *Logan* (2017) ser seu canto do cisne como o mutante Wolverine. E, embora a fusão da Disney com a Fox tenha permitido que Reynolds ambientasse o terceiro filme de *Deadpool*, estrelado por seu mercenário proibido para menores, no até então inacessível Universo Cinematográfico da Marvel, ele sofreu para criar uma história que pudesse capitalizar essa oportunidade. "Foi muito difícil encontrar a coisa certa", diz Reynolds.

Em agosto de 2022, quando Reynolds e o diretor Shawn Levy já estavam discutindo a possibilidade de desistir da sequência, Jackman fez uma ligação surpresa e disse a eles que estava disposto a dar mais uma chance ao seu papel clássico. "Há umas partes do Wolverine que eu queria explorar, mas não consegui", afirmou Jackman.

Sextou!

GUARDIÕES. Numa videochamada no fim de junho, os dois falaram sobre o longo processo de interpretar e, por fim, se tornar o guardião de grandes personagens da cultura pop.

Reynolds travou uma batalha dura para fazer o primeiro *Deadpool* (2016), que só recebeu sinal verde depois que imagens de teste vazadas viraram sensação na internet. Com um orçamento modesto de US$ 58 milhões, o filme arrecadou US$ 782,8 milhões no mundo todo e deu a Reynolds sua primeira franquia de verdade.

"Eu era um ator semibem conhecido", diz Reynolds, acrescentando, em tom de brincadeira: "Não sei como dizer isso sem parecer idiota. Mas eu tinha 37 anos quando *Deadpool* teve sua fase de fenômeno da cultura pop e sou muito grato por ter tido esse momento, porque eu sabia muito bem como aproveitá-lo".

Jackman, hoje com 55 anos, que interpreta Wolverine há duas décadas e meia, faz que sim com a cabeça, concordando com o que Reynolds fala. Para o primeiro filme dos X-Men, o ator foi levado de avião até o Canadá para substituir às pressas Dougray Scott, que tinha desistido da produção por causa de conflitos na agenda. Wolverine foi sua estreia em Hollywood.

Antes mesmo das filmagens ele pensou que aquele poderia ser um papel realmente marcante na sua trajetória. "Tive um problema de documentação na fronteira do Canadá e me disseram que eu seria mandado de volta. Aí pensei: 'Pronto, acabei de perder a maior oportunidade da minha vida'. Falei sobre isso para o cara da imigração e ele disse: 'Desculpe, não estou entendendo. Você é animador de desenho?'. E eu respondi: 'Não. É um filme de live action'. Ele falou: 'Espera aí, você é o Wolverine em live action?'. E aí eu já estava tirando fotos, dando autógrafos, e resolveram toda a papelada imediatamente."

DRAGÃO. Reynolds descreve experiência semelhante e diz que *Deadpool* mudou sua vida. Por isso, acredita na nova produção. "Ninguém ficou no piloto automático nem por um segundo." Jackman concorda. "Com esses personagens em particular, tenho plena consciência do que é domar um dragão. Dou tudo de mim porque respeito o personagem, respeito a cultura dos fãs, o legado das histórias em quadrinhos. Talvez seja porque tenho 55 anos, mas sinto que estou me abrindo e gostando de interpretar o personagem de um jeito que nunca senti antes", afirma.

Reynolds demorou quase dez anos para conseguir levar adiante o projeto do primeiro *Deadpool*, que estreou há 8 anos. "Até abri mão de ser pago só para pôr o filme nas telas. Acho que um dos grandes inimigos da criatividade é o excesso de tempo e dinheiro. Colocamos o foco no personagem, e não no espetáculo, o que é difícil de fazer num filme de quadrinhos. Eu me envolvi em cada detalhe, não me sentia assim havia muito, muito tempo."

Ele conta ainda que foi difícil conseguir uma ideia de história que parecesse certa para a Marvel, mas sabia que ela envolveria o personagem de Jackman. "A primeira proposta que fiz, cinco ou seis anos atrás, foi um filme do Deadpool com o Wolverine. É o que sempre quis. Após ver o primeiro trailer de *Logan*, escrevi um curta para ser exibido antes dele. Eu queria orbitar aquele filme de todas as maneiras." ●

TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

Direto da Fonte
Gilberto Amendola

gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

Sábia Ignorância

Gabriela Prioli não quer afastar divergências na TV

Ex-Saia Justa e CNN, a advogada criminalista Gabriela Prioli chegou à entrevista por videoconferência na hora do almoço, muito bem arrumada e com a cabeça a mil, pensando em uma pauta sobre a desistência de Biden de concorrer à reeleição nos Estados Unidos. Não que seu novo programa no GNT, *Sábia Ignorância*, que vai ao ar às 21h45 de segunda-feira, seja focado em política, mas também não deixará de abordar o tema para tratar, por exemplo, de preconceito de idade.

"Quando a gente monta um programa para falar sobre etarismo e como envelhecer, não dá para deixar de mencionar Biden. Até porque, a capa da *The Economist*, que além de etarista é capacitista, colocou o presidente com andador, reforçando um preconceito que recai sobre pessoas mais velhas, a partir de um fato histórico relevantíssimo."

Os formadores de opinião, ela lembra, precisam tecer suas considerações para aquilo que é válido: "Uma coisa é ele desistir por não se caracterizar como melhor candidato democrata para a eleição para presidente dos Estados Unidos; isso não significa que uma pessoa, a partir da idade X, não esteja apta para fazer qualquer coisa e usar isso para justificar preconceitos".

Prioli quer com o *Sábia Ignorância* aprofundar seu propósito na comunicação, que consiste em juntar a cultura pop com o universo acadêmico. Ela ouviu no início do seu trabalho que isso era impossível, mas a advogada sabe divergir e confia no seu taco. O programa terá um convidado especialista em alguma área do saber e uma celebridade, além dela como apresentadora e mediadora.

Os participantes se acomodam em um sofá aconchegante. Há também muitas dinâmicas para promover leveza. O convidado famoso e o especialista podem fazer perguntas e interagir entre si, e o intuito é que a conversa se aprofunde de um jeito agradável de assistir. Na estreia, na última segunda-feira, os convidados foram o psicanalista Christian Dunker e a atriz Giovanna Ewbank.

Questionada se a divergência é uma das suas marcas como comunicadora e se é importante para alimentar debates na TV, Priolli comentou: "Acho importante para o programa não afastar a divergência porque ela está aí no mundo. Se as pessoas concordassem sobre tudo, a gente não estaria o tempo todo falando de uma sociedade polarizada. Então, ou as pessoas sentam para conversar ou vão ficar presas dentro de suas bolhas".

Como comentarista, Prioli viralizou no "Saia Justa", divergindo de Astrid Fontenelle sobre a Festa de São João. Astrid defendeu a presença de artistas e da cultura tradicional e não de axé, por exemplo, enquanto Prioli bateu o pé que o modelo da festa não deve ser imposto por ninguém.

A advogada relembrou o episódio, dizendo que tinha segurança sobre sua opinião e um quê de intuição: "Aquele nosso debate, acho que foi absolutamente saudável", e continuo pensando assim, "não sou ninguém para dizer o que as pessoas devem gostar". ● PAULA BONELLI

KELLY FURZARO

'Acho importante para o programa não afastar a divergência'

Inaugurada a Biblioteca José Maria Mayrink

Foi inaugurada a Casa de Cultura e Biblioteca Pública José Maria Mayrink em Jequeri, Minas Gerais. A biblioteca recebeu o acervo pessoal de cerca de 1.400 obras do jornalista e escritor José Maria Mayrink, nascido na cidade em 1938, e que trabalhou no **Estadão** até 2020, ano de seu falecimento. O evento contou com a presença do prefeito de Jequeri, Adilson Lopes Silva.

ARQUIVO PESSOAL

Balcão do Giba

NO FLORA BAR. Após mais que dobrar de tamanho, o Flora Bar tem uma nova carta de coquetéis assinada pela ótima Chula Barmaid. Um dos destaques do menu é o coquetel Beta Vulgaris – que leva jerez com folhas de beterraba, blend de vermute tinto, amarena e bitter caseiro de cascas de laranja e tangerina. O Flora fica na Rua Padre João Manuel, 795 - Jardim Paulista.

MARIO RODRIGUES

DENISE ANDRADE

1. Lucas Cimino e Paulo Petrarca na abertura das exposições "O Ateliê Fotográfico" na Zipper Galeria. 2. Paula Borghi. 3. André Feliciano.

Música

Jazz fusion

Stanley Jordan celebra seus 65 anos com show no Blue Note

Stanley Jordan faz parte daquele rol de músicos que, vira e mexe, dá um jeitinho de aparecer por aqui. 'Sempre que venho ao Brasil, sinto como se estivesse em casa", declarou no ano passado, antes de se apresentar no festival The Town, em São Paulo.

A primeira vez que o jazzista veio ao Brasil foi em 1985, quando sua carreira decolou, com o álbum *Magic Touch*. Agora, o guitarrista americano mostra seu jazz fusion em show solo

ERNESTO RODRIGUES/ESTADÃO – 12/12/2012

Jordan costuma tocar com as duas mãos no braço da guitarra

em duas sessões no Blue Note (casa que também conhece bem), exatamente no dia em que completa 65 anos. Com mais de 40 de carreira, ele é conhecido por ter levado a técnica "the touch" ou "tapping", em que se toca a guitarra com as duas mãos no braço do instrumento, a outros patamares.

"Eu gosto daquela ideia de jazz-rock que se tornou popular após *Bitches Brew* (*álbum gravado por Miles Davis em 1970*), mas não de toda a ideia. Quando eu faço a fusão de dois gêneros, procuro misturar as suas propriedades. Por isso, acho que se trata mais de uma integração do que uma fusão. Integração é juntar as coisas e criar algo à frente", disse o músico ao **Estadão**, em entrevista concedida em 2017.

Jordan já declarou em outras ocasiões que sua música também foi muito influenciada pelos ritmos brasileiros. Ele inclusive já gravou com Milton Nascimento (a canção *Tamarear*, de 2014) e se apresentou ao lado de Jorge Ben Jor.

Durante suas apresentações no Brasil (além de São Paulo, ele passou pelo Rio esta semana), ele terá nos palcos a companhia do baixista Dudu Lima e do baterista Leandro Scio Brandão (que substitui Ivan Conti, o Mamão, morto em 2023). ●

Stanley Jordan
Blue Note. Av. Paulista, 2.073. Quarta (31), 20h e 22h30. Ingressos: R$ 180/R$ 280, pela plataforma Eventim

Leia outras entrevistas com elencos e diretores e críticas sobre teatro, dança, ópera e circo

Clássicos revisitados

Espetáculo une óperas para discutir traumas individuais

'O Castelo do Barba-Azul', de Bartók, e 'Eu, Vulcânica', de Malin Bang, sobem juntas ao palco do Teatro Municipal

O Teatro Municipal de São Paulo estreia nesta sexta, 26, o espetáculo *O Olhar de Judith*, formado por uma dobradinha de óperas: *O Castelo do Barba-Azul*, de Bela Bartók, e *Eu, Vulcânica*, de Malin Bang. A presença lado a lado no palco não é apenas coincidência: *Eu, Vulcânica* foi escrita no ano passado como uma continuação moderna à obra do compositor húngaro, estreada em 1918.

Barba-Azul é baseada na peça *Ariane et Barbe-Bleu*, de Maurice Maeterlinck, representante do movimento simbolista. A jovem Ariane, que na ópera é rebatizada de Judith, após seu casamento com o duque é conduzida por ele à sua fortaleza. Lá, sete portas escondem os mais profundos segredos do marido. E, ao longo da ópera, ela fará com que ele os revele um a um, porta a porta. Por isso, no entanto, Judith será obrigada a pagar com a própria vida.

A compositora sueca Malin Bang parte daí para compor a sua ópera. Em *Eu, Vulcânica*, ela imagina o que poderia ter acontecido com Judith caso não tivesse morrido no final da obra de Bartók. "Ela começa a história de um modo exuberante, eufórico. Mas, aos poucos, começa a perder o equilíbrio e passa, então, por sete fases de pesar, de luto, até encontrar a sua voz novamente", diz a soprano sueca Alexandra Büchel, que interpreta Judith na peça de sua conterrânea.

"Na verdade, esse caminho da personagem é uma proposta de reflexão sobre relacionamentos tóxicos, sobre como lidamos com as diferentes formas de violência e com os nossos traumas. Judith precisa aceitar a perda para poder encontrar a si mesma uma vez mais, e esse não é um trajeto simples ou fácil de percorrer."

A concepção cênica de *O Olhar de Judith* é de Wouter Van Looy, diretor do Muziektheater Transparant da Bélgica, onde o espetáculo estreou em 2023. Para ele, apesar da presença do olhar feminino na gênese de *Eu, Vulcânica*, o texto e a música tratam de questões universais, como a capacidade de reconstrução do indivíduo. "É também um apelo para aceitar a fluidez da vida, como descrita pelo filósofo Zygmunt Bauman", afirma.

> ***"Judith começa a história eufórica. Mas, aos poucos, perde o equilíbrio e passa, então, por sete fases de pesar, de luto, até encontrar a sua voz novamente"***
> **Alexandra Büchel**
> **Soprano**

O maestro Roberto Minczuk rege a Orquestra Sinfônica Municipal. Em *O Castelo do Barba-Azul*, atuam o baixo Hernan Iturralde e a mezzo-soprano Denise de Freitas. Já o elenco da ópera de Malin Bang é formado, além de Alexandra Büchel, pela soprano Laiana Oliveira e pelo barítono Flavio Mello. A atriz Gilda Nomacce participa das duas óperas. ●

O Olhar de Judith
Óperas de Bartók e Malin Bang. Teatro Municipal de São Paulo. Pça. Ramos de Azevedo, s/nº. 6ª (26) e 3ª (30), 20h; sábado (27) e domingo (28), 17h. R$ 31/R$ 200

LARISSA PAZ

Cena de 'Eu, Vulcânica': texto simbolista de 1901 como inspiração

Os Satyros apresentam 'A Casa de Bernarda Alba', de Lorca

Após *Fernanda Montenegro Lê Simone de Beauvoir*, o palco do Teatro Raul Cortez, do Sesc 14 Bis, recebe até meados de agosto a companhia Os Satyros para apresentações de uma leitura contemporânea de *A Casa de Bernarda Alba*, de Federico García Lorca, com direção de Rodolfo García Vásquez.

A peça foi a última escrita pelo poeta e dramaturgo espanhol – e fecha uma trilogia inspirada em dramas folclóricos, composta ainda por *Bodas de Sangue*, de 1933, e *Yerma*, de 1934. Lorca não a viu no palco: pouco depois de finalizar a criação, ele foi preso e morto, em agosto de 1936.

O texto original se passa em uma localidade rural da Andaluzia, mais precisamente na casa onde uma matriarca vive com suas cinco filhas, a mãe e uma empregada. A relação de Bernarda com suas filhas serve como microcosmos das relações sociais. Ela cerceia a liberdade das moças; esconde sua mãe; e oprime os empregados.

REFLEXÕES. A obra original – e a produção dos Satyros, que se propõe a reinterpretá-la por meio de um olhar que possa dialogar com o nosso tempo – reflete sobre temas como machismo, repressão, desejo, liberdade e sobre os espaços que a sociedade coloca para o masculino e o feminino.

Por conta disso, o espetáculo conta com três elencos e, em cada um dos dias de apresentação, haverá sessões com um elenco feminino, um elenco masculino ou então com um elenco misto. Nas datas com o elenco misto, o público será convidado a participar de um jogo teatral para escolher se a versão masculina ou feminina representará Bernarda Alba. ●

A Casa de Bernarda Alba
Sesc 14 Bis. R. Dr. Plínio Barreto, 285. 5ª a sáb., 20h; dom., 18h. Sessões extras em 2/8 e 9/8, 15h; e de 1º/8 a 3/8, 20h. R$ 60. **Até 18/8**

Sextou! Paladar

Coloque na agenda: queijeiros fazem feira gratuita em São Paulo no começo de agosto

LEO MARTINS/ESTADÃO – 22/8/2019

Chorizos, tomahawks e vacíos

Pobre Juan celebra 20 anos de dedicação ao preparo da carne

Com 16 casas em diferentes cidades brasileiras, restaurante trabalha com 17 cortes especiais

FERNANDA MENEGUETTI

POBRE JUAN

Churrascaria convidou chefs especializados para programação de aniversário, que começa em agosto

Até 2004, Luiz Marsaioli e Cristiano Melles eram apenas amigos carnívoros que se reuniam semanalmente para comer uma bela picanha. Vinte anos depois, os fundadores do Pobre Juan seguem compartilhando o churrasco, mas o contexto agora é outro.

"Antes era uma vez por semana, agora não tem dia: terça, quarta, sexta, domingo a gente se encontra em um Pobre Juan. Na segunda, até tentamos tomar uma sopa, mas acabamos visitando outros restaurantes para acompanhar tendências e o mercado gastronômico", conta Marsaioli.

Com 16 endereços (em São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Goiânia, Manaus, Recife e Porto Alegre) e o plano de abrir novos espaços, a carne não sai do cardápio dos dois amigos.

"No começo, a ideia era ter um lugar bonito. E o lugar foi um achado, um terreno repleto de árvores na Vila Olímpia. Mas também queríamos música boa, vinho e, acima de tudo, carnes de qualidade numa atmosfera diferente das churrascarias tradicionais", relembra Cristiano Melles.

Com os desejos realizados, a dupla passou a receber convites para abrir casas pelo Brasil: "Temos um cuidado gigante com a marca, só vamos quando podemos replicar exatamente a mesma experiência, porque assim as pessoas continuam indo". Nesse sentido, a primeira réplica veio em 2008, no bairro de Higienópolis.

A experiência implicava – e continua implicando – 17 cortes. A carne é argentina, uruguaia ou brasileira, por vezes até australiana. "O que garante a qualidade é que trabalhamos apenas com raças britânicas e temos um protocolo rígido para homologação de fornecedores. O protocolo é um segredo, mas tem a ver com a alimentação e a idade do abate", explica Marsaioli.

> ***"Trabalhamos apenas com raças britânicas e temos um protocolo rígido para a homologação dos fornecedores. O protocolo é um segredo, mas tem a ver com a alimentação e a idade do abate"***
> **Luiz Marsaioli**
> **Sócio**

Entre chorizos, tomahawks e vacíos, o corte estrela é o bife Pobre Juan (R$ 172, com 250 gramas, ou R$ 304, com 500 gramas). Chamado de "ceja" pelos hermanos, é a ponta macia e marmorizada do bife ancho, que harmoniza perfeitamente com a maior invenção da casa, a farofa de pistache (R$ 75).

FESTA. Talvez pela inspiração nas parrillas de Buenos Aires, duas décadas depois, os cortes argentinos, como ojo del bife, seguem como carros-chefes nas 16 casas. Os amigos, no entanto, entendem carne de uma maneira mais ampla: como arte, como festa.

"Estamos celebrando nossos 20 anos com uma série de eventos. Começamos com jantares de chefs convidados. Trouxemos o Yoji Tokuyoshi, do Japão, Alberto Landgraf, do Rio, e Andé Saburó, do Recife, para mostrar técnica e rigor nesse ofício que é trabalhar a carne: no caso deles, mais de peixes", comenta Marsaioli.

Até o fim do ano haverá mais comemorações. A primeira será o Tango de Los 20, em 17 de agosto, realizado simultaneamente em todas as unidades. Jantares especiais também estão previstos para Manaus, Brasília e Porto Alegre. O encerramento, por sua vez, será com outro amigo, o italiano Dario Cecchini. A data não está definida, mas o açougueiro mais famoso do mundo fechará o ciclo no Pobre Juan do Shopping Cidade Jardim. ●

Pobre Juan
R. Comendador Miguel Calfat, 525, Vila Olímpia. 2ª a 5ª, 12h/15h e 19h/22h; 6ª e sáb., 12h/23h; dom., 12h/20h.
Tel.: (11) 2397-0099

Quando o couvert também é atração

LÍGIA PRESTES

Èze

O restaurante inspira-se nos sabores da Riviera Francesa e as entradas propõem leitura mediterrânea do couvert, com tomates marinados com anchova e um trio de pastas com direito a coalhada, caviar de berinjela e manteiga noisette com flor de sal.

Èze. Al. Tietê, 513; @restaurante.eze

RODOLFO REGINI

A Bela Sintra

Um couvert cheio de personalidade, com pães de fabricação própria, torradas, queijo fresco, coalhada, antepastos, ovos de codorna, bolinhos de bacalhau e croquetes de carne. No almoço, você pode prová-lo por R$ 38 e, no jantar, por R$ 47.

A Bela Sintra. R. Bela Cintra, 2.325

Sextou! Divirta-se

Dos dois lados do Atlântico

Arte africana reabre Galeria da Fiesp

Espaço ficou fechado durante 18 meses para reforma; mostra tem peças do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP

A mostra inédita Outros Navios: Uma Coleção Afro-Atlântica, que entra em cartaz esta semana e fica aberta até fevereiro, marca a reabertura da Galeria de Arte da Fiesp, na Avenida Paulista, após uma reforma que durou 18 meses.

A exibição apresenta parte da coleção de artes africana e afro-brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, com peças que foram adquiridas por meio de doações ou em compras feitas a partir da década de 1960, quando os movimentos de independência das ex-colônias na África se consolidavam.

São mais de 300 itens – alguns jamais expostos –, incluindo joias, tecidos, máscaras, objetos do cotidiano e esculturas de diferentes épocas e culturas africanas.

Os curadores Carla Gibertoni Carneiro, Renato Araújo da Silva e Rosa C. R. Vieira também incluíram na exposição obras de artistas contemporâneos brasileiros.

"São expostas igualmente as artes no Brasil, entendendo a coleção não como africana, mas, sim, afro-atlântica. As obras de artistas contemporâneos, além disso, indicam que uma coleção não é fixa e pode ser recomposta para apontar outros navios à vista", explicam os curadores. ●

Outros Navios: Uma Coleção Afro-Atlântica
Galeria de Arte do Centro Cultural Fiesp. Av. Paulista, 1.313. 3ª a domingo, 10h/20h. Gratuito. **Até 16/2/25**

EDSON KUMASAKA

Máscara Gueledê, do povo Nagô (ioruba), da República Popular do Benin, parte da mostra

Estreias de teatro

'Rei Lear'

A Cia. Extemporânea apresenta *Rei Lear*, de Shakespeare, com um elenco formado por drag queens. Acredita-se que Shakespeare tenha cunhado o termo "drag" em uma época em que mulheres eram proibidas de atuar e homens tinham de assumir papéis femininos. Direção de Ines Bushatsky.

Sesc Consolação. R. Dr. Vila Nova, 245. 6ª e sáb., 20h; dom., 18h. R$ 50. **Até 25/8**

'Para Não Gritar'

Musical em homenagem a Caio Fernando Abreu acompanha o escritor em um retorno à casa onde viveu os seus últimos anos. Com a ajuda de suas personagens, ele tenta entender sua própria trajetória. A direção é de Erika Altimeyer.

SP Escola de Teatro. Praça Franklin Roosevelt, 210. 6ª e sáb., 20h30; dom., 18h. R$ 50. **Até 28/8**

'Carmen Miranda – Pra Você Gostar de Mim'

O musical comemora os 115 anos de nascimento de Carmen Miranda. A trama mostra a artista já consagrada, que retorna ao Brasil para um show no Cassino da Urca e acaba vaiada por supostamente "ter se vendido ao governo americano". Direção de Celso Correia Lopes.

Teatro das Artes. Av. Rebouças, 3.970. 3ª, 20h. R$ 100. **Até 27/8**

Exposições

A Fonte Deságua na Floresta

RODRIGO BRAGA

A mostra reúne trabalhos de 18 artistas brasileiros e de outros países da América Latina que produziram suas obras a partir da observação da interdependência entre água e floresta. A curadoria da exposição é de Paula Borghi.

Fonte. R. Mourato Coelho, 751. Abre sáb. (27/7). 5ª e 6ª, 14h/19h; sábado, 11h/17h. Gratuito. **Até 30/8**

Múltiplos

GASTÃO DEBREIX

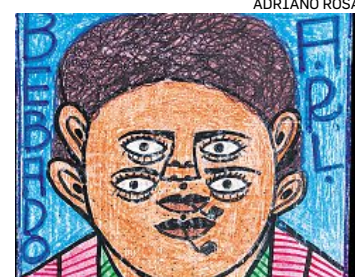
Em mostra individual, o artista plástico, poeta visual e designer brasileiro Gastão Debreix usa materiais como terra, areia, carvão, cinza e tijolos para criar uma serigrafia única, pela qual expressa símbolos e transforma poesia em imagens.

A Casa Rubra. R. Amaro Cavalheiro, 75. Abre sáb. (27/7). 4ª a 6ª, 11h/19h, sáb., 11h/17h. Gratuito. **Até 7/9**

A.R.L. Vida e Obra

ADRIANO ROSA

A mostra traça um panorama da produção de Antônio Roseno de Lima (1926-1988). Apesar das condições adversas em que vivia, na favela de Três Marias, ele expressava seus sonhos e observações por meio de uma arte bruta e colorida, com autorretratos e imagens de animais, bêbados e outros personagens.

CCBB. Prédio Anexo. R. da Quitanda, 80. De 4ª a 2ª, 9h/20h. Gratuito. **Até 19/9**

Ao longo da semana, nas edições do **Caderno 2**, este selo identifica outros destaques da programação cultural. Acompanhe!

Confira mais destaques da agenda da semana, como show de Maria Gadú na Audio Eventos

TATIANA MORAES

Maratona

Mostras homenageiam cineastas americanos

Duas mostras, em espaços diferentes da cidade, vão apresentar nos próximos dias alguns dos principais filmes das últimas décadas – com homenagens aos diretores David Lynch e Paul Thomas Anderson.

O Mubi Fest, que ocorre entre hoje, 26, e domingo, 28, na Cinemateca Brasileira, tem na seleção filmes como *Mistérios da Carne*, de Gregg Araki; *Titane*, de Julia Ducournau; e *Oldboy*, de Park Chan-wook, em uma sessão em 4k.

De David Lynch, serão exibidos *Veludo Azul* e *Cidade dos Sonhos*. A mostra inclui ainda a pré-estreia de *Estranho Caminho*, de Guto Parente.

Já o CineSesc apresenta até quarta, 31 de julho, a Mostra Paul Thomas Anderson, com os nove longas escritos e dirigidos pelo cineasta – *Boogie Nights*, *Magnólia*, *Vício Inerente* e *Licorice Pizza* estão entre os destaques. Também haverá a exibição de dois filmes que influenciaram o diretor: *De Olhos Bem Fechados*, de Stanley Kubrick, e *O Tesouro de Sierra Madre*, de John Huston. ●

Mubi Fest
Cinemateca Brasileira. Largo Senador Raul Cardoso, 207. R$ 20

Mostra Paul Thomas Anderson
Cinesesc. R. Augusta, 2.075. R$ 24/R$ 30. **Até 31/7**

WARNER BROS.

'Vício Inerente', de 2014, integra retrospectiva do cineasta americano Paul Thomas Anderson no Cinesesc

Estreias de cinema

IMOVISION

'O Mal Não Existe'

Em Mizubiki, uma pequena vila próxima a Tóquio, Takumi e sua filha Hana têm suas rotinas transformadas quando são anunciados os planos para a construção de um retiro para habitantes da cidade ao lado de sua casa. A direção é de Ryusuke Hamaguchi.

SONY

'Pequenas Cartas Obscenas'

Na comédia dirigida por Thea Sharrock e estrelada por Olivia Colman, uma senhora começa a receber cartas maldosas, com palavrões e obscenidades. A cidade desconfia de uma das moradoras. E um julgamento tem início.

'Votos'

O documentário de Ângela Patrícia Reiniger acompanha a história de duas pessoas, uma no Rio e outra em São Paulo, que decidem fazer os votos de conversão de costumes (pobreza e castidade), obediência e estabilidade e entrar para o claustro e a vida monástica.

Estreias no streaming

Comédia

'Decameron'

Acredite: a peste bubônica é o tema desta nova comédia. Estrelada por Tony Hale, Zosia Mamet e Tanya Reynolds, a produção acompanha um grupo de nobres e seus servos lidando com a crise enquanto se resguardam em uma mansão. Mas o edifício luxuoso, que deveria ser um refúgio, vira um verdadeiro caos.
Disponível na Netflix

NETFLIX

Música

'Bastidores do Pop: O Esquema das Boy Bands'

Lou Pearlman foi uma das figuras mais influentes do pop nos anos 1990. Responsável pelas carreiras de grandes boy bands, como Backstreet Boys e NSYNC, ele poderia ser considerado um verdadeiro magnata da música. Mas sua história é bem mais complexa e leva a uma reflexão sobre fama e ganância.
Disponível na Netflix

NETFLIX

Documentário

'Bem-vindos ao Wrexham'

Donos do Wrexham Football Club desde 2020, Rob McElhenney e Ryan Reynolds assistiram de camarote a volta do time para a Liga Inglesa de Futebol após 15 temporadas. Agora, no terceiro ano da série documental, os proprietários têm um novo desafio: garantir que o clube, no mínimo, permaneça na quarta divisão.
Disponível no Disney+

DISNEY

Shows

Rock

Laura Finocchiaro

No show *Mulher de Púrpura*, a cantora faz um tributo a Rita Lee e Cássia Eller.

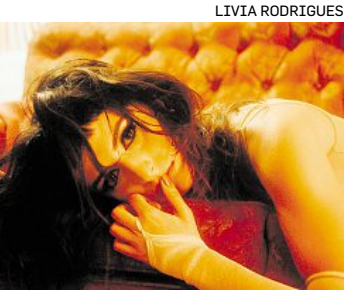
Sesc Belenzinho. R. Padre Adelino, 1.000. Sáb. (27), 21h. R$ 15/R$ 50

IVAN ABUJAMRA

Pop

Duda Brack

Cantora lança *Proibido Não Gostar*, em que une ritmos latinos e brasileiros.

Sesc 24 de Maio. R. 24 de Maio, 109. 6ª (26), 20h. R$ 15/R$ 50

LIVIA RODRIGUES

Manguebeat

Mestre Ambrósio

Banda celebra 30 anos reunindo sua formação original e revisitando discos.

Natura Musical. R. Artur de Azevedo, 2.134. 6ª (26), 22h. R$ 50/R$ 100

JOSÉ DE H

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Sextou! De Lua Vazia
Data estelar: Lua Vazia das 19h13 até 14h24 de amanhã

Sextou! Mas, se você espera objetivamente que a noite de hoje proveja com divertimento e excitação, pode começar a tirar o cavalinho da chuva, porque durante as Luas Vazias é melhor não fazer planos objetivos, já que é o tempo cósmico da interiorização, de nos abstrairmos da realidade exterior e fincarmos raízes na alegria leve da despreocupação.

Portanto, se você quiser sextar sem esperar nada objetivo, mas encarar tudo com a alma aberta e leve, então é certo que aproveitará este sagrado momento com tudo que pode lhe oferecer.

Perfeito seria se dedicar a uma boa leitura, a colocar o papo em dia com as pessoas que ajudem a pensar direito sobre o que acontece no mundo, porque nesse se cozinham futuros para os quais todos nós precisamos nos preparar para assumir uma posição firme. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Como sempre, você fará sua vontade, mas também como sempre, não é sua vontade a que seria melhor colocar em prática. São momentos muito complexos os atuais, que precisam ser administrados com mais sabedoria que o habitual.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Você pode iniciar a ação que tiver em mente, mas seria melhor manter uma postura flexível, disposta a mudar de rumo a qualquer momento, porque é muito provável que a vida lhe apresente nuances antes despercebidas.

LEÃO 22-7 a 22-8
O caminho mais duro e sacrificado não é necessariamente o que lhe brindará com melhores resultados. Agora não é hora de fazer sacrifícios nem austeridades severas, melhor você se motivar mais por manter o bem-estar.

LIBRA 23-9 a 22-10
Nem sempre os conselhos e orientações que as pessoas lhe oferecem têm boas e puras intenções por trás, e se você seguir por essa linha é provável que descubra as verdadeiras motivações quando já seja tarde demais.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
A urgência que você sente para que as coisas mudem e se tornem um pouco mais excitantes, para sair do lugar comum, há de ser tratada com cuidado, porque toda precipitação, neste momento, tende a ser contraproducente.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Mesmo as pessoas que se dizem amigas também têm motivações egoístas, que você precisa verificar direito antes de continuar em frente com as orientações que elas oferecem. Não são pessoas más, são apenas egoístas.

TOURO 21-4 a 20-5
Nem sempre é possível você fazer apenas o que deseja, porque a vida é cheia de obrigações e de rotinas que precisam ser sustentadas, a despeito de você não ter nenhuma simpatia por elas. Melhor não brigar com isso.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Uma vez que sua alma tenha certeza sobre o que pretende fazer, provavelmente aconteçam coisas que poderiam ser utilizadas para rever essas certezas e, também, mudar o rumo. Melhor sua alma ficar atenta para isso.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Do fundo de sua alma emergem motivações que são desconhecidas até pelas pessoas mais íntimas, e seria o caso de você se antecipar aos resultados, para ver se deseja mesmo que sua intimidade seja aberta e conhecida.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
O que parece certo fazer, na prática talvez revele nuances que indicariam que, se você as antecipar, saberá ser melhor rever os planos e certezas. Toda demora agregará benefícios ao seu caminho neste momento.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Talvez você esteja complicando o que não precisaria ser abordado com ideações tão retorcidas. Tudo tende a ser mais simples do que parece, portanto, seria o caso de você relaxar e, se possível, pensar menos.

PEIXES 20-2 a 20-3
Quando as pessoas apontam erros e afirmam que fazem isso pelo seu bem, provavelmente escondem segundas e terceiras intenções que não são tão puras assim. Melhor deixar passar isso sem criar grandes confusões.

Literatura *Música*

Dividida em duas partes, biografia de Cher chega às lojas em dezembro

'The Memoir, Part One' aborda de sua infância ao casamento com Sonny Bono; volume 2 será lançado em 2025

Capa da primeira parte da biografia da cantora

Depois de anos trabalhando em sua biografia, a cantora Cher, de 78 anos, está pronta para compartilhá-la com o mundo. Na quarta-feira, 24, a artista revelou a capa da edição que deve chegar às lojas em 19 de novembro nos Estados Unidos e, no Brasil, em dezembro. A obra é dividida em duas partes – a segunda sai em 2025.

Intitulada *Cher: The Memoir, Part One*, a primeira parte aborda desde sua infância até seu casamento com o cantor e produtor Sonny Bono – com quem ela esteve casada entre 1964 e 1975 e que morreu em 1998. Segundo comunicado da editora Dey Street Books (do grupo Harper & Collins), Cher compartilha detalhes de um "relacionamento altamente complicado, que os tornou famosos no mundo inteiro e que, ao final, os separou".

Vencedora em Cannes, ganhadora dos prêmios Emmy e Grammy, Cher é figura central da música norte-americana. O livro, segundo a editora, mostra "como esse diamante bruto conseguiu tornar-se a superestrela que o mundo foi incapaz de ignorar por mais de meio século". ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Mauricio de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Estimamos pouco o que obtemos com facilidade"* **Thomas Paine**

Lusa Silvestre

Brad Pitt não toma banho

Brad Pitt não toma banho. Jake Gyllenhaall e Ashton Kutcher também não. Como estrela de Hollywood é cheia de nhecos-nhecos e manias, como a foto do paparazzi não revela catiças e boduns, tudo bem. Queria ver se fosse eu. Careca, escritor, um e setenta e três de altura – se não fosse cheiroso, o que seria de mim?

Enquanto estava entre os famosos, soava como excentricidade. Mas médico que não toma banho? Oi? Aí é outro nível de desprendimento. E aconteceu: doutor James, de Yale, não entra em um chuveiro desde 2015. Nove anos! De vez em quando, lava a mão e corta a unha. O doutor só pode ser legista – quem iria num médico cujo cabelo está grudando feito chão de cozinha?

Teve também um iraniano que ficou 70 anos na seca. Parecia uma rolha queimada. Aos 94, resolveu se lavar e morreu. Deve ter sido de susto. Outro com higiene controversa foi Mao, o da China: nunca escovava os dentes e quando sorria mostrava a boca cheia de estalactites penduradas na gengiva. Registre-se: Mao era genocida. Faz todo sentido.

Mas banho não é só higiene, é mindfulness também: é no box que a gente se refugia pra buscar epifanias. O hábito tem uma aura sagrada, um salvo-conduto para a reflexão, que todo mundo respeita. Pode aparecer filho pequeno batendo na porta, cachorro ganindo, namorada agoniada e você continua ali, em paz. Onde que Brad fica a sós com seus pensamentos?

Banho não é só higiene, é mindfulness também: é no box que a gente se refugia pra buscar epifanias

Banheiros são o Tibete da casa – e o banho, a meditação. É você sem roupa (que já traz contemplações alvissareiras), a água gostosa e o celular tocando Led bem alto. As melhores ideias aparecem, a mente clareia – e não é pra qualquer assunto; só os nobres, aqueles que você gosta de pensar. Se alguém lhe provoca desalento, vingue-se: tire a pessoa do seu shower time – pra ela, horário comercial.

O pior de tudo mesmo é a solidão de quem não toma banho. A pessoa que dispensa o sabonete abdica do amor – simples assim. Pode passar perfume e lavar as partes no bidê que a craca atrás da orelha denuncia. Vai pro último lugar na fila da carne, ligeiramente à frente dos eunucos. Vou acrescentar que banho não é sempre um evento solo – me entende quem namora.

Só mesmo em Hollywood que a pessoa consegue arrumar afetos sem o chuveiro cotidiano. Agora, gente de verdade? Gente como eu? Careca, escritor, um e setenta e três? Não acontece. Nem escrevendo "de tudo ao meu amor serei atento". Então, fica essa lição importante para todos: se você não é Brad Pitt, melhor tomar banho. ●

ROTEIRISTA DE FILMES COMO 'ESTÔMAGO', 'MEDIDA PROVISÓRIA' E 'SEQUESTRO DO VOO 375'

TER. Patrícia Ferraz, Sergio Martins **(quinzenal)** ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Lusa Silvestre **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues **(quinzenal)** ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Barelli ● **DOM.** Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **https://bit.ly/4d13MT5**

Épico ou dramático
Afrodisíacos (fig.)
Herói da obra-prima de Virgílio (Lit.)
Gás de faróis de carros modernos
Parte flutuante do porto de Manaus
Compact (?), o popular CD
O aluno voltado para os estudos
Membros de clubes cujo hobby é observar o cosmos
Hora do ofício divino
Modo de se fazer uma citação em um texto
Ponto, em inglês
Envoltório do tutano
O indivíduo que faz comércio de vinhos
(?) do Chão: o maior aquífero do mundo
Silício (símbolo)
Entrar em fervura
Limite da cesta de basquete
O amado de Psiquê (Mit.)
O triângulo de lados desiguais (Geom.)
Cidade portuguesa dos alfacinhas
Time, em inglês
Festa pansexual
Eu, em italiano
Diz-se da relação com bem-querer
Parte do cavalo em que se apoia a sela
(?) Moreira, primeiro presidente interino do Brasil (1918/1919)
A primeira luz do amanhecer
Molho feito com ketchup e maionese
Vegetal rasteiro vendido em placas
(?) a corda: não cumprir o prometido
Pequeno bolo (fr.)
Dotada de coragem
Veste felpuda, pós-banho
Divisão celular com 4 fases (Biol.)
Entidade militar europeia (sigla)
Alvaro (?), político
Base da mesa (pl.)
O dia decisivo
Gaiola, em inglês
Cacofonia de "Ele vem sem ninguém" → E C O
Célia Cruz, cantora cubana de salsa
(?) Sebastián, cidade espanhola
Desenho satírico comum em jornais
Às (?): amigavelmente
Antenor (?), filólogo e lexicógrafo carioca

BANCO 2/io. 4/cage — eros — team. 5/point. 6/briosa — ebulir. 7/brioche.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, o compositor italiano considerado o maior virtuose do violino.

Pista							
Particípio irregular de "inserir".	1		2	3	4	5	6
(?) km/h: velocidade máxima em ruas.	6		5	3	7	5	8
Acontecer.	6		6	4	4	3	4
Instrumento musical de sopro, oval, geralmente de barro.	6		8	4	1	7	8
Que tem magnificência.	9		10	9	6	2	6
Novidades; notícias mais recentes.	11		5	1	10	8	2
Caído.	5		10	12	8	13	6
Que contém ou é formado de gordura.	8	13	1		6	2	6
"A Hora do (?)", clássico do terror (Cin.).	3	2	9		7	5	6
A roupa esfarrapada.	4	8	2		8	13	8
A terra de Bob Marley.	14	8	10		1	15	8
A bronquite causada pelo tabagismo.	15	4	6		1	15	8
Medida de arco.	4	8	13		8	7	6
Análise (?), prática laboratorial da Medicina.	15	16	1		1	15	8
Alegrar muito.	14	11	12		16	8	4

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **https://bit.ly/3WC8Asp**

Nível Médio

			1	2	6			
	3	9					5	
							2	
3			9		1			8
9								3
6			2		7			4
	8							
	5					7	8	
			6	4	8			

SOLUÇÕES

ACERVO MARGARETH DAREZZO

Atividade lúdica
Bebês já produzem movimentos espontâneos em resposta à música, mas precisão começa no segundo ano de vida, diz Margareth Darezzo

Além de divertir, aprender um instrumento alivia a timidez e ajuda a memória, dizem especialistas

Os benefícios que aprender música traz às crianças

DAMY COELHO

Estamos nos preparando para entrevistar uma banda. Nada fora do habitual – não fosse o fato de seus integrantes, que tocam de Queen a Black Sabbath, terem no máximo 11 anos de idade.

Todos mostram o mesmo entusiasmo pela música. No estúdio de ensaios, Alice, de 9 anos, posa atrás da bateria, com as baquetas devidamente cruzadas em suas mãos, como se espera de uma rockstar. Pina, a vocalista, usa roupas coloridas e sua performance é inspirada nas divas pop. Na guitarra está Gabriel. Aos 10 anos, ele conta que se sentiu "muito realizado" quando aprendeu a tocar *Killing in the Name*, do Rage Against The Machine. "E sou só uma criança!", ele lembra, apesar da desenvoltura, melhor que a de muitos adultos.

Alice, Pina e Gabriel são alunos de uma escola de música voltada para crianças, na zona oeste de São Paulo. Com a evolução teórica na área musical, muitos pais perceberam que a atividade, quando praticada na infância, ajuda no desenvolvimento pessoal, alivia a timidez e potencializa a memória – além de ser uma opção extracurricular educativa e divertida.

Mas nem sempre o aprendizado musical foi visto com toda essa pompa, especialmente no caso de meninas. Até pouco tempo, aquelas que sonhavam em tocar um instrumento enfrentavam os mais diversos preconceitos. Por isso, olhar para a banda do início da reportagem dá um certo alívio: hoje, elas fazem coro – e tocam guitarra, bateria.

Alice e Pina Arrigoni são irmãs. Na hora de escolher o instrumento, Alice optou pela percussão – "adoro Black Sabbath e Rita Lee" –, enquanto Pina quis imitar a performance de suas cantoras favoritas, "como a Larissa Manoela", acrescenta ela.

A música foi incentivada pelo pai, o empresário Rodrigo Arrigoni, que percebia uma pequena batucando tudo a sua volta e a outra, cantando pela casa. Vendo o talento e a vontade, decidiu matriculá-las no curso.

"O que mais gosto, ao tocar bateria, é de poder bater nas coisas sem ficar de castigo", diz Alice. Além das vantagens cognitivas, a música aproxima esses pais e filhos. A empolgação das meninas com as aulas inspirou Rodrigo, que decidiu aprender guitarra para acompanhar as duas.

O mesmo aconteceu com o pai de Gabriel, Ricardo Riedo Coutinho, que resolveu tomar aulas de baixo após ver a evolução do filho. A escolha do instrumento foi estratégica. Enquanto ouviam juntos bandas como Guns N' Roses e AC/DC, Ricardo notava o interesse de Gabriel pelo instrumento, mas também percebia a insegurança do filho.

"Eu achava legal guitarra", conta Gabriel, "mas pensava que era melhor 'deixar para os profissionais'. Foi meu pai que me incentivou a aprender". Hoje, o cenário é outro: "O Gabriel já tira de ouvido as músicas que quer tocar", conta Ricardo, orgulhoso. Para eles, a música é mais que um hobby, é também escape para a timidez. Subir no palco vira diversão: "Desde a adolescência, a música me ajuda. E agora está ajudando o Gabriel", observa Ricardo.

QUANDO COMEÇAR. Tendo em vista as vantagens, é hora da parte prática: qual o melhor momento para iniciar o aprendizado musical? Para especialistas ouvidos pelo **Estadão**, →

ALEX SILVA/ESTADÃO

Alice, Pina e Gabriel: fãs de Rita Lee e Black Sabbath

Para ler

Livros mostram a música para crianças e jovens

● **Que Som É Esse?** Destinada a crianças pequenas, apresenta sons e instrumentos musicais. (YoYo Books)

● **O Compositor Está Morto** O livro de L. Snicket narra mistério em uma orquestra. (Companhia das Letrinhas)

● **O Livro da Música** Arthur Nestrovski conta histórias sobre música e fala também da profissão de músico. (Companhia das Letrinhas)

quanto mais cedo, melhor. “A música ativa de forma única os dois hemisférios do cérebro. Quanto antes forem estimulados, mais se desenvolverão”, explica Sylvia Leticia Guida Lima, analista da Gerência de Cultura do Sesc.

A psicanalista Clarissa Sodano Ribeiro acrescenta que bebês já têm os sentidos aguçados por meio dos sons. Eles já produzem movimentos espontâneos em resposta à música, mas não apresentam regularidade e precisão – o que começa no segundo ano de vida, como aponta Margareth Darezzo, arte-educadora, escritora e professora de música.

Ela acrescenta que as brincadeiras de roda também servem de inspiração lúdica para as atividades com bebês.

O importante, para os especialistas, é que o ensino se apoie em metodologias consolidadas. Isso porque música também ensina noções de responsabilidade, memória, desperta as emoções e ajuda na cooperação entre o grupo.

Sobre a instrumentalização, os profissionais concordam que a atividade pode esperar um pouco mais – especialmente a partir dos 7 anos. “Nessa idade, a criança já apresenta uma melhora gradativa na sincronização motora”, aponta Margareth. Além disso, os pais devem ficar atentos para a anatomia das crianças e o tamanho dos instrumentos.

O professor titular da Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Carlos Kater alerta para métodos que prometem “milagres” no aprendizado, pois podem apressar um processo que exige paciência e repetição, não trazendo os resultados desejados – e, às vezes, até desestimulando os alunos. “As crianças merecem desenvolver essas habilidades com respeito, vivenciando a música.”

SESC

Bento Aredes, de 11 anos: apaixonado por MPB e Luiz Gonzaga

“O que mais gosto, ao tocar bateria, é de poder bater nas coisas sem ficar de castigo”
Alice Arrigoni
Percussionista, 9 anos

“A música ativa os dois hemisférios do cérebro. Quanto antes forem estimulados, mais se desenvolverão”
Sylvia Letícia Lima
Gerente musical do Sesc

“Nas aulas, gosto de ver minha evolução e o som que consigo fazer com o instrumento”
Bento Aredes
De 11 anos, toca flauta na Orquestra Jovem do Sesc

“As crianças merecem desenvolver essas habilidades com respeito”
Carlos Kater
Professor

O músico e professor Robson Sidrim acrescenta que é preciso mostrar aos responsáveis que o aprendizado é um processo: “Exige continuidade e pode demorar um pouco”.

ESPAÇOS. Para pais que queiram investir em um curso, há instituições que oferecem ensino para crianças, como a School of Rock e o Sesc, com aulas voltadas para crianças a partir de 3 anos. O Instituto Baccarelli, na Cidade Nova Heliópolis, em São Paulo, oferece ensino musical para jovens vulneráveis. E o Projeto Guri, criado em 1995, atende crianças e adolescentes em 323 polos no Estado de São Paulo. O número de escolas com aulas voltadas para bebês também vem crescendo. Kater lembra que não é preciso um investimento alto para o aprendizado musical: garrafas d’água e canos de PVC podem tirar um som e colocar a criança em contato com ritmos.

Além dos “rockstars”, a lista de músicos mirins também inclui aqueles que se encontraram nos instrumentos eruditos. O mato-grossense Bento Aredes, de 11 anos, toca flauta na Orquestra Jovem do Sesc, em um projeto voltado para jovens socialmente vulneráveis. “O que eu mais gosto das aulas é ver minha evolução e o som que consigo fazer com o instrumento”, conta. Para esses alunos, o ensino de música vai além da diversão, e se torna oportunidade para o desenvolvimento social.

Bento já vê seu futuro na música: quer ser professor de choro. Apaixonado por MPB, tem em Luiz Gonzaga sua maior inspiração. “Se eu pudesse voltar ao passado, teria o maior prazer em tocar para o Gonzagão”, diz. Independentemente do instrumento, o importante é ter música como auxiliar no processo de aprendizagem, ajudando a despertar um olhar inicial para a arte e – por que não? – a realizar sonhos.

Gabriel, que hoje toca as músicas favoritas na guitarra, finaliza o papo com um conselho: “Se você quer muito, vai pra cima e tenta. Se não conseguir, tenta de novo!”. Um recado que vale para a música, mas também para qualquer sonho que habite a mente de uma criança. ●

Confira outras opções de viagens curtas nas proximidades de São Paulo

Silêncio e conforto

A paz da natureza, com comodidade de hotel

Próximos de São Paulo, em Monte Verde, Ibiúna, Socorro e Brotas, espaços prometem lazer e relaxamento

ANA LOURENÇO

Momentos de silêncio podem ajudar a saúde e contribuir para o bem-estar. Enquanto estamos atentos demais aos estímulos da vida urbana, temendo uma eventual ameaça, vemos aumentar o estresse e a ansiedade e nos distanciamos cada vez mais do relaxamento.

Desligar-se da correria do dia a dia e, claro, das redes sociais, pode trazer benefícios. E uma hospedagem com clima de fazenda é uma boa alternativa para ficar próximo à natureza, sem abrir mão do conforto e da comodidade de um hotel.

HOTEL FAZENDA CABEÇA DE BOI

Um dos diferenciais do hotel é o sistema all inclusive. Todas as refeições diárias e bebidas (não alcoólicas) estão no pacote, assim como as atividades de lazer. "Isso também é conforto, sabe?", diz o proprietário Gustavo Arrais.

Há bons programas ecológicos, como cavalgadas, ou com utilização de quadriciclos e visitas a plantações de frutas e legumes. Estão disponíveis também quadras de paintball, minigolfe ou patinação. E passeios diários até Monte Verde.

"As pessoas gostam de enriquecer a viagem, querem aproveitar e conhecer o maior número possível de coisas. Isso aumenta o conhecimento do hóspede, que tem uma experiência melhor", afirma Arrais.

FAZENDA MORROS VERDES ECOLODGE

"Um hotel-fazenda, como a Fazenda Morros Verdes, em Ibiúna, destaca-se pela integração profunda com a Mata Atlântica e pela promoção de práticas sustentáveis", diz Patricia Haberkorn, diretora executiva do hotel. Segundo ela, essa integração vai muito além dos mais de 300 hectares de verde que rodeiam o espaço. "O hotel não apenas preserva o meio ambiente por meio de práticas ecológicas, como também impacta positivamente a comunidade local", afirma ela.

FOTOS ALEX SILVA/ESTADÃO

1. Diversão no Hotel Fazenda Campo dos Sonhos

2. Pedalinho é uma das atrações

3. Hotel em Socorro mantém grande variedade de animais

Prepare o roteiro

- **Hotel Cabeça de Boi**
Monte Verde. Diárias incluem comida e todas as opções de lazer. Mais informações: hcboi.com.br

- **Fazenda Morros Verdes Ecolodge**
Ibiúna. Diárias a partir de R$ 1.680 (casal com duas crianças), com pensão completa. Mais informações: fazendamorrosverdes.com.br

- **Hotel Fazenda Campo dos Sonhos**
Socorro. Diárias a partir de R$ 412 por pessoa. Mais informações: campodossonhos.com.br

- **Brotas Eco**
Brotas. Diárias a partir de R$ 1.214 por pessoa (pensão completa e cortesia para uma criança de até 9 anos). Mais informações: brotasecohotelfazenda.com.br

Para aproveitar a imersão na natureza, uma opção fundamental é fazer as trilhas para as quatro cachoeiras da propriedade. Os caminhos variam de dificuldade e distância. O mais simples é o da Cachoeira do Saci, a única que pode ser feita de modo autônomo. As demais exigem a presença de um guia. Há também o passeio Circuito do Conhecimento que percorre a propriedade (incluindo suas cachoeiras).

HOTEL FAZENDA CAMPO DOS SONHOS

Agora, nada mais característico do que os animais em um hotel-fazenda. Em Socorro, a 130 km de São Paulo, o espaço Campos dos Sonhos investe exatamente nesse tema.

Por ali, é possível andar a cavalo, de charrete ou pônei, alimentar os patos que andam livremente na propriedade ou ainda visitar a fazendinha.

Se o objetivo for relaxar, é possível pescar, andar de pedalinho ou visitar o Vale das Borboletas. Enquanto caminhávamos pela propriedade do hotel, nem prestamos atenção na placa ou no caminho escondido que levava até elas. Mas foi só dar os primeiros passos ali dentro para sermos surpreendidos por centenas delas voando pela mata. No entanto, foi preciso voltar ao modo aventura para experimentar atrações como a tirolesa e o arvorismo, que são acessíveis para pessoas com deficiência.

BROTAS ECO HOTEL FAZENDA

Em Brotas, a programação inclui passeios radicais, aliados ao ambiente de paz. "O que o pessoal adora é aproveitar os diferenciais do hotel, como a lagoa encantada, uma piscina aquecida cenográfica, com 40 jatos de jacuzzi, iluminação e cachoeira artificial, mas também conhecer a cidade e se aventurar", diz a gerente do Brotas Eco, Marília Rabello

Outro passeio bastante procurado é a visita à Fundação Centro de Estudos do Universo, que fica dentro do hotel. Ali, os visitantes podem observar estrelas no planetário, conhecer uma réplica do Stonehenge e outra de um Alossauro em tamanho real. Há ainda paintball, concurso de cerveja e caipirinha, caminhadas, gincana, ioga, passeio de bike, parque aquático e jantares temáticos. ●